

O Precursor do
Abolicionismo no Brasil

2037

Série 5.^a

BRASILIANA

Vol. 119

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SUD MENNUCCI

(Da Academia Paulista de Letras)

O Precursor do
Abolicionismo no Brasil
(Luiz Gama)



1938

COMPANHIA EDITORA NACIONAL

São Paulo — Rio de Janeiro — Recife — Porto Alegre

«Um coração de anjo, a harpa vòlia de todos os sofrimentos da opressão, um espirito genial; uma torrente de eloquência, de dialéctica e de graça; um caracter adamantino, cidadão para Roma antiga, inaclimavel no Baixo Imperio; personalidade de granito, aureolado de luz e povoado de abelhas do Himeto. Si eu houvera de escrever-lhe o epitáfio, iria pedir este ao poeta da «Legenda dos Séculos»: «*De terre pour gémir, d'airain pour résister.*»

RUI BARROSA — Artigo no «Diario de Noticias», de 24 de agosto de 1885.

..

«Eu disse, uma vez, que a escravidão nacional nunca havia produzido um Terêncio, um Epitecto, ou sequer, um Spártaco. Ha, agora, uma excepção a fazer: a escravidão, entre nós, produziu Luiz Gama, que teve muito de Terêncio, de Epitecto e de Spártaco.»

SILVIO ROMERO — Hist. da Liter. Bras.
— Tomo II, pag. 447, da 2.^a ed. —
Rio, 1902.

«O mal está no «homem», clamam os cepticos. Simplesmente, o «homem» é o aristocrata europeu, bandido feudal, até quasi o seculo XVIII, e é Luiz Gama — um preto, que tinha o caracter e seria capaz de ter a energia de Washington. Não teve «o meios», nem os meios: eis tudo.»

ALBERTO TORRES — citado por A. de Sa-
boia Lima, in «Alberto Torres e sua
obra» — pag. 143.

INDICE

PRIMEIRA FASE (1830-1856)	9
A Carta de Luiz Gama a Lucio de Mendonça	19
Exame e discussão da Carta	26
Luiza Mahin	27
O misterio sobre a identidade do pai	34
A venda do filho	39
Em São Paulo	44
Na Força Publica	53
A volta á atividade civil	55
A SEGUNDA FASE (1852-1886)	59
O satirico	61
O motejador da côr da pele	91
O abolicionista	104
Os primeiros dez annos da Baía	108
A influencia do novo ambiente	112
Precursor	130
O advogado	139
O republicano historico	156
Ultimos annos	162
A injustiça de Nabuco	189
O chefe incontestado	187
O fim	202
A bondade de Luiz Gama	222
Apêndice	231

PRIMEIRA FASE
(1830 — 1856)

Quando a 24 de agosto de 1882, na católica e friorenta São Paulo, insignificante povoado que não teria, talvez, meia centena de milhares de habitantes, morria Luiz Gouzaga Pinto da Gama, a agitação abolicionista já tinha iniciado o ciclo final do movimento impetuoso, transbordante, torrencial que, com alguns anos mais, varreria a escravidão da lista dos peccados brasileiros.

Mas, porisso mesmo que o movimento ainda estava na sua fase declamatória, de preparação do ambiente, jogando-se a fundo contra os magros resultados obtidos pela applicação da lei do ventre-livre, arrancada esta, verdadeiramente extorquida á assemblea hostil de 1871, pelas artimanhas do Visconde do Rio Branco, o saimento-fúnebre daquele que fôra o primeiro grande apóstolo dos negros, o vanguardeiro efetivo da acção nessa campanha arriscada, revestiu-se da imponência e da importancia de um acontecimento histórico. Nada faltou ao brilho da sagração unânime: nem a multidão que acompanhou o féretro de um homem pobre, como se fosse ao enterro de um dos maiores figurões da época; nem a presença, no séquito, da mais alta autoridade de São Paulo, que era o Conde de Tres Rios, vice-presidente da Província, em exercício; nem o comparecimento do que a cidade possuia de mais intelectual no tempo, nem a adesão dos represen-

tantes da religião católica, pela irmandade de Nossa Senhora dos Remedios, acompanhando o esquife de um incréu; nem o protesto dos homens de côr, reclamando o direito de serem os únicos a carregar, a pulso, o corpo do inolvidavel batalhador da causa dos escravos.

Luiz Gama morria numa apoteóse. De miseravel moleque, engeitado e escravizado pelo próprio pai, ascendera, num esforço sobrehumano, de que ha alguns outros exemplos, no Brasil, embora nenhum com o mesmo relevo nem com a mesma intensidade, e subira até essa completa consagração pública. Quarenta e dois anos de vida laboriosa, obstinada, tenaz, e da qual os primeiros tempos foram, sem a mínima hipérbole, infernais, tinham feito do humilde negrinho que galgara a pé, a Serra do Cubatão, na escalada de Santos para São Paulo, a hercúlea envergadura do homem, ao mesmo tempo, mais amado e mais temido da Capital da Província baudeirante.

Tinha-o elevado a essas alturas a sua insaciavel, a sua inextinguivel, a sua indesalteravel sêde de justiça. Póde representar-se a vida inteira de Luiz Gama como dias mãos tendidas para o alto, no clamor incessante do respeito pelos direitos humanos.

E, entretanto, a esse homem desaparecido ha pouco mais de meio século, ninguém se lembrou ainda de fazelhe, num estudo sereno e consciencioso, desapassionado e neutral, aquella mesma elemental justiça por que ele tanto lutou até á morte.

Talvez pareça estranho se venha pedir a imparcialidade da história para quem mais vezes se tem visto citar como figura inolvidável no relato de nosso mais próximo passado. Mas, ha razões no proceder. Luiz Gama, como dezenas de outros vultos do Brasil de antanho, só é citado quando se torna impossível fugir-lhe á lembrança do nome, tão intimamente se soldou a sua individualidade aos anais da Abolição. No fundo, porem, permanece um personagem por estudar, desconhecido dos contemporaneos e ligeiramente delineado em atitudes que não são verdadeiras porque apenas episodicamente exatas. E esses episódios, de tanto repetidos e mal comentados, quasi sempre, quando não mesmo adulterados, acabaram transformando o negro admiravel numa figura de cromolitografia, estereotipada e imovel, interessante ao primeiro olhar, perfeitamente irritante depois.

Descobri essa verdade, sem o querer. Em 1929, a instancias de Amadeu Amaral, amigo e mestre a quem eu não podia negar nada, ingressei, contra a minha vontade, na Academia Paulista de Letras. Estavam na fase de reorganização daquele instituto e havia nada menos de quinze vagas, ocasionadas pelo largo interregno de hibernação em que a Academia permanecera. Coube-me a poltrona n.º 15, que tinha por patrono Luiz Gama. A Academia, numa das suas primeiras sessões, resolvera que cada novo academico fizesse o perfil de seu patrono, sugestão acolhida com alegria e alvoroço, no entusiasmo daquela fase de reinício de atividades. Ela daria motivos

para demonstrar a nova vitalidade do cenáculo literário recomposto. (1)

Lancei-me, assim, no cumprimento da parte que me tocava, á cata de dados e informações que me permitissem fixar a fisionomia do homem que dava o nome á poltrona antes ocupada por Alberto Faria, o de Campinas. Confesso que pouco, pouquíssimo sabia da vida desse pioneiro da abolição. Além da "Borlarrada", meus conhecimentos não iam muito além do que os mestres ensinam nas escolas, ao estudar as lutas pela eliminação da escravatura, e se escoravam sobre as páginas de Silvio Romero, na sua "*História da Literatura Brasileira*".

Voltei de minha peregrinação em busca desses dados, verdadeiramente estupefacto. Descobri uma fila numerosa de trabalhos, na sua maioria artigos de jornais e de revistas, que se propoem contar a vida do insigne baiano. Ha dezenas deles, alguns extensos e já incorporados a livros, mas nos quais não se revela a mínima tendência para uma pesquisa histórica rigorosa. Andei atraz de pistas que me conduzissem a encontrar o arquivo individual de Luiz Gama e nada conseguí adiantar. Ninguem sabe nem mesmo se existiu.

(1) A decisão ficou, como sempre acontece em tais instituições, incumprida até hoje. Apenas Artur Mota, para suprir a falta, abalçou-se a criar, com a ajuda de Rubens Amaral, a «Página da Academia», no suplemento literário dominical da «Folha da Manhã», fazendo sucinto estudo de cada poltrona, desde o patrono ao ocupante da hora. Assim mesmo, não chegou a estudar a metade das cadeiras.

De triagem em triagem, de desilusão em desilusão, conseguí obter uma certeza absoluta: a carência de informações é completa e total acerca do negro. Mas a quantidade de inexatidões, de fatos narrados erradamente, de balelas e mentiras, é volumosa e chega a fazer rir. Porque todos ou quasi todos os escrevedores de artigos e conferencias sobre o nosso homem, apenas repetem e reconstituem, quando não inventam coisa nova, um pseudo-estudo de Lucio de Mendonça, publicado no "Almanaque Literário" de 1881.

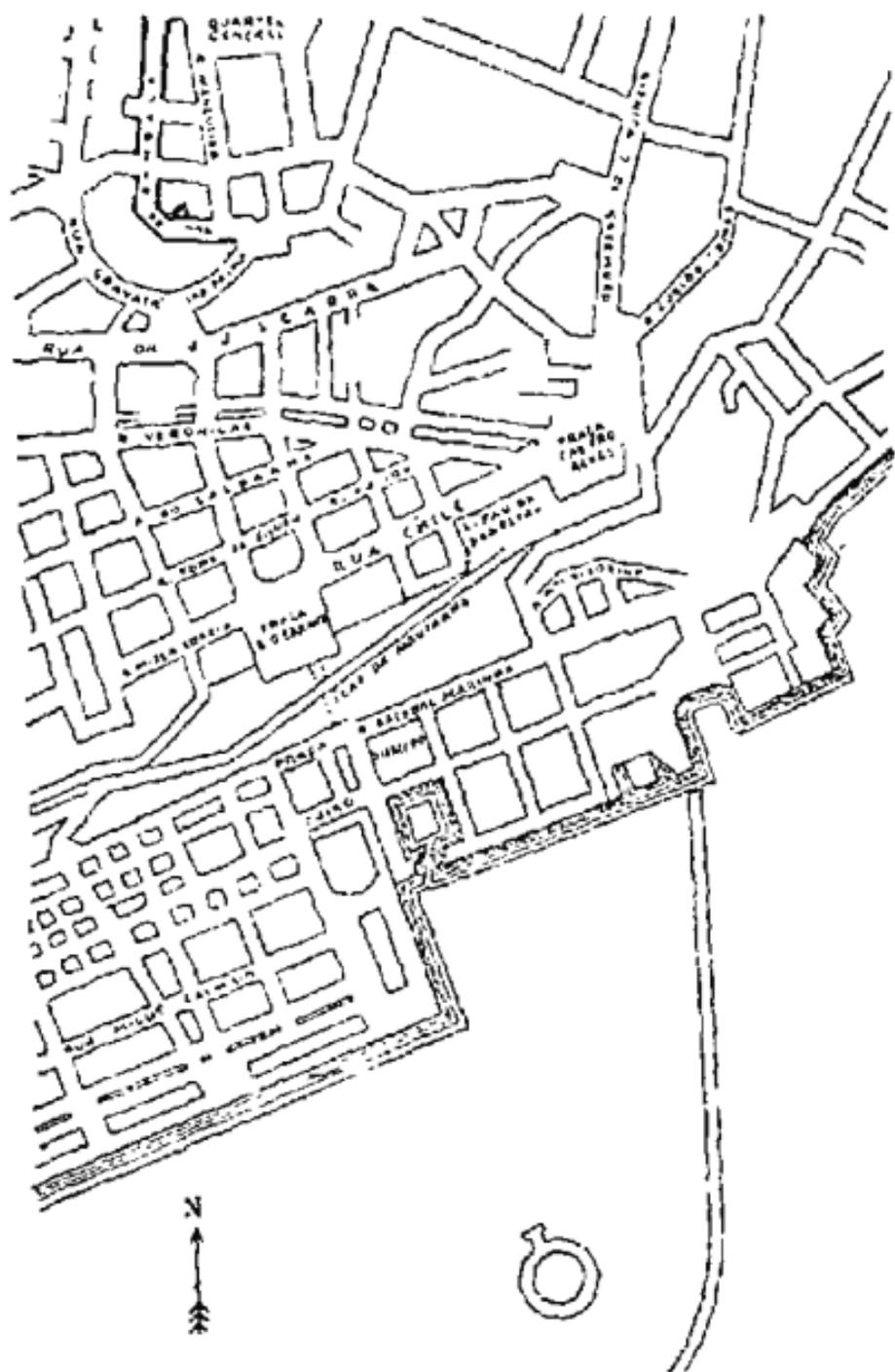
Não se afigure vontade de achincalhar a classificação de pseudo-estudo dado á biografia de Luiz Gama. O artigo de Lucio de Mendonça nada mais é do que simples ampliação de uma carta de Gama, que este escrevera, a pedido daquele, narrando-lhe a sua vida. O futuro acadêmico apenas a enfeitou com alguns adjetivos encomiásticos, acrescentou-lhe poucas observações e fatos referentes á última fase de Gama, e que Lucio conhecia porque haviam vivido e trabalhado juntos, na redação do "Ipiranga", e impingiu-a como composição sua, sob a responsabilidade de seu nome.

O artigo, portanto, seria de Lucio de Mendonça, em termos. A bem da equidade, ressalve-se a circumstancia de haver Lucio provocado o aparecimento da carta. Esse é o seu serviço ás letras, real e insubstituível, desde que, com o temperamento de Gama e com a facilidade com que esquecia as suas melhores cousas, não seria impossível que, hoje, nos encontrassemos em muito maior difficuldade quanto ao perfil do baiano. Espontaneamente, Gama não

se haveria nunca disposto a contar, por escrito, a sua vida e temos de agradecer a Lucio de Mendonça o se haver lembrado de forçá-lo a isso.

Porque tudo quanto se sabe da vida de Luiz Gama, resume-se, em última instancia, nesse artigo, que é a carta enfiada. Os que vieram depois, os mais criteriosos, limitaram-se a requeotá-la, pondo em bapão-maria essa página, que já não era original. E vive por aí, publicado com grande pompa, em jornais e revistas de alto coturno, muito perú literário que não passa de "roupa-velha"... muito velha.

Aliás, não ha de que se admirar do expediente. No Brasil, maxime em sua História — e biografia não passa de ramo menor dessa arte grande — a cópia é quasi a regra geral absoluta. Os fazedores de livros, para contar feitos e façanhas nossos, cingem-se normalmente á tarefa de meros compiladores e copistas, que dão desempenho ao seu intento sem a menor dose de espirito crítico. Copiam tudo o que encontram, sem maior exame, sem coar as afirmativas pelo crivo da verificação. São, por sua vez, copiados e recopiados e tricopiados, dependendo isso apenas da idade de seus trabalhos. Estabelece-se, assim, a corrente que veicula as invencionices mais calvas, os embustes, as patranhas, as imposturas, as meias-verdades, as interpretações desvirtuadas, as versões estrábicas, quando não mesmo tendenciosas, as induções e deduções dubias e inseguras, toda a flora, enfim, das fraudes da História. Nada adianta o protesto consciencioso dos legítimos sabedores contra essa atmosfera de falsidades. O copista não



Parte central da Cidade do Salvador, da Baía, com a localização da casa onde nasceu Luiz Gama, no primeiro quarteirão da rua do Bângala.

lê, copia. E só copia ou para que lhe comprem o livro ou para que acreditem os ingênuos e os distraídos na sua alta competência. Não lhe interessa o que pensem e digam os entendidos. Não é para estes que ele escreve. Escreve para os outros, para os que não têm nem tempo nem vontade nem o desejo de averiguar as informações.

Foi dessa maneira que se formou, em volta de Luiz Gama, uma trama de opiniões e de juízos fictícios, alguns mesmo perversos, oriundos todos da ignorância de sua vida e da preguiça de ir pesquisá-la, cousas que irei desfazendo e corrigindo no correr e, principalmente, no final deste estudo, que pretende ser, antes de mais nada, uma obra serena de reparação e de reabilitação.

A CARTA DE LUIZ GAMA A LUCIO DE MENDONÇA

Desde que verificamos que para entender-lhe a vida e poder reconstituí-la, a sério, o elemento fundamental é a Carta que o ardoroso abolicionista endereçou a Lucio de Mendonça, e tendo ainda constatado que ela, embora muito reeditada cá pelo sul, é, ao contrario, pouco conhecida em o norte do país, começemos transcrevendo-a para elucidação dos leitores. É-a, na sua íntegra:

“São Paulo, 25 de Julho de 1880

Meu caro Lucio

Recebi o teu cartão com a data de 28 do pretérito.

Não me posso negar ao teu pedido, porque antes quero ser acimado de ridículo, em razão de referir verdades pueris que me dizem respeito, do que vaidoso e fátuo, pelas occultar, de envergonhado: aí tens os apontamentos que me pedes e que sempre eu os trôuxe de memória.

Nasci na cidade de S. Salvador, capital da província da Baía, em um sobrado da rua do Bângala, formando ângulo interno, em a quebrada, lado direito de quem parte do adro da Palma, na Freguezia de Sant'Ara, a 21 de Junho de 1830, por as 7 horas da manhã, e fui batizado,

8 anos depois, na igreja matriz do Sacramento, da cidade de Itaparica.

Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa Mineira, (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.

Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a côr era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito ativa, geniosa, insofrida e vingativa.

Dava-se ao commercio — era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Baía, foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram effeito.

Era dotada de atividade. Em 1337, depois da Revolução do dr. Sabino, na Baía, veio ella ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, em 1856 e em 1861, na Côrte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas que conheciam-na e que deram-me sinais certos, que ella, acompanhada com malungos desordeiros, em uma "casa de dar fortuna", em 1838, fôra posta em prisão; e que tanto ella como os seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que esses "amotinados" fossem mandados pôr fóra pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

Nada mais pude alcançar a respeito della. Nesse ano, 1861, voltando a São Paulo, e estando em comissão do governo, na vila de Caçapava, dediquei-lhe os versos que com esta carta envio-te.

Meu pae, não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmativas neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne á melindrosa presunção das côres humanas: era fidalgo; e pertencia a uma das principais familias da Baía, de origem portugueza. Devo poupar á sua infeliz memória uma injúria dolorosa, e o faço occultando o seu nome.

Ele foi rico; e, nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionario em 1837. Era apaixonado pela diversão da pesca e da caça; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas, e muito melhor de baralho, amava as súcias e os divertimentos: esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e, reduzido á pobreza extrema, a 10 de Novembro de 1840, em companhia de Luiz Candido Quintela, seu amigo inseparavel e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na cidade da Baía, estabelecida em um sobrado de quina, ao largo da praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho "Saraiva".

Remetido para o Rio de Janeiro, nesse mesmo navio, dias depois, que partiu carregado de escravos, fui, com muitos outros, para a casa de um cerieiro portuguez, de nome Vieira, dono de uma loja de velas, á rua da Candelaria, canto da do Sabão. Era um negociante de estatura baixa, circunspêto e enérgico, que recebia escravos da Baía, á comissão. Tinha um filho aperaltado, que estudava em colégio; e creio que tres filhas já crescidas, muito bordosas, muito meigas e muito compassivas, principalmente a mais velha. A senhor: Vieira era uma perfeita

matrona: exemplo de candura e piedade. Tinha eu 10 anos. Ela e as filhas afeiçoaram-se de mim imediatamente. Eram cinco horas da tarde quando entrei em sua casa. Mandaram lavar-me; vestiram-me uma camisa e uma saia da filha mais nova, deram-me de ceiar e mandaram-me dormir com uma mulata de nome Felícia, que era mucama da casa.

Sempre que me lembro desta boa senhora e de suas filhas, vêm-me as lágrimas aos olhos, porque tenho saudades do amor e dos cuidados com que me afagaram por alguns dias.

Dali saí derramando copioso pranto, e também todas elas, sentidas de me verem partir.

Oh! eu tenho lances doridos em minha vida, que valem mais do que as lendas sentidas da vida amargurada dos mártires.

Nesta casa, em Dezembro de 1840, fui vendido ao negociante e contrabandista alferes Antonio Pereira Cardoso, o mesmo que, ha 8 ou 10 anos, sendo fazendeiro no município de Lorena, nesta Província, no ato de o prenderem por ter morto alguns escravos a fome, em cárcere privado, e já com idade maior de 60 a 70 anos, suicidou-se com um tiro de pistola, cuja bala atravessou-lhe o cráneo.

Este alferes Antonio Pereira Cardoso comprou-me em um lote de cento e tantos escravos; e trouxe-nos a todos, pois era este o seu negocio, para vender nesta Província.

Como já disse, tinha eu apenas 10 anos; e, a pé, fiz toda viagem de Santos até Campinas.

Fui escolhido por muitos compradores, nesta cidade, em Jundiaí e Campinas; e, por todos repellido, como se repelem cousas ruins, pelo simples fato de ser eu "baiano".
Valeu-me a pecha!

O ultimo recusante foi o venerando e simpático ancião Francisco Egidio de Souza Aranha, pae do exmo. Conde de Tres Rios, meu respeitavel amigo.

Este, depois de haver-me escolhido, afagando-me disse:

— Has de ser um bom pagem para os meus meninos; dize-me: onde nasceste?

— Na Baía, respondi eu.

— Baiano? — exclamou admirado o excelente velho.
— Nem de graça o quero. Já não foi por bom que o venderam tão pequeno".

Repellido como "refugo", com outro escravo da Baía, de nome José, sapateiro, voltei para a casa do sr. Cardoso, nesta cidade, á rua do Comercio n.º 2, sobrado, perto da igreja da Misericórdia.

Aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e a engomar roupa e a costurar.

Em 1847, contava eu 17 anos, quando para a casa do sr. Cardoso veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antonio Rodrigues do Prado Junior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mogi Guassú, onde é fazendeiro.

Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e elle começou a ensinar-me as primeiras letras,

Em 1848, sabendo eu ler e contar alguma cousa, e tendo obtido ardilosa e secretamente provas inconcussas de minha liberdade, retirei-me, fugindo, da casa do alferes Antonio Pereira Cardoso, que aliás votava-me a maior estima, e fui assentar praça. Servi até 1854, seis anos; cheguei a cabo de esquadra graduado, e tive baixa de serviço, depois de responder a conselho, por acto de suposta insubordinação, quando tinha-me limitado a ameaçar um official insolente, que me havia insultado e que soube conter-se.

Estive, então, preso 39 dias, de 1.º de julho a 9 de agosto. Passava os dias lendo e ás noites, sofria de insónias; e, de contínuo, tinha deante dos olhos a imagem de minha querida mãe. Uma noite, eram mais de duas horas, eu dormitava; e, em sonho vi que a levavam presa. Pareceu-me ouvi-la distintamente que chamava por mim.

Dei um grito, espavorido saltei da tarimba; os companheiros alvorotaram-se; corri á grade, enfiiei a cabeça pelo xadrez..

Era solitário e silencioso e longo e lóbrego o corredor da prisão, mal alumiado pela luz amarelenta de enfumada lanterna.

Voltei para a minha tarimba, narrei a ocorrência aos curiosos colegas; elles narraram-me tambem fatos semelhantes; eu caí em nostalgia, chorei e dormi.

Durante o meu tempo de praça, nas horas vagas, fiz-me copista; escrevia para o escritório do escrivão major Benedito Antonio Coelho Neto, que tornou-se meu amigo; e que hoje, pelo seu merecimento, desempenha o cargo de

oficial-maior da Secretaria do Governo; e, como amanuense, no gabinete do exmo. sr. conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, que aqui exerceu, por muitos anos, com aplausos e admiração do público em geral, altos cargos na administração, policia e judicatura, e que é catedrático da Faculdade de Direito, fui eu seu ordenança; por meu caracter, por minha atividade e por meu comportamento, conquistei a sua estima e a sua proteção; e as boas lições de letras e de civismo, que conservo com orgulho.

Em 1856, depois de haver servido como escrivão perante diversas autoridades policiaes, fui nomeado amanuense da Secretaria de Policia, onde servi até 1868, época em que "*por turbulento e sedicioso*" fui demittido a "*bem do serviço publico*", pelos conservadores, que então haviam subido ao poder. A portaria de demissão foi lavrada pelo dr. Antonio Manuel dos Reis, meu particular amigo, então secretario da policia, e assinada pelo exmo. dr. Vicente Ferreira da Silva Bueno, que, por este e outros atos semelhantes, foi nomeado desembargador da relação da Côrte.

A turbulência consistia em fazer eu parte do Partido Liberal; e, pela imprensa e pelas urnas, pugnar pela vitória de minhas e suas ideas; e promover processos em favor de pessoas livres criminosamente escravizadas; e auxiliar licitamente, na medida de meus esforços, alforrias de escravos, porque detesto o cativo e todos os senhores, principalmente os Reis.

Desde que fiz-me soldado, comecei a ser homem; porque até os 10 anos fui criança; dos 10 aos 18, fui soldado.

Fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns.

Agora chego ao período em que, meu caro Lucio, nos encontramos no "Ipiranga", á rua do Carmo, tu, como tipógrafo, poeta, tradutor e folhetinista principiante; eu, como simples aprendiz-compositor, de onde saí para o fóro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos os infelizes; e para os miseros escravos, que, em numero superior a 500, tenho atrancado ás garras do crime.

Eis o que te posso dizer, ás pressas, sem importância e sem valor; menos para ti, que me estimas deveras.

Teu Luis".

EXAME E DISCUSSÃO DA CARTA

Escrita aos cincoenta anos de idade, sabendo que se destinava á publicidade, essa Carta não pode deixar de ser aceita como um documento exato e verídico, que deve fazer fé em nosso espirito.

Entretanto, uma preocupação confessada pelo autobiografista, a de esconder o nome paterno, cria pontos obscuros nos tópicos referentes aos seus dez primeiros anos, vividos na Baía, e transforma a carta em documento

insuficiente, em que os problemas repontam de cada canto de frase.

Teremos assim que examinar e discutir esses tópicos, tentar aclará-los para ver se conseguimos surpreender o que Gama não quis relatar e mesmo o que desejou esconder.

Quanto ao bairro, rua e data de nascimento, não ha a menor davida. O nome da rua, Bangala, que não é português, provinha de haver residido nessa via, o capitão-mor dos Estados do Brasil, D. Baltazar de Aragão, fidalgo de alta linhagem, o qual, antes, governara a colonia de Angola e ali grangeara, pela rispidez e severidade, a alcunha de "Bangala", que na língua local significa o "inflexivel".

Quanto à casa, ignorou-se, até muito recentemente, qual era exactamente. Tive oportunidade de certificar-me disso, porque havendo pedido ao meu distinto amigo dr. Pedral Sampaio, me trouxesse, em seu regresso da Baía, uma fotografia do predio, não conseguiu ele localizá-la nem encontrou, entre os sabedores de história local, que consultou, quem lhe pudesse dar a informaao. Somente depois que daqui enviarmos a Carta de Gama é que os srs. drs. Gonçalo Moniz e Otávio Torres fizeram a identificaao, que aparece claramente nos cliches deste livro, reproduzindo a situaao topografica da rua e do predio dentro da cidade e dão o aspeto actual da casa em que nasceu o grande negro.

Esta é — pelo depoimento do dr. Gonçalo Moniz — "a casa que traz o n. 1 da rua que tem o seu nome, então

chamada do Bângala (2): um sobrado com pavimento terreo e um andar, tendo este tres janelas de sacada na frente, e aquele, a porta da rua, á esquerda da fachada para quem entra, e á direita, duas janelas. Fica justamente situado num ângulo saliente, que forma a rua ao lado direito de quem vem do Largo da Palma". A casa, como se vê no clichê, tem ao lado, "uma pequena area ajardinada, que lhe pertence, separada da rua por pilastras e grades de ferro".

Os dados coincidem com a informação de Luiz Gama. Basta confrontar a Carta para eliminar qualquer dúvida.

(2) O dr. Gonçalo Moniz informa que a rua não mais se chama do Bangala. Em 1930, a Prefeitura da Cidade do Salvador trocou o nome dessa rua pelo de Luiz Gama, tendo-se realizado a cerimonia da mudança das placas em 14 de julho desse mesmo ano, conforme noticia publicada, na edição da mesma data, pelo jornal «A Tarde», da Baía.

LUIZA MAHIN

Gama deu-nos dois retratos de sua mãe, um que podemos considerar autêntico, porque se destina á história: é o da Carta. Outro, literário e patético, cái no domínio da fantasia: é o da poesia "Minha mãe", que não figurava na primeira edição das "Trovas Burlescas" e que veio na segunda.

O baiano teve sempre extremos de carinho pela memória da valorosa quitandeira, mas o vício da justiça, que era intrínseco nele, leva-o á atitude de imparcialidade quando a recorda nos seus dados biográficos. Denuncia-lhe as qualidades, a altivez, a beleza física, a operosidade em que havia o espirito de iniciativa. Também não lhe oculta os defeitos mais salientes: "geniosa, insofrida, vingativa".

Geniosa demonstrou-o que o era e opiniática ao extremo, pois numa sociedade como a baiana daquele tempo, visceralmente católica, não concordou em que o filho fosse batizado. Ela era pagã. O filho também devia sê-lo, pelo menos enquanto vivesse sob seus cuidados. E foi-o.

Insofrida, sem duvida. O filho revela-lhe a feição e o temperamento inquieto, envolvendo-se na política do tempo, quando o amante tomou parte na revolução do dr. Sabino.

Vingativa... Não ha conhecimento de ato seu, nesse particular, mas o depoimento do filho teria suas razões para afirmar a qualidade materna.

Gama sentiu-lhe a saudade a vida inteira. Relembrando-a, nessa carta de 1880, conta que por bem quatro vezes, em epochas diferentes, tentou relhavê-la. Era, naturalmente, a secreta ânsia de trazê-la para junto de si. E só se rendeu á evidência quando lhe provaram que a pobre mulher desaparecera sem deixar rastro.

Brotou-lhe daí a poesia "Minha Mãe", escrita em Caçapava, neste Estado, em 1861, (3) composição em que Gama, abusando do direito que lhe concedia a licença poética, fantasiou a progenitora em desacordo com o que escreveria em 1880. Disse, para começar:

«Era mui bela e formosa,
era a mais linda pretinha,
da adusta Libia rainha,
E no Brasil, pobre escrava!»

Escritores nossos, baseados nessa quadra, afirmam que Luiza Mahin fôra "princesa" na África. Não era muito difficil occupar esse posto, entre as tribus negras que formavam reinos efêmeros ás duzias. Mas não creio que Gama quizesse realmente aludir a essa qualidade materna, nos seus versos. Parece-me que foi um recurso poético, apenas, para mostrar a diferença fundamenta' entre a antiga posição de livre e a de agora, *reduzida a cativoiro*.

(3) Veja pag. 7.

O vate continua:

«O' que saudades que eu tenho
dos seus mimosos carinhos,
quando co'os tenros filhinhos:
ela sorrindo brincava.

Eramos dois — seus cuidados,
sonhos de sua alma bela;
ela a palmeira singela,
na fulva areia nascida.
Nos roliços braços de ébano
de amor o fruto apertava,
e á nossa boca juntava
um beijo seu, que era vida.»

Gama parece ter-se divertido a criar problemas, em sua vida. Nesta poesia, aparece-lhe um irmão, de que nunca mais se falou. Os versos, porém, interpretados literalmente, não deixam margem a dúvida: brincava com os filhinhos, que eram dois". E em todo o resto da poesia, que tem oito estrofes, a alusão aos filhos se revela na aplicação do possessivo nosso. Teria existido mesmo esse irmão de Luiz Gama ou, fez, também aqui, emprego abusivo da licença poética?

Esta ainda se revela em outras passagens da composição, sempre a recordar a progenitora:

«Tão terra como a saudade
no frio chão das campinas,
tão meiga como as boninas
aos raios do sol de abril.»

«Suave o genio, qual rosa
 ao desportar da alvorada,
 quando treme enamorada
 ao sopro d'aura fagueira.»

.....

«Tinha o coração de santa,
 era seu peito de arcanjo,
 mais pura nalma que um anjo,
 aos pés de seu Criador.»

Tudo em flagrante desacordo com a Carta. Mas onde a licença ultrapassa os limites, é na quadra final:

«Se junto á cruz penitente
 a Deus orava contrita,
 tinha uma prece infinita
 como o dobrar do sineiro;
 as lágrimas que brotavam
 eram perolas sentidas,
 dos lindos olhos vertidas
 na terra do cativoiro.»

Uma pagã renitente aos pés da cruz, orando a Deus, que só podia ser o cristão, foge a tudo quanto se permite em matéria de fantasia literária.



LUIZ GAMA

O MISTÉRIO SOBRE A IDENTIDADE DO PAI

Gama surripou á historia o nome de seu progenitor. Fê-lo com uma elegancia digna de seu coração bondosíssimo. Releiamos o trecho:

“Meu pai... era fidalgo, e pertencia a uma das principais familias da Baía, de origem portuguesa.

Devo poupar á sua infeliz memória uma injúria dolorosa e o faço occultando o seu nome. Ele foi rico, e, nesse tempo, muito extremoso para mim: criou-me em seus braços. Foi revolucionário em 1837. Era apaixonado pela diversão da caça e da pesca; muito apreciador de bons cavalos; jogava bem as armas e, muito melhor, de baralho; amava as súcias e os divertimentos; esbanjou uma boa herança, obtida de uma tia em 1836; e, reduzido á pobreza extrema, a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Candido Quintela, seu amigo inseparavel e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na cidade da Baía, estabelecido em um sobrado de quina, ao lado da praça, vendeu-me como seu escravo, a bordo do patacho “Saraiva”.

Com esse epitáfio, Gama encerrou no mais pesado mistério o nome e a personalidade do amante de Luiza

Mahin. E assim permanece até hoje, porque a não ser as referências acima, que lhe fez o filho, tudo o mais é enigma na vida do fidalgo. Gama, por pura misericórdia filial, generosamente lhe cobriu o nome com o manto do seu silêncio e levou a tal ponto o seu escrúpulo dessa negativa piedosa que nem mesmo aos amigos mais íntimos nunca fez a mínima confidência nem permitiu a menor alusão a respeito.

Vários e ilustres espíritos, Bernardino José de Souza, Artur Neiva, Borges de Barros, de meu conhecimento, se interessaram pelo problema, sem lograr decifrá-lo. A cortina de fumaça permanece espessa e impenetrável.

Também a mim tentou a solução, partindo da afirmativa feita na Carta de que ele fôra batizado, com 8 anos de idade, na Igreja Matriz do Sacramento, na cidade de Itaparica, fronteira à Baía. (4)

Pedi a amigos meus que conseguissem pessoa disposta a ler, no Tombo da Curia Metropolitana da Cidade do Salvador, os livros de assentamentos de batismos daquela Matriz afim de copiar o referente ao nosso herói.

A tarefa afigurava-se-me simples, uma vez que o neófito se apresentara às águas lustrais com idade bem avançada para a cerimônia. Ora, um pretinho Luiz, de oito anos aproximadamente, filho de Luiza, preta não

(4) Alberto Faria, na sua conferência do Instituto Hist. Nacional, mostrou que o nome de Luiz Gonzaga lhe fôra dado por coincidir o seu natalício com a festa ao padroeiro da juventude cristã. E isso me fazia desconfiar de que ele talvez tivesse sido batizado na recordência dessa mesma data.

escrava, que lá estivesse registrado, não podia deixar de ser o nosso homem. E na tentativa animava-se a esperança de que o pai comparecesse como padrinho ou como testemunha, dando assim uma pista às pesquisas.

Baldado esforço. Os livros, de fato, existem e foram vistoriados pelos srs. Conego Anibal Matta, secretario da Curia, e depois pelo Revmo. P. Clodoaldo Barbosa, mas infelizmente, não se logrou encontrar o assentamento naqueles termos. Não ha nenhuma criança de oito anos, com o nome de Luiz ou de Luiz Gonzaga, entre os registros, como pude verificar pela relação que me enviou a educadora baiana, D. Anfrisia Santiago.

Isso levaria a concluir que Gama trocou não apenas o nome de familia mas tambem o proprio prenome. Seria conjectura perfeitamente plausivel, que nada apresenta de estranha ou de absurda. Poder-se-ia até supor que essa mudança ele a operou antes de pensar em esconder o nome paterno. Haveria toda a verosimilhança em imaginar que Gama tivesse dado prenome diverso, á sua chegada no Rio de Janeiro, não já com o intuito de salvaguardar futuramente a reputação do progenitor, mas pelo orgulho ferido que não admitia tivesse "o escravo á força" o mesmo nome do menino livre da Baía. E se o descobrissem no embuste, diria que tinha preferido adotar o prenome materno, o que, naqueles tempos, para um escravo que alem de tudo mudava de provincia, não seria um acontecimento muito importante. Ajudá-lo-ia, quiçá, nessa tarefa, o proprio proprietário da "peça", a quem o expediente convinha, de vez que o menino tinha sido escravizado injustamente

e Gama não havia de se ter cansado de o referir e repetir durante toda a viagem e depois dela. Ora, o artifício servia a emaranhar e complicar os antecedentes e forrava o senhor a complicações sempre possíveis, decorrentes da aplicação da lei de 7 de novembro de 1831, que, embora burlada e incumprida, era sempre uma lei. (5)

Ainda haveria a hipótese de ter Gama, na Carta, trocado o nome da Igreja Matriz em que foi batizado, despistando assim os possíveis pesquisadores de sua vida. Mas tal só se poderia verificar mediante uma batida completa nos livros da Curia, e referentes a todas as freguezias existentes na época, não só da cidade do Salvador, mas também das cidades vizinhas. Trabalho para anos e realizado em virtude de uma simples suspeita, não teria a animá-lo nem mesmo a certeza de uma descoberta sensacional. Porque bem pode acontecer que o assentamento de batismo seja de um laconismo tal, como era praxe no tempo, que não compense tamanha esforço.

Compreendem-se, aliás, perfeitamente as dificuldades encontradas na busca desse documento. Se Gama não tivesse a certeza da existência de uma circunstância qualquer que tornasse baldadas essas pesquisas, eis, que foi, como veremos, um prodígio de inteligência e de argúcia e que, como advogado dos mais ilustres, conhecia todos os segredos e todos os recursos da astúcia e da malícia humanas, não haveria afoitamente contado a seu amigo

(5) Também não seria descartado supor que a mudança de nome tivesse sido exigida ou, pelo menos, inculcada pelo proprietário do novo escravo.

Lucio de Mendonça, o local e a data aproximada em que fôra batizado. Não iria fornecer aos seus futuros historiadores um dado de fato tão expressivo e tão significativo como esse, para a reconstrução de sua vida, se não tivesse a plena certeza de que o assentamento, embora feito numa pequena cidade de provincia, que até hoje pouco se desenvolveu, mas que é, de outro lado, francamente acessível, não o puzesse a coberto da probabilidade de uma surpresa, denunciando-o naquilo que ele mais queria esconder.

O problema, contudo, aí fica, como uma permanente tentação e como um irresistível desafio á argucia e á capacidade decifradora dos seus conterraneos.

A VENDA DO FILHO

Problema muito mais apaixonante que o do nome exato do fidalgo, é o dos motivos reais que o levaram a vender o filho. E apesar de nunca haverem sido discutidas, aceitando todos, mui naturalmente, as afirmações de Gama, nesse particular, não me parece comoda a interpretação dos fatos, tal como sempre foi apresentada e passou em julgado.

Relendo o parágrafo acima transcrito, o que se apura de definitivo, é que o amante de Luiza Mahin, depois de haver criado o menino com o maximo carinho e de haver sido um modelo de pai extremoso, resolveu, um dia, vendê-lo como escravo, por estar reduzido á miseria extrema, lançando mão de um expediente triplicemente repugnante: vendia um filho, fruto de seu proprio sangue, repudiando dez annos de bons trates e de afagos; fazia a transação com uma criança livre, filha de mulher liberta; negociara acerca de uma criatura humana sobre a qual não tinha o minimo titulo de posse, desde que não lhe assistia sequer o pátrio poder reconhecido. Tudo isso em troca de uns miseraveis mil reis que a sórdida operação lhe trazia de proveito.

E' sumamente difficil, nas condições em que o problema se nos oferece, hoje, com os antecedentes que o próprio Luiz Gama põe em luz, aceitar o fato e a sua interpretação com a simplicidade que parece emanar de um relato feito ha oito lustros de distancia e baseado nas reminiscências de uma criança de dez anos.

A circumstancia de ser o fidalgo um amante inveterado de súcias e de farras, estrôina, peralta, jogador, amigo da vida destregada e dissipada, não destroe a outra da boa conduta anterior para com o filho, de o haver cumulado de mimos e caricias, "criando-o nos braços", na expressão textual de Gama. Um incidente, na aparência insignificante, mostra o cuidado do fidalgo anónimo pelo filho. Luiza Mahin nunca aceitara, como vinhos, nem a crença nem a doutrina cristã, mantendo-se intransigentemente pagã, certamente subordinada ao culto gêge-iorubano que os nagôs haviam vulgarizado na Baía. Decorre naturalmente daí o fato de Luiz Gama não haver sido batizado na sua primeira infancia, isto é, quando ainda permanecia sob a tutela materna.

Pois bem, quando Luiza, com toda a certeza comprometida, junto com o amante, na "Sabinada", achou prudente, depois de vencida a revolução rumar para o Rio de Janeiro, pondo-se cautelosamente fóra do alcance da policia baiana, o fidalgo aproveita-se da ausência para cumprir o seu dever de crente. E leva o filho á pia batismal. Fã-lo, é certo, com a maxima discreção, mandando o pirralho á Matriz da ilha fronteira de Itaparica. Mas,

nesse gesto, percebe-se apenas o desejo de escapar á tesoura da maledicência cidadina, que não veria com bons olhos um membro de uma das melhores familias locais surpreendido em flagrante delito de ternura para com o bastardo de pele tão tostada. Mas fá-lo de qualquer maneira, pondo-se em paz com a sua consciência.

Isso foi em 1838. Dois anos mais tarde, esse mesmo pai extremoso, bom, afavel, cordialissimo, manda o pequeno para o retalho, como animal de troca e barganha. Poder-se-á concluir, em sã razão, que haja sido unicamente a pobreza, ou, talvez, alguma dívida de jogo, (6) o movel determinante dessa brusca, inesperada, incompreensivel mudança de attitude?

Não ha pai que, por motivo de penuria e de miseria, venda um filho. Pode dá-lo, uma vez se convença que o entrega a pessoa carinhosa que o eduque e o ampare. Mas, vendê-lo, nunca.

Poder-se-ia conceber que o fidalgo baiano, do qual não se conhecem atos brutais e apenas viciosos, conhecendo-se-lhes, ao contrario, os de bondade e coragem, tivesse, em poucos mezes degradado tanto a ponto de descer a um tal procedimento, que aberra clamorosamente das normas humanas e naturais?

E' difficil crê-lo. A mim, individualmente, afigura-se-me de todo impossivel. Não seria muito mais razoavel supôr um lento, continuo, intenso trabalho de intriga

(6) A carta de Gama não o afirma, mas essa idéa surge naturalmente á cabeça do leitor pelo proprio contexto das frases.

sobre o ânimo do fidalgo, da parte de sua própria família, talvez de seus amigos (quiçá esse mesmo Quintela, a quem de tão má vontade se refere Luiz Gama) no sentido de convencer o amante de Luiza Mahin de que o filho não era dele e que a preta o ilaqueara miseravelmente na sua boa fé, só para garantir o futuro do rebento? A ausência da quitandeira facilitava a tarefa. Não estava ela ali para, em se defendendo, defender a sorte do filho. E essa própria e prolongada ausência não poderia transformar-se, para os advogados do diabo, numa prova bastante e decisiva da habilidade da mulher em impingir-lhe a prebenda, transferindo as suas responsabilidades, e desinteressando-se a seguir da cria, uma vez convencida de lhe haver assegurado e consolidado o porvir?

Não tenho a intenção de inocentar ou de minorar o gesto do homem que Luiz Gama, num repente quiçá se mais de nojo que de piedade, negou á historia. A ignomínia do procedimento permanece a mesma. Mas não consigo juntar, num mesmo perfil psicológico, as duas contraditórias atitudes, tão proximas uma da outra, sem a intervenção de um fator novo, capaz de, pela dúvida que viesse a suscitar, levantar uma verdadeira tempestade no cérebro desse homem, e lhe desse a coragem necessária para mudar, de uma hora para outra, e assim tão brutalmente, o curso da existência de uma pobre criança inocente e ignara dos sucessos. É inutil: não posso conceber o gesto sem a tragédia interior; não posso admiti-lo sem movel profundo, arrebatado, lacerante, de egoismo animal, de ciúme póstumo, de desejo cruel de vingança.

A desgraça de Gama vendido aparece-me muito maior do que ele a fez supor. No procedimento paterno, em que todos nós nos habituámos a enxergar infâmia pura e crueldade sôrdida, parece-me que houve um pouco mais do que a simples sêde do lucro facil e da ganancia de algumas dezenas de mil reis. O gesto tem todo o sabor, quasi medieval, de uma desforra de macho que se acreditou traído e que não podendo desafrontar-se no proprio ente de que imaginou receber o nitrage, levou o seu odio irraciocinado para a geração seguinte.

Para mim, Gama foi muito mais infeliz do que ele mesmo acreditou.

E si o soube e, assim mesmo, occultou o nome paterno com essa indevassavel lápiúe do olvido, maior exsurge o seu boníssimo coração de filho. Porque, então, foi a última homenagem que ele tributou á mãe: proibir para todo o sempre a devassa de sua vida íntima. Isso valia bem o labéu de filho de pai desconhecido.

EM SÃO PAULO

Vendido por este ou aquele motivo, já hoje impossível de apurar ao certo, á distancia de quasi um século, veio Gama para o sul, inaugurando a via-crucis que ele narra mais espaçadamente na Carta: curta demora no Rio de Janeiro, enquanto trocava de senhor, embarque para Santos, subida, a pé, da Serra do Cubatão, peregrinação pelo interior da provincia, na oferta continua de seu corpo para pagem de filhos dos ricos do tempo, recusa ostensiva dos fazendeiros em o aceitarem pelo fato de ser baiano.

Os escravos dessa naturalidade amedrontavam, na época, o Brasil inteiro. Notabilizara-os, no Império e na Colonia, uma serie ininterrupta de insurreições negras, na Baía, que vão de 1807 a 1835, (7) e nas quais a ameaça suprema pesava sobre a cabeça dos brancos possuidores de escravos. As primeiras haviam sido sedições de negros "haussás", isto é, as de 1807, 1809 e a grande, de 1813, já ao tempo do Conde dos Arcos

(7) Veja, para o estudo dessas insurreições, Nina Rodrigues — *Os Africanos no Brasil*, nesta coleção.

As que se lhes seguiram, em 1826, 1828 e 1830, foram sublevações de negros "nagôs", nação africana tida como das que maior numero de individuos intelligentes havia fornecido ás lavouras baianas. A de 1835, a maior e a mais bém organizada de todas, fôra chefiada pelos "malês" ou "malinkês", que se distinguiam por serem adeptos da religião mussulmana, mas tivera a ajuda de quasi todas as outras nações de negros, entre os quais os nagôs figuravam em primeira plana. Era a provada intelligencia destes que os fazia temidos.

Ora, Luiz Gama era filho de mulher nagô. A repulsa seria, portanto, mais acentuada contra ele, da parte dos senhores. E para avaliar o temor que os escravos baianos inspiravam, basta dizer que ainda hoje, como tive occasião de o verificar pessoalmente, em certos meios atrazados de São Paulo, especialmente nas zonas rurais, o negro dessa terra é muito respeitado e temido, considerado como indomavel e insubmisso, sempre a armar rebeldias e motins. Tanto pôde o efeito de uma idéa, que se vulgarizou ha mais de cem anos, que seu residuo sentimental persiste ainda na mentalidade de muita gente.

Voltando a São Paulo, depois da infrutifera tentativa de passar a novo proprietário, seus primeiros sete anos de vida, na casa do alferes Cardoso, não têm maior significação. Destinaram-no, á falta de melhor aproveitamento, ao artesanato, que já andava em moda desde o começo do século para os negros que revelassem atividade mais de-

seavolvida. E Gama, "começou a aprender a copeiro, a sapateiro, a lavar e engomar roupa e a costurar."

Dizendo que esses anos foram sem maior significação, não entendo asseverar que não foram penosos. Para quem vinha de sua vida anterior, na Baía, em quadra descuidosa, rodeado de mimos, a lembrança dos dias decorridos desde aquele fatídico 10 de novembro de 1840, devia ser de um amargor de fé!

Vendido pelo pai, indefeso e inerme diante do inevitável, arrancado ao seu *habitat* de origem, incapaz de provar a sua condição de criança livre, tudo lhe mostraria como era precária e incerta a justiça dos homens e como era egoisticamente feroz a sua maldade. Porque tudo, nos primórdios da existência desse menino desprotegido, parecia haver-se conluiado para fazer dele um bandido que havia de encher de horror os anais do crime brasileiro!

Felizmente para ele, aos dezessete anos, se lhe abre a primeira clareira na lenta e dolorosa escalada do caminho da glória que a vida lhe faria percorrer. Aparece na casa do alferes Cardoso, um rapaz, Antonio Rodrigues do Prado Junior, que vinha estudar na Capital.

Prado Junior afeiçoa-se ao pretinho e resolve alfabetizá-lo. E dando-lhe o conhecimento da técnica das primeiras letras, o recenvindo se torna a varinha mágica que havia de transformar inteiramente as diretrizes humanas do futuro abolicionista.

Ha desse tempo, o testemunho de dois episodios occorridos com Gama e que não encontrei relatados em parte alguma. Contou-os o sr. Antonio dos Santos Oliveira, ouvidos da boca do proprio pai. (8).

Gama, depois que o amigo lhe ensinara os primeiros rudimentos, fez tão rapidos e surpreendentes progressos que passou, por sua vez, a ensinar os filhos do alferes Cardoso, conseguindo alfabetizá-los com a máxima brevidade.

Um dia, já em 1848, Gama abordou o alferes, pedindo lhe concedesse este a carta de alforria, em virtude do trabalho que tivera para ensinar-lhe os filhos.

(8) O sr. Antonio dos Santos Oliveira é filho de Pedro Antonio Rodrigues de Oliveira, funcionário que, durante muitos annos, occupou o cargo de porteiro do Forum de nossa Capital, e que foi o primeiro amigo que Gama conquistou em nossa terra. Gama acabava de chegar do Rio. Encontraram-se os dois meninos, que deviam ter pouco mais ou menos a mesma idade, no Largo da Misericordia, nascendo entre ambos uma viva sympathia. Ligaram-se em íntima camaradagem, amizade que nunca mais se arrefeceu e que durou até a morte de Gama, sempre com a mesma força e com a mesma lealdade dos primeiros dias. Pedro Antonio teve occasião de prestar, no Forum, inumeros serviços ao amigo, ajudando-o nos seus processos forenses, em defesa da causa negra.

O sr. Antonio dos Santos Oliveira que, na sua infancia e adolescência, conheceu Gama, e lhe frequentou a casa, no Braz, foi quem publicou, em 1904, juntamente com o sr. João Rosa da Cruz, a 3.^a edição das «Trovas Burtescas» de Getulino.

— Alforria por isso? scandalizou-se o interpelado. — Eu comprei você para que trabalhasse para mim e você nada mais está fazendo do que cumprir a sua obrigação.

— O senhor comprou-me para o trabalho braçal e manual. Não está nas obrigações de um escravo o trabalho intellectual, que é muito mais difficil.

— Nem assim você me convence. A sua liberdade só será concedida quando eu me julgar pago das despesas que fiz.

— Pois bem, nesse caso, vou levar a questão ao tribunal. O senhor bem sabe que eu não sou escravo e que nasci livre.

O alferes Cardoso irritou-se e perguntou-lhe se a instrução que ele consentira em que Gama recebesse, só tinha servido para criar-lhe na alma aquella absurda pretensão e para revoltar-se contra quem sempre o tratara humanamente.

Gama não se deu por vencido. Reconhecia que, no fundo, o senhor era boa criatura e que lhe votava estima, como confessou na Carta. Mas, mesmo nessa sua primeira mocidade, como o provará mais tarde com toda a atuação de sua vida, o baianinho tinha uma sede ardente de liberdade. Não iria permanecer acorrentado a uma injustiça por meras preocupações sentimentais e não podia aceitar que lhe negassem aquillo que era um seu legitimo direito.

Fugiu da casa do amo, "*depois de obter ardilosa e secretamente provas inconcussas de sua liberdade.*" (9)

Esta frase da Carta é outro ponto cheio de indagações. Que Gama provou cabalmente a sua qualidade de homem livre, filho de mulher liberta, não ha a menor dúvida. Seria preciso não conhecer os antecedentes do alferes Cardoso para admitir a hipótese de que este tivesse cedido a considerações altruísticas, num tempo em que ninguém as usava, e tivesse recuado no seu proposito de reconquistar o moleque. E é o proprio Gama quem mostra a qualidade de teima do senhor, quando refere, na Carta, por que razão se suicidou o alferes, ahi por volta de 70 ou 72: no ato de o prenderem por haver morto, á fome, alguns escravos, por ele longamente mantidos em cárcere privado.

Não é, portanto, possível duvidar de que Luiz Gama, com as provas, tirou ao teimoso a vontade de pleitar a sua recondução ao cativo. Esses documentos foram naturalmente destruidos, juntamente com todo o arquivo da escravidão, por obra daquela celebrada Circular n.º 29, de 13 de maio de 1891, que Rui Barbosa

(9) Cabe aqui relatar o segundo episódio de Gama, narrado pelo mesmo sr. Antonio dos Santos Oliveira. Parece que não foi somente Prado Junior que deu lições a Luiz Gama. Entusiasmado pelos ensinamentos que o joven amigo lhe ministrara, o pretinho resolveu empregar-se, como servente ou zelador do conhecido Collegio Isidoro, que ficava na Ladeira Porto Geral. E ao mesmo tempo que servia, estudava, aproveitando todos os minutos de folga que lhe davam as suas tarefas de empregado. Dizem que era infalivel vê-lo com o livro na mão, numa ânsia de aprender depressa, tratando de reaver o tempo perdido.

fez expedir quando Ministro da Fazenda. Ninguém pôde compreender como uma idéa tão desastrada tenha surgido ao espírito do insigne baiano. Suprimiu assim, com uma penada, toda a preciosíssima e inigualável fonte de informações para o estudo da influência negra em nossa evolução racial.

Que provas seriam essas a que Gama dá um tão preciso qualificativo jurídico, ao mesmo tempo que passa por sobre elas como gato sobre braças?

Ele sabe que o ponto é melindroso e que nele residem circumstancias que lhe desvendariam a parte da existência propositadamente sonogada e, por isso mesmo, esflora o assunto, como se fôra de somenos.

A meu ver, prova inconcussa só havia uma: a certidão de batismo, que não podia deixar de registrar a sua qualidade de filho natural de uma negra livre, documento probante por excelência, cês que, no tempo, as Igrejas eram os cartórios de paz do Império.

Ora, nós vimos, páginas atrás, que esse assentamento, pelo menos, com o nome de Luiz, não existe no Tombo, da Curia Metropolitana da Baía, existindo, entretanto, os livros em que Gama diz ter sido registrado. E, se, como suponho, o assentamento do filho de Luiza Mahin está feito com prenome diverso do que ele usou em São Paulo, o documento não lhe adiantaria nada para provar a sua qualidade de cidadão livre. Salvo se ele conseguiu, depois de obter a certidão, que se destruísse a página onde constava o seu assentamento no livro respectivo da Igreja Matriz de Itaparica. Suposição improvável para um mo-

leque de dezoito anos. É em minha correspondência com a Baía, não ha a menor referência a esse fato de existirem páginas arrancadas ou mutiladas.

Ser-se-ia, portanto, levado a concluir, razoavelmente, que não foi com esse documento que ele obteve a sua liberdade.

De que maneira, então, a efetivou? Tratar-se-ia de alguma declaração de autoridade baiana, suficientemente influente no tempo, garantindo, pelo conhecimento anterior, a qualidade de homem livre de Luiz Gama? Quem sabe? Se romances fizessem prova, poder-se-ia sustentar a tésse com o livro do sr. Pedro Calmon, "*Os Malês, a insurreição das senzalas*" e apontar para provavel fiador de Gama, a figura do político brasileiro, Angelo Muniz da Silva Ferraz, depois barão de Uruguaiana, aquele mesmo causidico que foi o desalmado promotor do processo da rebelião negra de 1835 e que tantos escravos fizera condenar á morte ou "aos 400 açoites", baseado em papeluchos escritos em lingua hebráica, tidos como comunicações revolucionarias e que, traduzidas hoje, revelam ser apenas simples orações e invocações a Allah, ingenuas e inofensivas.

Mas tanto seria proiingar uma fantasia, sem fundamentação histórica alguma, como veremos que é o livro, no fim deste volume.

A verdade sobre o caso, nunca ninguem a soube e, provavelmente, não a saberá jamais. Permanece apenas

incontestavel que Gama conseguiu provar o seu direito á liberdade e nunca mais foi incomodado por isso.

Durara-lhe o cativeiro aproximadamente oito anos e decorrera-lhe relativamente facil. Nem mesmo duro se pode afirmar que fôra, embora doloroso para a sua fina sensibilidade, porque a sorte lhe dera um senhor severo, mas que "*lhe votava estima*". Dentro de sua acerba infelicidade, tivera bem mais fortuna que muitos milhares de negros boçais, que a lei declarava livres e que a justiça da terra encaminhava para as repartições publicas. Deviam servir 14 anos. Lá ficavam toda a vida.

NA FORÇA PÚBLICA

Declarado liberto, Gama refugiou-se na Força Pública da Província, acolhendo-se á sombra protetora da instituição militar. A sua relativamente longa permanência na milícia, para a qual não tinha a mínima vocação, não se compreenderia senão como o homizio de um homem que acaba de cometer uma grande façanha, em meio hostil, e que teme novas investidas contra a sua independência e autonomia, sempre faceis numa quadra em que a cõr da pele decidia dos destinos dos homens.

Gama, ingressando na policia militar, não lhe levou, como não podia levar-lhe, a sua alma. Era a negação do espirito daquela classe, feita de dedicação e disciplina. Fê-la apenas uma estação de passagem. Seu ideal estava alhures, no veneno que Prado Junior lhe injectara nas veias, ensinando-lhe a leitura e a escrita. A força pública devia ser uma ponte para o seu alvo. E a prova está em que ele, tendo obtido um protetor valiosíssimo, o conselheiro Furtado de Mendonça, delegado de policia da Capital, não conseguiu fazer carreira, na tropa, apesar de sua intelligência e de sua vivacidade espiritual, quando centenas de moços ativos, com muito menos credenciais que ele, sempre encontraram, na hoje centenária corporação, um

campo de fácil acesso, escalando rapidamente os postos de maior relevância. Gama não logrou ir além de cabo de esquadra, e assim mesmo, cabo grãduado, isto é, cabo não efetivo, pois a gradação sempre indicou no exercito que o militar pertence ao posto imediatamente inferior, sendo, na escala de antiguidade, o numero um para a promoção ao posto imediato. Porisso, é *graduado*, isto é, pode usar as insignias do posto a que terá fatalmente de ser promovido, mas a que ainda não chegou.

Gama não amava a farda e as occupações militares. Preferia profissão que lhe interessasse a mania intelectual. Fez-se copista, valendo-se de sua amizade com o escriptão major Benedito Antonio Coelho e, a seguir, entrou, como amanuense, no gabinete do conselheiro Furtado de Mendonça. Foi seu ordenança.

E' ainda Gama quem se incumbiu de documentar a história quanto ao seu nulo pendor militar e ao seu ardente desejo de ser alguem, do ponto de vista intelectual. Em artigo que teremos de reproduzir na integra, mais tarde, escrito em 1869, sem a minima intenção de traçar a própria biografia, Gama denuncia o verdadeiro motivo que o levou á Força Pública:

"Ha cerca de vinte anos — diz ele — o exmo. sr. Conselheiro Furtado, por nimia indulgência, acolheu benigno, em seu gabinete, um soldado de pele negra, que sollicitava ansioso os primeiros lampejos da instrução primaria.

.....

Ao entrar nesse gabinete consigo levava ignorancia e vontade inabalavel de instruir-se."

Não podia ser mais claro. A exagerada modestia fazia-o reconhecer-se, em 1848, pouco mais ou menos analfabeto. Mas, como sabemos que já o não era, compreende-se bem a proporção que ele estabelecia entre o que até ali aprendera e o que desejava adquirir.

Façamos-lhe justiça, reconhecendo que conseguiu o seu intento. Com as lições contínuas que lhe ministrou o seu bemfeitor, e que o negro, gratíssimo, não se cansa de pôr em relevo, Gama realizou a mais inacreditável obra de cultura autodidática, num prazo de tempo curtíssimo que se pode apanhar dentro de datas perfeitamente verificadas. Logrou-o de uma maneira curiosa. Gama obteve autorização para ler os livros da biblioteca do conselheiro Furtado, que devia ser notável e muito bem organizada, como competia a um mestre da Faculdade de Direito de São Paulo. E o humilde soldado, voluntário e pírrônico, realiza então, esta tarefa formidável: leu todos os livros da coleção que lhe oferecia o protetor e amigo, repassando-a com deleite e volúpia. (10). Isso explica como ele pôde organizar aquela sua grande bagagem de conhecimentos jurídicos, que o fariam logo mais um dos mais acatados causídicos da Capital da Província, e a cultura e a nutrida leitura que ele revelaria, aos olhos assombrados do público, poucos anos depois.

(10) Informação do sr. Antonio dos Santos Oliveira.

A VOLTA Á ATIVIDADE CIVIL

Uma índole insubmissa como a sua não cabia, não podia caber dentro das regras rígidas e necessariamente apertadas da disciplina militar. É o caso, por ele narrado na Carta, de sua insubordinação contra um oficial, revivendo a um insulto, caso que lhe rendeu o encaminhamento ao “tapete verde”, mais de um mês de prisão, e, por ultimo, a baixa do serviço, tinha de acontecer, mais dia, menos dia. Estava dentro da lógica de seu temperamento.

Ademais, a Força Pública já lhe prestara o enorme, o importante serviço que ele pleiteava, quando lá entrara: a sua formação espiritual, o enrijamento do caracter, a solidificação de sua personalidade. Foi o benefício que a polícia lhe rendeu, dos 18 aos 24 anos de idade. É o incidente, que Gama relata com côres patéticas, ainda um tanto estomagado com a passagem, foi, ao contrário, a pedra de toque de sua individualidade. Revelou-lhe, marcadas e fixas, e dali por diante, inalteráveis, a altivez, a rebeldia, a incapacidade de conformar-se com a injustiça, qualidades que vinham de lá de traz, das impaciencias e das irrequietudes de Luiza Mahin, e que se apresen-

tavam, agora, no filho, amalgamadas pela expressão soberana de uma vontade personalíssima.

A Força Pública, se não lhe dêra os hábitos de disciplina corporativa, se não conseguira interessá-lo na sua própria vida, criando-lhe no íntimo a aspiração da carreira do soldado, consentira-lhe realizasse o seu outro ideal de homem civil, disciplinado pela cultura.

Despida a farda, em 1854, perambulou por aí como escrivão de varias delegacias da Capital até ser nomeado, dois anos mais tarde, amanuense da Secretaria da Polícia. O dedo do protetor do Conselheiro Furtado de Mendonça se revela ainda uma vez, solícito e vigilante. Tinha o furo dos valores, aquele velho e illustre professor de Direito. Quando ninguém comprehendia a alma do grande negro, o jurisconsulto já lhe presentira nos ombros as pontas nascentes de seus remígios de "aiglon".

Pode dizer-se que, chegados a este ponto, a Carta de Gama a Lucio de Mendonça já não interessa mais. O abolitionista, na relação de seus dados biográficos, apenas contara ao amigo os trechos de sua vida menos importantes, aqueles em que sua vontade não infinira propriamente nada ou em escala muito reduzida.

Para entendê-la, doravante, é mister segui-lo nas suas manifestações sociais, que ele, modestamente, não quiz narrar em 1880.

SEGUNDA FASE
(1856 — 1882)

O SATÍRICO

A nomeação de Luiz Gama para amanuense da Secretaria de Polícia, imprime-lhe á vida uma nova estabilidade. Liberto das peias da disciplina militar, que seu temperamento não podia compreender e menos aceitar, indôcil que era de natureza, ficara-lhe a preocupação pelo pão quotidiano. A posse do emprego público, garantindo-o na luta pela vida, apesar dos poucos rendimentos do cargo, fôrta-o a esse cuidado.

E pôde ele assim entregar-se completamente ao seu sonho de aparecimento literario, a vaidade de ser autor de livro publicado. Começou a colaborar na imprensa e, como bom brasileiro, tentou-o aquêta connectiva. Usa que preside a poesia.

Em 1859, tres anos depois de nomeado, a Tipografia Dois de Dezembro, desta Capital, propriedade de Antonio Louzada Antunes, editava as suas muito citadas, mas mui pouco conhecidas, "Primeiras Trovas Burlescas", de Getulino. Era uma estreia, que havia de ser um ponto final.

Dois anos mais tarde, appareceu a segunda edição, e esta colleccionada pela Tipografia de Pinheiro & Cia., sita á rua do Cano, 165, no Rio de Janeiro.

Não é possível apurar o numero de exemplares da primeira fornada para saber até onde tinha ido o favor do publico, adquirindo o livrinho e determinando, em tão curto prazo, para a sociedade do tempo, a necessidade da segunda fatura. Pode ser que, para tanto, haja concorrido o tom satírico de que a maioria dos trabalhos estava revestida, como pode bem ter acontecido que fossem as alusões e pontas a figurões do tempo, enxertadas nas entrelinhas, e inatingíveis hoje, que houvessem provocado a divulgação do livro. Ou, talvez, houvesse influido o imprevisto da publicação.

Disse Coelho Neto, no Prefacio da 3.^a edição, em 1904, que o verso de Luiz Gama "se não prima pela beleza da forma, se não cintila em labores de arte, se a rima, por vezes, é pauperrima, é leve como a flecha, silva, vai direito ao alvo, crava-se e fica vibrando". E José Feliciano (11), recordando a frase, comenta: "Coelho Neto disse bem que os versos de Getúlio não são de primeira agua ou correção, sobretudo para quem os lê, depois que o parnasianismo nos habituou a certo apuro de linguagem, a certa metrificacão cuidadosa".

Não era, portanto, o esplendor da roupagem artistica o que trouxera o sucesso do livro. O exito talvez fosse determinado por um fato notavel, que devera ter impressionado a sociedade do tempo: a fulgurante intelligência

(11) Artigos no «Estado de São Paulo», sobre «Luiz Gama e as trovas de Getúlio», em dezembro de 1930.

daquele preto que, escravo e analfabeto integral, em 1847, quando Prado Junior lhe ensinou as primeiras letras, surgiu, inopinadamente, poeta, com livro publicado e bem recebido pela crítica indigena, doze anos depois. O sucesso era realmente fóra do comum e devia ter chocado o ambiente de maneira vivíssima. Por mais que o quizessem uegar, o livro constituia um veemente libelo da raça desprezada, que demonstrava, assim, a sua capacidade de ascensão.

E o protesto não vinha com o tom declamatorio das tiradas retóricas contra a opressão e contra a violencia. Era um protesto risinho, referido daquele riso escarninho e vingativo que é o traço fundamental das sátiras.

Porque suas composições poéticas, se não têm nada de extraordinario como beleza exterior, se não denunciam nele um privilegiado das Musas e um eleito da Arte, punham de manifesto um observador arguto e um vivacíssimo crítico de costumes. Excedeu-se Alberto Faria, o de Campinas (12), quando classificou o livro "mero arremedo formal de estrofes exóticas, sobre costumes e defeitos da época". E ainda, quando julgou "quasi de todo serodia" a 3.^a edição póstuma.

Se ha muita cousa que envelheceu, como não podia deixar de acontecer num livro em que inumeras composições nasceram do comentário fortuito e ocasional de fatos que se foram succedendo, no pequeno âmbito da cidade provinciana, a obra possui, contudo, muita cousa

(12) Conferencia no Instituto Historico Nacional, publicada no «Estado de São Paulo» a 13 de maio de 1924.

que se lê e se pode rler com prazer, hoje, e que se lerá por muito tempo ainda, porque nele Gama castiga defeitos e faltas universais. E se tal não tem transparecido, como devia, no estudo de sua feição marcadamente satírica é porque, regra geral, todos os seus pretensos biógrafos, sem excetuar Alberto Faria, para mostrar que lhe leram as composições, citam invariavelmente os versos da poesia "Quem sou eu?", trabalho que o povo recrisinou de "Bodarrada", título por certo muito mais expressivo e muito mais adequado que o outro. Ora, se "A Bodarrada" pode considerar-se a produção mais feliz que lhe saiu da pena, absurdo seria supor que, lidando ele tantos anos no jornalismo, e tendo-se valido sempre da zombaria e do ridículo como armas de ataque, Gama só tivesse escrito de verdadeiramente aproveitável aqueles versos. E se a sua feição artística se estereotipou, em nossa literatura, por meio daquele clichê, deve-se isso exclusivamente ao fato de haver Silvio Romero, na segunda edição de seu livro máximo, dado relevo ao trabalho, citando-o na íntegra. E invariavelmente ou quasi, a poesia que os críticos e biógrafos do negro, lhe citam, é a conhecida "Bodarrada".

Gama, entretanto, que é satírico, de verdade, que ama rir á custa da sandice, das contradições e das tolices alheias, que chega a ser ácido muita vez, aparentando, não raro, mau estomago, descendo mesmo ao impropério se isso lhe dá ganas, tem muitas outras páginas interessantíssimas, que vale a pena recordar.

Emulo de Camilo, o "escritor que melhor sabia passar uma descompostura", sente-se em todas as suas profissões de fé, a raiva que lhe inspiravam todos os contrafactores da verdade. Tudo em Gama é arrebatamento. Fazendo versos ou jornalismo, advogando ou falando, é sempre o mesmo homem, tentando fazer esplendor, com o fogo de sua paixão, com o entusiasmo de seu verbo, com a zombaria vergastante de seu riso, a Justiça, o Direito, a Lisura, a Retidão. E investe, sem medo, com um destrançamento de língua completamente fóra das normas do tempo, contra tudo que é arremedo, contra tudo que é falso, que é hipócrita, que é dissimulado.

Dissera ele, na "Prótase" de suas "Trovas Burlescas":

«É porem colocar-se á retaguarda
os venerandos sábios de influência;
que o trovista respeita, submisso,
honra, pátria, virtude, intelligência.

Só corta com vontade nos malandros,
que fazem da nação seu monte-pio;
no remisso empregado, sacripante,
no lorpa, no peralta e no vadio.»

E ratifica no "Lá vai verso", deixando bem claro sobre que alvos se encanxinaria de preferência sua musa irreverente:

«Quero a gloria abater de antigos vates
do tempo dos heroes armi-potentes;
os Homeros, Camões — aurifulgentes,
decantando os *Borões* da minha pátria!

Quero gravar em lúcidas colunas
o obscuro poder da parvoíce
e a fama levar á vil sandice
ás longinquas regiões da velha Bactria!»

E de maneira insofismavel se definira, por fim, na última décima do "Novo sortimento de gôrras para gente do grande tom":

«Eu, que inimigo sou do fingimento,
em prosa apouquetoado sem talento,
apenas soletrando o b - a, ha,
empunho temeroso o maracá.
.....
.....
Qual vespa, esvoaçando, atroz, picante,
com sátira mordaz, sempre flariante,
picando, picarei por toda a parte,
se a tante me ajudar ferrão e arte.»

Não lhe importa, como se vê, o fulgor da frase. Interessa-lhe apenas a força com que a exprime. E seus versos, se não têm o brilho dos labores accepillados, sobre os quais suaram o escopro e o camartelo, na ânsia da perfeição, como idéas e como pontas são quasi sempre de um vigor notavel e ferem, a miúdo, funda e dolorosamente.

Do livro repontam as quisilias, as antipatias, as birras e teirós mais firmes e mais inveterados de seu espirito. Não são muitos: os barões do Imperio; o ouro que tudo doura e redoura, em camadas espessas de purpurina, mesmo o que é moralmente ou espiritualmente



Claudina Fortunata Sampaio, esposa de Luis Gama.

sórdido; os políticos e seus aderentes, que se grudam, patrioticamente, ás arcas da fazenda real; os velhos e velhas dominados por paixões temporãs e maridos ingenuos a que as mulheres enfeitam a vida; a jatância dos simuladores do talento; a moda do tempo e, principalmente, a preocupação da côr da pele, que se ainda hoje existe e incomoda o rebanho humano, muito mais alanceava, naquela longinqua quadra, o coração de um país de escravos, isentos que todos pretendiam ser das máculas e târas com que a senzala inquinara a pureza da raça colonizadora.

"As Primeiras Trovas Burlescas" de Getulino, apesar de haverem logrado tres edições, constituem hoje um livro quasi *introuvable*. E' preciso uma paciência de meses, recomendações particularissimas ás casas especializadas na busca dos livros dificeis para conseguir obter o esquivo folheto. Porisso mesmo, e ao contrario do que fazem quasi todos os seus biógrafos, que citam pouco ou quasi nada, para poder prolongar as proprias parlandas, vou deixar que fale e longamente se expanda o satírico em pessoa. Enquanto não se publica a quarta edição das "Trovas", preciso que o publico julgue por si mesmo e diga se ainda valem as produções de Gama ou se tem razão Alberto Faria, quando as tacha e condena como cousas ultrapassadas e irremediavelmente perdidas.

Os "barões", os eternos negociistas, que existiram sempre, e que mui presumivelmente, sempre existirão, sofrem as iras cáusticas do vate negro como habilísimos traficantes, que sempre foram em todos os tempos, e

que depois de instalados economicamente e comodamente na vida, acabam transformando o seu pendor comercial e o seu dinheiro, em legitima nobreza. Raro será o trabalho em que Luiz Gama não invista contra essa praga que a Monarquia, inteligentemente, explorava e oficializara, fazendo sangrar a vaidade dos ricos e novos-ricos em obras pias e benemeritas. O abolicionista não concorda com essa atitude sagaz do monarca. Apenas vê que

o governo do Império brasileiro
faz cousas de espantar o mundo inteiro,
transcendendo o Autor da geração:
o jumento transforma em «*Sôr Barões*».

Não está nele, não pode aturar esses cavalheiros que aliam, a seu ver, na facil generalização de todas as sátiras, um poder enorme junto da sociedade, em virtude do dinheiro que possuem, a uma incomensuravel estulticia e a uma insondavel estupidez:

«Não posso suportar fôfos barões
que trocam a virtude por dobrões.»

«Vejo fidalgos d'estopa
ostentando os seus brazões,
feito enxerto de dobrões
nos troncos da fidalguia»

A sua ogeriza contra os magnatas permeia-se, diiue-se, difunde-se, como si fôra por csmose, por todas as composições. E' uma especie de *leit-motif*:

«Digam lá o que quiserem,
 fale embora o maldizente,
 eu bem sei que tudo mente,
 sei que o mundo tem razão;
 si eu tivesse na algibeira
 alguns cobres, que ventura!
 mudava o nome, a figura,
 ficava logo — *Barão.*»

A sua obra-prima no genero, isto é, o trabalho em que concentrou toda a dicacidade de seu estro mordaz, toda a bilis repressa de seu velho rancor pelo contrafeito, por tudo o que pretende simular apparencia nobre, por todas as adulterações que visam baralhar valores, misturando *plaquê* e platina, estabelecendo a fraude como norma consentida e mesmo aplaudida de vida social, encontra-se na poesia "Serei conde, marquês e deputado", jorro de ácido muriatico a corroer o amor proprio dos nobres e fidalgos feitos de encomenda pelo Império. Silvio Romero incluiu a composição na sua "*História da Literatura Brasileira*", indicando-a como das melhores do bardo baiano. Ouçamô-la:

SEREI CONDE, MARQUÊS E DEPUTADO

Pelas ruas vagava, em desatino,
 em busca de seu asno, que fugira,
 um pobre paspalhão apatetado,
 que dizia chamar-se *Macambira*

A todos perguntava se não viram
 o bruto, que era seu e desertara;
 — Ele é serio — dizia — está ferrado,
 e tem branco o focinho, é *malacara*.

Eis que encontra, postado numa esquina,
 um esperto, ardiloso capadocio,
 dos que mofam da pobre humanidade,
 vivendo, por milagre, em tanto ócio.

— Olá, senhor meu arto — lhe pergunta
 o pobre do matuto, agoniado —
 por aqui não passou o meu burrego,
 que tem ruço o focinho, o pé calçado?

Responde-lhe o tratante, em tom de mofa:
 · O seu burro, scilicet, aqui passou,
 mas um guapo Ministro fê-lo presa
 E nun parvo *Barão* o transformou!

— O' Virgem Santa! — exclama o tabaréu
 da cabeça tirando o seu chapéu —
 Se me pillha o Ministro, neste estado,
 Serei Conde, Marquês e Deputado!

Gama invetiva, com o seu riso e o seu sarcasmo, os defeitos de seu tempo. Não é, note-se bem, um humorista, ao feitio inglês, comentador de fatos a que quizesse sarjar a nota do ridículo pelo jogo displicente da contradição. Como legítimo satírico, ao gosto clássico, ele é moralista, a quem calha otimamente a divisa celebre de Santeul, na tenda do Arlequim "*Castigat ridendo mores*". Gama quer realmente concertar malfetorias, remover agravos e corrigir os erros do mundo, como tipo de acção que inegavelmente era e que trazia portanto, como fôrro da propria personalidade, a tendencia central do mestre-escola.

Reformador, sem dúvida, e como ele mesmo dissera, "robustecido de severa moral; (13) tinha todos os ingredientes espirituais para vir a ser um autêntico "Aristófanes de pinchaim" se o meio estivesse tão amadurecido e evoluído que comportasse a criação de um teatro de costumes e, mais que isso, de crítica de costumes.

A época era ingrata e Gama satisfez-se com o remoque escarminho de seu ditos maledicentes. E seu verso, mui frequentemente, justifica a classificação de Coelho Neto: "leve como a flecha, silva, vai direito ao alvo, crava-se e fica vibrando." Vejamò lo em outras arremetidas.

A moda lançara, no seu tempo, a saia-balão, a tremenda traquitana que nós, hoje, nos assombamos haja havido gente com a coragem de a carregar, mas que as mulheres, sempre dóceis e obedientes aos ditames daquilo que se apresenta como novidade do bem trajar, não se negaram a ostentar, principalmente nas festas e cerimônias solenes. A saia-balão foi uma das ogerizas de Gama. Andou com ela sempre ás festilhas e não lhe regateou nem chacotas, nem bufonérias. Dedicou-lhe uma de suas mais extensas composições: trinta e uma oitavas em tetrasilabas, a que se intitula "O Balão":

«Requeiro, ó Musa
do grande Urbino,
pince! cívino,
d'alto rojão;

(13) Na carta-polêmica a Furtado de Mendonça, «Pela última vez».

de Tasso, o genio,
de Homero, a fama,
que o mundo aclama,
d'aurea feição.

Que cantar quero,
vibrando o plectro,
com doce metro,
erguendo aos ares
novas esferas,
tontas megeras
de rubição.

E vai por essa toada, até dar com a saia:

«Silencio! é ela!
Tão vaporosa
Ven, e formosa,
— que treme o chão!
Gondo cetaceo,
deixando os mares,
que afronta os lares,
sobre um baião!

Eu te saúdo,
O' tartaruga,
romba taruga
de harracão!
Monstro que alojás,
sob os babados,
dez mil soldados
do rei Plutão!

E para crivá-la de galhofa, conta, no mesmo trabalho o episódio cômico do desmaio de uma donzela, que trajava a horrenda saia. Levada para uma cama, enquanto ainda estava no faniquito, trataram de a ir aliviando do pesadíssimo traste:

Foram tirando,
sem causar maguas,
fôfas anaguas
de canelão;
curvadas molas,
arcos de pipa,
cordas de tripa
e um rabecão;

caixas de guerra,
rouco zabumba,
que alem retumba
como um trovão;
sefpuda palha
para viveiros;
dous travesseiros
e um trombão.

Eis que debaixo
do tal babado,
pula espantado,
de sopetão,
tremendo gato,
miando, aflito,
mais exquisito
que um sacristão.»

Já bem mais tarde, nas composições que só se aproveitariam na terceira edição das "Trovas", Gama volverá à carga. O perpassar dos anos não diminuiu a zanga contra a sua vincadíssima antipatia. Na "Epistola Familiar", publicá-la no "Cabrião" de 16 de dezembro de 1866, a saia balão ainda leva uma boa cóça:

«Sem postigo, a magricela
dá suas ares de gazela,
de raposa ou velha gata.
Mas, vestida, ó que fragata!
Tem postigos, portinholas,
suspensórios, sugigolas,
ferros, mastros, cordoalhas,
encrespadas marayallas,
bordas falsas, cabrestantes,
sondas, hoias e oitantes,
bujarronas, vela grande,
em que o vento aulaz se espande;
chaminé, carvão e gas,
breu, azeite e agua-ras;
por botinas, duas lanclas,
os dois pés servem de pranchas;
lenha, estopa, o alcatrão...
tudo embaixo do balão.»

Os velhos e as velhas também tiveram no livro o seu quinhão de lancetadas. E também os maridos bigodeados, os "coitadinhos", como ele, em fingida e pungente piedade, os apelidou. Não podiam escapar. Dês que o mundo é mundo, foram eles peiourinho da zombaria de

todos os mofadores contumazes, que se jogaram sempre a fundo, em esgrima facil, contra as infelicidades conjugais. Gama atira-lhes, sempre que pode e quasi sempre de passagem e de raspão, flechadas que eie ervou do veneno satirico. Assim no seu elogio do rapé, na poesia "A Pitada":

«Contra o peso da cabeça
é remédio tão gabado
que o não deixa um só momento
todo homem que é casado.»

E, além de outras, arrumou-lhes, aos maridos distraídos, aquella carapuça da "Farmacopéa", acerando a pua com o oferecimento de suas mesinhas e quinquilharias literarias de seu "bric-à-brac" sardônico:

«Marido que a consorte não recata,
Entregue ao desvario, ao desatino,
que, na pândega alegre, não repara
a figura que faz de «Constantino»...

Tem sortimento
já reservado,
grinalda e górra,
chapéu-armado;
barrete á moda
com dois raminhos
para descaroço
dos passarinhos.»

Com muito mais razão e com muito mais motivo, o teriam pela prôa todos os simuladores do talento. O caso interessava-o do ponto de vista sentimental, pois sabia, de ciência própria, o que custava realmente a aquisição da cultura e do saber. Acurvara-se sobre os livros, em noites e noites de insônia, embrenhara-se pelos ingremes cantinhos da sabedoria para emparelhar com os que lhe levavam uma dianteira fácil e comoda, dobrara o trabalho comum com as horas de estudo porque sentira o peso do enorme tributo que impunha o preparo intelectual. Não toleraria, portanto, aqueles que apenas desejavam empulhar o proximo, impostores que campavam de sabios ou de artistas:

«Se impera no Brasil o patronato,
fazendo que o camelo seja gato,
levando o seu domínio a ponto tal,
que se torna em sapiente o animal;
se deslustram honrosos pergaminhos
patetas que nem servem p'ra meirinhos,
e que sendo formados bachareis,
sabem menos que' pécas bedeis;
não te espantes, ó leitor, da novidade,
pois que tudo, no Brasil, é raridade!»

Mas são, principalmente, os poetas que lhe excitam a acrimônia e lhe azucrinam a veia contundente:

«Se esquentado patola ás Muses dado,
vai a esmo trovando sem cuidado;
.....

escrevendo tolices de pateta,
consegue sem o crisma ser poeta:

é que Apolo sustenta bizzarria
e cavalos precisa á estrebaria.»

Boutade que ele afina e refina no "A um vate enciclopédico", quando conta que o seu heroe — um assombro desses que entendem de tudo e sabem de "*re omni scibile*", e mais o adendo que Voltaire lhe applicou do "*quibusdam aliis*" — tambem se puzera a fazer versos. Gama não pôde sopitar a sua exclamação de assombro nem a motivação clarissima que lhe ocorre do milagre. E' que o sabio

«invadindo as baías do Parnaso,
o lugar conquistou do tal Pegaso!»

Estava no seu irrespeitoso feitiço a volupia desses epigramas acerbos que, numa síntese de perversidade diabólica, rasgam a carne dos seus alvejados. Adquirem a consistencia e perpetuidade dos proverbios e das máximas. Até os mestres de direito, os que ensinam a applicar a lei e os que repartem a justiça, até esses, entre os quais tinha amigos, dos mais queridos e amados, não conseguem escapar á sua lingua ferina. Desfecha-lhes esta seta venenosa, que ainda está vibrando, que vibrará por muito tempo ainda:

«Doutores da Verdade, do Direito...

mas que no «tortos» tambem lá dão seu geito...»

Calcule-se, assim, o que não diria do dinheiro esse endiabrado que sabia encontrar o gracejo pungente para abater e humilhar a vaidade alheia. Ha, pelas "Trovas" inúmeras referencias ao ouro. Nenhuma terá, entretanto, a força e a vivacidade viperina desta oitava do "Que mundo é este?":

«O poder é só dos Cresos,
a ciência é de encomenda;
sem capital e sem renda,
com pouco peso — o que val?
Talentos — palavras ôcos,
que nunca deixaram saldo...
Não ta sustancia no caldo
que não tempera o metal!»

Contra os políticos, então, especialmente aqueles que transformam o patriotismo numa excelente e rendosíssima industria e que, á força de declamações líricas, se apegam ás arcas do Tesouro ou se envolvem nas negociatas que se fazem com o lenço-plácito ou com o silêncio dos amigos do poder, contra esses, Gama é implacavel. Aqui ele assume integralmente o papel de Aristófanes, clamando contra os "chuchadores" do regime, e com as mesmas armas do ridículo. Se quizesse, ou melhor, se pudesse citar, teria de encher páginas e páginas, maximé se enveredasse para a produção posterior ás duas primeiras edições do livro. Não é possível. Minha promessa de documentar abundantemente o estudo, obriga-me a contentamento neste capítulo, porque tenho ainda

muito que transcrever. Escolho uma de suas objurgatórias risonhas, que é das melhores das "Trovas" e que, assim mesmo, não trasladarei na íntegra. Darei, contudo, o suficiente para que o leitor possa julgar como Gama desenvolveu o tema. É o trabalho intitulado "Os glutões":

«O' tu, quadrada Musa impavesada,
soberana rainha da papança,
borraçuda matrona insaciavel
que tens o corpo pingue e larga pança:

.....
.....

Vem á triste morada do trovista
um canto lhe inspirar que cheire a bife,
para a fama elevar dos lambareiros
sobre a grampa do monte Tenerife.

Vem, filha do pincel do grande Alciato,
dourar os versos meus que, descorados,
não podem atraír leitores sabios,
amantes da lambança e bons guisados,

derrama nestas folhas desbotadas
o perfume odorante da linguiça,
do paio português, do bom salame,
que a fome desafia e nos atica,

transmada o negro veu da escuridão,
que a vista me detem, cerrando os olhos:
um quadro me apresenta em que divise
saboroso pastel com seus refolhos,

presuntos de Lamego, perús cheios,
 rosbifes, e leitões, tenras perdizes,
 tostado arroz de forno, nabes quentes,
 gansos, marrecos, patos, codornizes.

E entra pelo capítulo das bebidas e arrola tudo, num painel de *gourmet* sabido, treinado no "fardel das comidelas". Relembra, então, a glória dos comilões celebres, que fizeram a fama de outras eras, Clodio, Melon, Crotoniense, Fago, Mitridates, Cambises, Filoxeneo, que deixaram o traço de sua insaciavel garganta pela história. Chama-os "glutões já cadentes". Nós temos melhor. Cale-se, agora, a musa antiga:

«Desdobre-se a cortina boïorenta
 sobre os nomes dos filhos lá da *estranja*.
 Repimpem-se no templo da vitória
 os brasileiros herois que comem canja (14)

.....

Etereo Caravagio trace as linhas
 dos comilões de rúbidos toutiços,
 que o tonel das Danaides têm por pança
 onde cabem sem custo, mil chouriços.

Calem-se os Celtas, Gregos e Romanos;
 Silencio, ó Tuba Aonia e Lusitana!
 Erguei-vos, ó glutões de minha patria!
 Temos côco, cajú, temos banana!

.....

(14) José Feliciano, no citado artigo do «Estado de São Paulo», em dezembro de 1930, com o título «Luiz Gama e as Trovas de Getulino», aludindo á piada, relembra que era esse o prato predileto do Imperador.

Dos Clodios e Milhões procligios altos
Do ebrio Filoxeneo heroicos feitos,
Sem viço, desbotados, já sem cores,
Por terra vão caindo, em pó desfeitos.

Junto deles assoma ousado e forte,
O dente arreganhando, um deputado,
Que com quatro apoiados retumbantes
Nos cofres da Nação tem *manducado*;

Um longo diplomata aparvalhado,
Com pernas d'aranhiço, estenso pé,
Que na Europa se fez profundo e sábio
No trafico do fumo e do café.

Retumbante engenheiro de compasso,
O lume encaixotando nos planetas,
Metendo em *Capricornio, Libra e Venus*,
O sonante metal chucha com tretas.

Centenas de empregados — *gente limpa*,
Que os penedos não roe, por não ter dentes,
Encaixados no fardel das comidelas
A patria reduzida a dobrões quentes.

Famintos tubarões, sedentos monstros,
Imortais tesoureiros de obras pias,
Que engolem pedras, o metal devoram,
Sem que reque a barriga em tais folias;

Os sagazes carólas d'ordens sacras,
Vigários, andadores, sacristães,
Que tragam, num momento, Igreja e Santos
Sem meter na contenda os capelães.

O' si Deus sobre a terra derramasse
Moedas de *quintal*, causando horror,
Inda assim saciar não poderia
A fome dum voraz procurador!

Prestante pai da patria — *homem de peso!*
Entre rato e baleia — acachapado —
Morde aqui, roi ali *lambe* acolá —
Mete dentro do bucho o *Corcovado!*

Se quereis, ó leitor, ver já por terra
Cambises, que enguliu sua esposa,
Sim, prodigio maior vos apresento:
Um Ministro vos dou — *papa! Mavorte!* —

Que abusando das leis da natureza,
A' mãe patria se agarra, como louco,
Chupita a pobre velha, e logo brada,
Batendo no bumbullo: — Inda foi pouco!

Deixemos, pois, atraz a gloria antiga,
Das potentes gargantas esfaimadas.
Hosanas entoemos furibundas
A's modernas barrigas sublimadas.

Que feitos gloriosos desta lãa
gravados viverão na lauta história,
no perfume de vinho, e dos guisados
voarão sobre as azas da memória.»

Este trabalho apparecia já na edição de 1859, isto é, na estrêa do ex-escravo e analfabeto de 1847. O agri-doce e risonho veneno que manava ininterruptamente de

seus versos, teria determinado a punição rigorosa não de um só, mas de um regimento inteiro de funcionários publicos, em qualquer época e em qualquer parte do planeta. Gama não foi incomodado. Pelo contrário, elogiaram-lhe a verve espirituosa e ele continuou a cultivar o genero, com mais afincio até, pois que, depois das "Trovas", só se conhecem, publicadas na 3.^a edição, poesias de sátira política. É com uma agravante de peso: a melhoria visível de seus versos, adquirindo clareza e mobilidade o periodo, elastico que se lhe fazia o boleio da frase, mais cuidado que dantes, mais fivente pela segurança que lhe proporcionava o seu manejo constante.

A "*charge*" que ele escreveu no "Diabo Coxo", em agosto de 1865, acerca da formação da atmosfera favoravel á guerra do Paraguai, "*charge*" maligna, a castigar todos os patriotas de encomenda, que figuram em todas as manifestações espetaculosas, mas que se escondem na hora de seguir para a frente, ao mesmo tempo que atesta a sua invergavel independência de espirito e a sua coragem de dizer franquezas, temeridade mesmo em afrontar a opinião pública, tambem mostra que ele, se quizesse, atingiria, sem esforço, ao humor inglês de Machado de Assis e de Leo Vaz. Releiamos a ultima passagem das "Novidades Antigas", fecho do capitulo II. Tratava-se do seguinte:

«Os Licurgos da nossa Edilidade
em nome da sagrada liberdade,
chamaram a congresso todo o povo
afim de discutir um fato novo.

A' Maria

EPISTOLA FAMILIAR

Depois do penosa auzencia,
Minha querida Maria,
Devo dar-te novas minhas,
Feriadas de alegria.

O beijo que tu me deste
Inda nos labios o sinto,
Que nos meus labios revivem
Dos teus o beijo faminto.

Aquelle apertado abraço,
Que entre soluços me deste,
Ha de ser o eterno laço
Do nosso encanto celeste.

*Tu nome, minha Maria,
É a lacrima do mar...
Esquiva pallida peralva
A' flor das ondas, sem par.*

Um dos adentros de proprio punho de Luiz Gama, a uma de suas poesias, publicadas em «O Polichinello». A coleção desse jornal existe no Arquivo do Estado.

Era o caso — salvar a Patria nossa
 e dar no Paraguai tremenda coça:
nanfragios, perdições de toda a sorte,
que o menor mal de todos seja a morte.

Pejaram-se os salões, quartos e salas
 da gente que de assucar come balas,
 mais valente que Cezar ou Roldão,
 que batalhas venoia a cachação;
 doutores da lanceta — irmãos da Morte,
 mais ferros na mataiça que Mavorte;
 doutores da Verdade, do Direito,
 mas que no «torto» também lá dão seu geito;
 retundos vendilhões, magros artistas,
 deputados, santudos cabalistas,
 patriotas magriços e pansudos,
 aqueles tagarelas, estes mudos.
 Enfim, todos que tinham perna ou mão,
 que perder não podiam tal função,
 ali compareceram juntamente,
 de semblante garrido, ardor latente,
convocados da parte de Tonante
pelo neto gentil do velho Atlante.

Depois de falar o presidente da sessão, cujas sentenças “a turba valorosa eletrizaram”:

«Cada qual um canario se julgava,
 de calar-se ninguem ali cuidava,
 queriam falar todos de um só jato.
 Rompendo em tenebroso espallafato
 — a saltos de polé por badulaques —
 qual se ardessem dez mil cartas de traques.

Impôs Tonante a paz, então, de novo,
 Por que um orador falasse ao povo.
 -- Silêncio! — disse alguém, se levantando
 Silêncio guardam todos, não falando.

Ergue-se da retórica o maestro,
 que de ás tumbas orar tem mania ou sestro,
O canoro fagote embandeirado,
os corações, á paz acostumados,
vai ás fulgentes armas incitando,
pelas concavidades retumbando.

Da campaca arrojando gradações,
 os tetos faz tremer d'amplos salões;
 ribombos de erargueia, epifonemas,
 em frases de esearhar — as mais extremas;
 metáforas brilhantes, etopéias,
 capazes de empolar dez epopeias,
 jorram em torrentes caudalosas
 com bulla que os tornava pavorosas.
 O povo alucinado erguera um — bravo! —
 e o tribuno, rubente mais que um cravo,
 a voz fortalecendo com pujança,
 derrama em cada tropo tal chibança,
 que todos, só de ouvi-lo, transportados,
 disparam descargas de «poiados».
 Avante, o *Mirabeau* vai sem parar,
 nem co'a l'ngua do ceu da boca dar:
 os olhos são dois astros refulgentes,
 os gestos aterravam de imponentes,
 os labios semelhavam duas lavas,
 feria a l'ngua mais do que com clavas:
 as palavras fugiam como raios,
 rachando d'alto a baixo os paraguaios;

e no ar sacudindo a larga testa:
 — Guerral guerral — bradava em ar de festa.
 — Mais guerral reperote a Academia,
 que agora de matar deu-lhe a mania;
 — Haja guerra! — exclamou rico banqueiro,
 guardando, por cautela, o seu dinheiro.
 E o povo, pelos ver tão alarmados,
 soltou nova descarga de «apciados».

.....

Mas eu que me arreceio da mortalia,
 fugi dali com medo da metralhia.»

E para que nada falte á demonstração de sua ousadia e á coragem de suas opiniões, transcrevamos outro trecho, este excertado á “Epistola Familiar”, composição escrita em fins de 1866, ainda dentro de mesma época de efervescencia da luta contra Solano Lopez, trecho no qual Gama sorri, com aparente bonhomia, mas com malícia manifesta, dos achaques de que nós, os paulistas, sofremos ás vezes, com a demonstração de nosso pendor guerreiro e com a exaltação de nosso bairrismo. A página tem sabor moderno, ha setenta anos de distancia:

«Bem sei que a velha historia,
 por querer turbar a gloria
 aos preclaros descendentes
 dos heroes arnúpentes
 — Cubas, Pires e Buenos —
 que venceram turcos, brenos,
 ehinos, persas, anglicanos,
 fansarrões herois hispanos

— Sancho Pansa e D. Quixote —
 a bodoque e a chifarote,
 quer por força que o Deus Marte
 fosse nado em outra parte.
 Eu, porem, protesto e juro,
 do que digo bem seguro,
 que a estrangeira historia mente,
 porque Marte é desta gente!
 Linda mais dizer-te quero,
 contra a voz do mundo fero,
 que as vitórias desta terra
 quer lançar do lodo á berra,
 que São Jorge, o gran guerreiro,
 aqui viu a luz primeiro;
 que São Pedro, o pescador,
 aqui foi agricultor;
 e São Paulo, o cavalista,
 pela fama, foi paulista.»

Parece-me que, tais amostras, (e eu que não citei tudo quanto saiu de sua pena pérfida contra as manias da Paulicéa e da sua gente), nada mais era preciso para que a má-vontade dos políticos e dos homens do poder se viesse concentrando contra esse outro “bôca de inferno” que, ha dois séculos de intervalo, repetia as pasquinadas do outro mulato da Baía.

Forasteiro, de pele muito queimada demais, num meio em que predominava a escravidão, mal alforriado ainda das malhas em que esta injustamente o aprisionara, muito já seria tolerá-o na sua ascensão a funcionário público, ocupando um lugar que caberia, legitimamente,

a um branco necessitado do amparo dos poderosos. Mas, suportá-lo com essa lingua viperina, que desandava a cortar a casaca de todos, sem excetuar o proprio imperador, não era possível que durasse muito.

Em 1868, aproveitando-se os politicos de uma virada ministerial, os seus próprios amigos se viram na contingência de o porem no olho da rua, com aquella nota do "a bem do serviço público" e por "turbulento e sedicioso".

Não admira o tivessem demitido. O que assombra é que houvessem tardado tanto. Numa sociedade tão decorosamente organizada, como foi a nossa, com o profundo respeito da hierarquia social, herdado da colonia, com o vicio congenito da prepotência, adquirido dos capitães-mores e vice-reis, o expediente era, como desforço político, comezinho e trivial por faltas bem menores.

A derrubada dos funcionarios era dos mais insignificantes defeitos, quasi peccadilho venial do regime.

O MOTEJADOR DA CÔR DA PELE

A questão da pigmentação da epiderme, que tantos pruridos levantou em certas classes nacionais, sem nunca haver conseguido formar, realmente, um preconceito de raça, teve em Gama um impenitente zombeteiro, que dela chasqueou em tom de bom humor. Testemunha ocular e fruto, ele mesmo, da intensa mestiçagem que se operou no Brasil, através das senzalas, sentindo o ambiente liberto de prejuízos autênticos, porque o português, antecipando-se, por uma questão económica e quiçá se pelos pendores atávicos, ás conclusões da ciência, nunca trepidou em manter vivo e íntimo o contacto com a negra e com a índia e nunca teve pelos bastardos, nascidos desse conubio, antipatia vincada nem desprezo invencível, Gama deixou, em ditos e versos irreverentes, a sua descrença nas linhagens arianas puras, mesmo nas famílias de brancos que tres séculos depois da colonização, se jactavam da immaculada alvura de sua pele, proclamada immune de qualquer mescla bárbara.

Na sua citada Carta, ao rememorar os seus antecedentes baianos, dissera esta perfidia sorridente, falando do homem a que devia a existência: "Meu pai não ousou afirmar que fosse branco, porque tais afirmações,

neste país, constituem grave perigo perante a verdade, no que concerne á melindrosa presunção das côres humanas...”

Nem o pai, com tantos títulos de fidalguia para aspirar á classificação de *leucoderma*, na rigorosa classificação de Roquete-Pinto, escapou á sua desconfiança. O homem parecia branco e tinha ascendência que autorizava a suposição... Mas quem vai lá saber, nesta terra, onde pretos carregados nas tintas da mãe-natureza, acabam tendo bisnetos de cabelos louros e olhos azues?

Pelo que lhe tocava a ele, individualmente, nunca teve o menor pejo ou menor constrangimento em confessar-se negro e em alardeá-lo mesmo. Conservam-se, pela tradição oral, várias anedotas, autênticas, algumas até já transpostas para os anais da biografia, que provam que Gama não dava importancia nenhuma a essa insignificante particularidade da somatologia dos indivíduos.

Uma delas, que se contou e se reconta a muito, e que nunca appareceu com o seu interlocutor perfeitamente identificado, nem com o motivo verdadeiro da pendência, é a seguinte:

Luiz Gama e o cel. Teodoro Xavier se haviam inamistado porque o haiano, na sua função de advogado dos escravos, conseguira, por intermedio da justiça pública, libertar um negro de propriedade do coronel, provando que aquelle se encontrava ilegitimamente reduzido ao cativoiro.

O senhor não se conformara com a decisão jurídica e viera pela imprensa (se o informante não se enganá,

parece-lhe que foi pela "Província de São Paulo") (15) — e puzera-se a descompor o patrono do liberto, chamando-o repetidamente de *bode*. O apodo não melindrava Gama, que vivia a fazer ditos picantes acerca de sua qualidade de mestiço. Mas tanto insistiu o outro na descomponenda, que o abolicionista resolveu desapontar o adversario. Encontrando-o na rua, achegou-se-lhe, dizendo que precisavam desmanchar uma diferença.

O cel. Xavier supondo que era um convite para as vias de fato, irritou-se e perguntou-lhe em tom violento:

— Pois você já não me furtou o negro? Ainda quer desmanchar a diferença? Diferença de que, seu *bode*?

— Justamente essa — replicou calmamente Gama — Eu não sou *bode*, eu sou negro. Minha côr não nega. *Bode* é V. Exa., que pretende disfarçar, com essa côr clara, o mulato que está por baixo."

Ha outra perfeitamente averiguada, (16) e que tambem se conta, ás vezes, mas sem attribuir a paternidade ao verdadeiro autor.

Numa audiência em que Luiz Gama, como advogado, teve necessidade de ouvir o Brigadeiro Carneiro Leão, homem que gostava de se referir com visível prazer á sua aristocrática ascendência, e que fazia sempre que calhava, e mesmo quando não calhava, alusões ao seu braço, o

(15) O informante é o mesmo sr. Pedro Santos Oliveira.

(16) A anedota foi contada pelo sr. Filinto Lopes.

negro interrompeu o depoente para esclarecer um ponto, da seguinte forma:

— Então, o primo afirma que viu...

— Quem é o primo? — indagou o brigadeiro, estupefato com aquela falta de respeito.

— O senhor, naturalmente, — insistiu Gama.

— Mas, primo de quem?

— Ora, meu, de certo.

— Seu primo? — explodiu o fidalgo num assovo de cólera. Mas baseado em que parentesco?

— Homessa! — concluiu risonho o advogado. — Eu sempre ouvi dizer que *bode* e carneiro são parentes. E parentes chegados”.

Ha ainda outras, porque nesse gênero, algumas entrevistas, bem conduzidas, com pessoas que se recordam do grande negro, ou que conviveram com outras que o conheceram, dariam farta matéria de piadas.

Gama e Antonio Carlos eram amicíssimos e tinham a banca profissional na mesma casa, (17) um sobradinho da rua Quinze de Novembro, pegado ao atual Café dos Andes. O baiano vivia a chamar Antonio Carlos de “negrinho”, fazendo alusão a ser ele, embora branco, de tez ligeiramente amorenada.

Certa ocasião (18) em que o governo imperial mandara proceder ao recenseamento demográfico, o encar-

(17) Além de Antonio Carlos, foram seus companheiros de na banca de advogado, Januario Pinto Ferraz e Dino Bueno.

(18) Esta anedota também foi narrada pelo sr. Filinto Lopes, primeiro tabelião da cidade, e cuja memória constitui uma cronica viva da Paulicéa de outros tempos.

regado do serviço subiu ao escritório em que ambos trabalhavam. Só encontrou o Andrada e elle tomou os apontamentos necessários. Quando voltava, encontrou o preto, na porta terrea, dispondo-se a subir. O recenseador explicou-lhe ao que vinha, informando-o de que o procurara no escritório, e pediu lhe fizesse o obsequio de lhe fornecer os dados ali mesmo. Gama não se recusou e foi respondendo a todas as perguntas do formulário. Quando chegou á pergunta da côr, o advogado dos escravos indagou:

— Que côr o Antonio Carlos registrou?

— Branca, respondeu o funcionario.

— Branca? — espantou-se comicamente Luiz Gama.

— Pois, si aquilo é branco... ponha branco tambem para mim.

E nessa estatística, o advogado negro figura como "caucásico".

Ora, um homem, com essa disposição de espirito, não se pouparia a si mesmo, no assunto, nem pouparia aos outros. E as "Trovas Burlescas" estão cheias de chistes e pontas, em que o primeiro zuzido é elle mesmo:

«Quero que o mundo me encarando veja
um retumbante «Orfeu de carapinha»,
que a lira desprezando, por mesquinha,
ao som descanta de marimba augusta».

É na comemoração poetica a que se vai lançar, pelo livro inteiro, celebrando os casos e honras e causas notáveis de seu tempo:

«Nem eu proprio á festança escaparei.
 Com fóros de *africano fidalgo*,
 montando nua *Barão* com ar de zete,
 ao rufo do tambor e dos zabumbas,
 ao som de mi' aplausos retumbantes,
 entre os netos da Ginga, meus parentes,
 pulando de prazer e de contentes,
 nas dansas entrarei d'*altas caimbas*».

E escrevendo no album de um amigo, que lhe pedira o autógráo, escusa-se de não ser capaz de produzir cousa que valha, porque afirma, referindo-se a si mesmo:

«Ciencias e letras
 não são para ti.
 Pretinho da Costa
 não é gente aqui.»

Os outros, os que tinham antepassados de côr escura e queriam aparentar prosápia illustre na côr, inventando uma superstição que o meio não autorizava, esses teriam, sem duvida, o seu quinhão de boas farpas. E com muito mais motivos, para quem não se poupava individualmente:

«Mulato esfolado
 que diz-se fidalgo,
 porque tem de galgo
 o longo focinho,
 não perde a cauinga
 do cheiro falace,
 ainda que passe
 por braço cadinho.

E si eu que, *pretício*,
 d'Angola oriundo,
 alegre, jocundo,
 nos meus vou cortando;
 é que não tolero
 falsários parentes,
 ferrarem-me os dentes,
 por brancos passando.»

Idéa que ressurge depois, como inseto que se não cansou de ferrar e que guardou ainda bastante ácido corrosivo no acúleo implacável:

«Si os nobres desta terra empanturrados,
 em Guiné têm parentes enterrados,
 e, cedendo á prosápia ou duros vícios,
 esquecem os negrinhos seus patricios;
 si mulatos de cor esbranquiçada
 já se julgam de origem refinada,
 e, curvos á mania que os domina,
 esquecem a vovó, que é preta mina:
 não te espantes, ó leitor da novidade,
 pois que tudo, no Brasil, é raridade.»

Afranio Peixoto, estudando, na "Fruta do Mato", a psicologia do mulato, afirmou que ele "odeia o negro, que já não é; e o branco, que não chegou a ser". Esse singular, mas compreensível estado de alma, que pareceu ser um fenómeno comuníssimo na sociedade brasileira, logo que os mestiços começaram a ascender na escala social, empurrados para cima pelos seus dotes e qualidades intellectuais, dá a impressão de que se exteriorizou principal-

mente nessa ânsia de figurar como branco, num ambiente onde só o branco valia. É a obsessão dos mulatos, porisso mesmo que na fase inaugural de sua valorisação social — hoje muito diminuída, uma vez que o preconceito de cor não tinha por onde lançar raízes — serviu de pábulo ao riso inextinguível de Luiz Gama.

Para ele que campava de descendencia fidalga, pelo lado paterno, e de estirpe real, pe'lo lado materno (19), luxos todos que não lhe adiantaram quando a brutalidade da vida lhe infligira o tremendo castigo da servidão sem esperanças, e de que só o libertara a propria inteligência, só esta valia para o seu fóro íntimo. Todas as mais preocupações humanas, que se podiam incluir entre as estólicas manias de simples "figuração", isto é, dinheiro, importancia, prestígio social, prosápia de boa rale, apenas se poderiam aproveitar para argumentos de sátiras e hureletas. E aqui está a prova no "Soneto", feito sobre o mote: "E não pôde negar ser meu parente".

«Sou nobre e de linhagem sublimada,
descendo, em linha reta, dos *Pegados*,
cuja lança feroz, desbaratados,
fez tremer os guerreiros da Cruzada!

Minha mãe, que é de proa alcantilada,
vem da raça dos reis mais afamados —
blasonava, entre um bando de pasmados,
certo parvo de casta *amorenada*.

(19) O proprio Luiz Gama parece inculcá-lo na poesia «A minha mãe».

Eis que brada um peralta retumbante;
— Teu avô, que era de cor latente,
teve um neto mulato e mui pedante!

Irrita-se o fidalgo qual demente,
truscala a vil catanga caesante...
E não pôde negar ser meu parente!

Com essas credenciais de seu pensamento, tão reiteradamente expresso, não admiraria ver repontar, de repente, no meio do volume das "Trovas Burlescas", a impercível vaia do "Quem sou eu?" que se vulgarizou, com o nome de "Bodarrada", pelo Brasil inteiro, como a melhor farçada de Luiz Gama, e que lhe deu o direito, reconhecido por Silvio Romero, de ingressar no panteon dos poetas satíricos da nacionalidade.

E' muito citada a composição, é, a rigor, a unica que se transcreve do insigne negro, mas não posso deixar de a trasladar mais uma vez. Na sua biografia não pôde faltar a peça que lhe deu a nomeada de literato. Ei-la:

QUEM SOU EU?

"Quem sou eu? que importa quem?

Sou um trovador prozelita,

Que troço na fronte esculpe

Esta palavra — Ninguém! —

(A. E. ZALUAR — Dôres e Hôres)

Amo o pobre, deixo o rico,
vivo como o tico-tico;
não me envolvo em torvelinho:
vivo só no meu cantinho:

da grandeza sempre longe
como vive o pobre monge.
Tenho poucos amigos,
porem bons, que são antigos,
fui sempre á hipocrisia,
á sandice, á fidalguia.
Das manadas de *Barões?*
Anjo Bento, antes trovões.
Faço versos, não sou vate,
digo muito disparate,
mas só tendo còsciencia
á virtude, á intelligencia:
eis aqui o *Getulino*
cujo pietro anda molino.
Sei que é louco e que é pateta
quem se mete a ser poeta;
que no século das luzes,
os birbantes mais lapuzes,
compram negres e comendas,
têm brasões. não — das Calendas,
e, com tretas e com furtos,
vão subindo a passos curtos:
fazem grossa pepincira,
só pela *arte do Vieira*,
e com geito e proteções,
galgam altas posições!
Mas, eu sempre vigiando,
nessa sucia vou malhando
de tratantes, bem ou mal,
com semblante festival.
Dou de rijo no pedante
de pilulas fabricante,
que blasona arte divina
com sulfatos de quinina,

trabusanas, xaropadas,
 e mil outras patacoadas,
 que, seu pingo de ruitor,
 diz a todos que é DOCTOR!
 Não tolero o magistrado,
 que do brio descuidado,
 vende a lei, trai a justiça,
 — faz a todos injustiça —
 com rigor deprime o pobre,
 presta abrigo ao rico, ao nobre,
 e só acha horrendo crime,
 no mendigo, que deprime.
 — Neste dou com dupla força,
 té que a manha perca ou torça.
 Fujo ás leguas do logista,
 do beato, do *sacrista* —
 crocodilos disfarçados,
 que se fazem muito honrados,
 mas que, tendo occasião,
 são mais feros que o Leão.
 Fujo ao cego lisongeiro,
 que, qual ramo de salgueiro,
 maleavel, sem firmeza,
 vive á lei da natureza;
 que, conforme sopra o vento,
 dá mil voltas num momento.
 O que sou, e como penso,
 aqui vai com todo o senso,
 posto que já veja irados
 muitos torpas enfunados,
 vomitando maldições
 contra as minhas reflexões.
 Eu bem sei que sou qual Grilo,
 de maçante e mau estilo;

e que os homens poderosos
desta arenga reciosos,
hã de citanar-me tareló,
bodé, negro, Mongibelo;
perem, eu que não me abalo,
vou tangendo o meu bagalo
com repique impertinente,
pouco a trote muita gente.

Se negro sou, ou sou *bodé*,
pouco importa. O que isto pode?
Bodes ha de toda a casta,
pois que a especie é muito vasta...
Ha cinzentos, ha rajados,
baios, pampas e malhados,
bodes negros, *bodes brancas*,
e sejamos todos francos,
uns plebeus, e outros nobres,
bodes ricos, *bodes pobres*,
bodes sábios, importantes,
e tambem alguns tratantes...
Aqui, nesta boa terra,
marram todos, tudo berra:
nobres condes e duquezas,
ricas damas e marquezas,
deputados, senadores,
gentis-homens, veadores,
belas damas emproadas,
de nobreza empantufadas;
repimpados principotes,
orgulhosos fidalgotes,
frades, bispos, cardeais,
saufarrões imperiais,
gentes pobres, nobres gentes,

em todos ha *meus parentes*.
 Entre a brava *militança*
fulge e brilha alta *botança*;
 guardas, cabos, furtivos,
 brigadeiros, coronéis,
 destemidos *marchais*,
 rutilantes *generais*,
 capitães de mar e guerra,
 — tudo *marra*, tudo *berral*!
 Na suprema eternidade,
 onde habita a Divindade,
bodes ha santificados,
 que por nós são adorados.
 Entre o côro dos anjinhos
 tambem ha muitos *bod'nhos*.
 O amante de Siringa
 tinha pelo e *atá calinga*;
 o deus Mendes, pelas contas,
 na cabeça tinha *pontas*;
 Jove, quando foi menino,
chap'tou leite caprino;
 e, segundo antigo *mito*,
 tambem Fauno foi *cabrito*.
 Nos domínios de Plutão
 guarda um bode o *Alcorão*;
 nos *lundús* e nas *modinhas*
 são cantadas as *bodinhas*.
 Pois, se todos têm *rabicho*,
 Para que tanto *capricho*?
Haja paz, haja alegria,
 folgue e brinque a *boçaria*,
 cesse, pois, a *matirada*,
 porque tudo é *bodarradatto*

O ABOLICIONISTA

O successo de 1859, que parece haver-se repetido em 1861, não foi capaz de manter viva e alta a tendência de Gama, no sentido de aumentar sua bagagem literária. Sua estréa é também um ponto final. Pareceria que satisfeita a vaidade de ter livro publicado, desalterada a sêde de renome, a benevola e carinhosa acolhida da crítica atuara como calmante e como sedativo. A mim, afigurasse-me diversa, entretanto, a causa da sua paralização literaria.

Gama encontrava no seu meio questões outras, bem mais importantes e bem mais sérias, que não comportavam, senão esporadicamente, um tratamento paliativo pelo ridículo. E entre elas, para seu espirito de ex-perseguido, não podia deixar de avultar a liberdade dos negros, dos homens de sua raça, a que estava preso pelos laços de sangue. Devia parecer-lhe um absurdo, quiçá mesmo um crime, que ele andasse em busca do renome literário, da glória pelas letras, deixando-se favorecer pelos mesmos homens que sacrificavam seus infelizes irmãos e se pavoneasse com o exito de um brilho secundário, quando tantos desventurados gemiam no jugo do cativoiro.

A retirada de Gama do campo das letras é, destarte, quasi arrependimento ou remorso por se haver embaído com ideal de somenos, quando havia tanto que fazer numa luta muito mais trágica e muito mais grandiosa.

Para o seu fóro íntimo, não era inteiramente censuravel que houvesse publicado o livro: serviria a demonstrar, na raça negra, a capacidade de atingir ás alturas e á civilização que a branca lhe declarava interditas. Mas, cumprida a façanha, Gama desiste de prosseguir na trilha. O seu repentino e definitivo abandono do campo da litteratura, parece-me um caso de renúncia voluntária e propositada. A vida exigia dele bem maiores provas de capacidade e de valor.

E a liberdade dos negros, sujeitos á tirania dura e feroz da servidão corporal, acabou por se transformar, em pouco tempo, na sua máxima, na sua invencível paixão, alvo e razão justificativa de sua existência. Naquele temperamento de fogo, feito de chama e de idealismo, a questão tinha de assumir o carater exclusivista, fechado, intransigente que nele teve.

Na luta que Gama sustentou em nossa terra, a favor dos escravos, luta tenacíssima, áspera, sem quartel, em que ele jogou tudo, sem exceptuar a própria cabeça, sem a esperança da menor recompensa, teve de sua parte a veemência de uma idéa-fixa, a intensidade irraciocinada de uma paixão amorosa e a irreversibilidade de um apostolado místico. Chega a espantar o ódio que ele revelou possuir em tão alta dose, concentrado em redobrada potência e com uma tão resistente capacidade de durar que nem a

morte o extinguiu. Pois, foram ainda os raios fulgurantes despedidos nessa campanha, que a prolongaram no tempo, através do juramento que a multidão fez á beira de seu túmulo.

Para entender esse odio, para compreender essa animadversão que não arrefeceu, que não soube amainar, é preciso colocar-se no seu tempo e no seu meio e examinar detidamente a crase desse homem admiravel.

Admiravel é o termo. Outros muitos escravos, agrihoados injustamente, tinham conseguido libertar-se, sem que ao depois viessem a se constituir em palacinos dos outros que permaneciam dentro das rédes da crudelissima instituição. Muitos, pelo contrario, vieram a ter escravos debaixo de suas unhas e se mostraram mais carrascos do que os outros haviam sido para com eles. E' que os jugulava o clima mental da epoca. Invaliziava-lhes qualquer tentativa de melhoramento o ambiente que reconhecia normal e perfeitamente aceitavel o crime que a especie vinha cometendo desde a aurora da civilização, punindo todas as veleidades daqueles que ensaiassem romper com um estado de cousas que séculos de prática intensiva legitimavam.

E maravillia e deixa atônito este fato verdadeiramente singular: um homem de côr, mal egresso do cativeiro, pobre, pauperrimo, sem outras armas que não uma primorosa intelligencia e uma indomavel coragem moral, teve a audácia de enfrentar o oppressivo regime social, vigente talvez ha milênios, sózinho, isolado, contra tudo e contra todos, numa hora em que era crime pôr em dúvida a lega-

lidade da instituição. Tão viciados estávamos no goso desse privilegio de desfrutar, em nosso proveito, o suor do trabalho alheio, que não podíamos admitir sequer a hipótese de que viesse a estancar-se a fonte da renovação perene desse gado humano. Quanto mais conceber a idéa de que, um dia, esse rebanho de párias pudesse vir a recuperar o precioso bem que perdera, igualando-se a nós outros.

Mas se assombra e admira, essa attitude de Luiz Gama tem cabal explicação nos seus antecedentes individuais.

OS PRIMEIROS DEZ ANOS DA BAÍA

Gama nasceu e viveu os seus primeiros anos numa época de inquietação, de angústia e de pavor. Nascido em 1830, encontrou o ambiente carregado de todas as desconfianças, de todos os temores, de todo o nervosismo que imperaram nesse interregno trágico, que vai da Abdicação á Maioridade. E' a mais aguda crise de crescimento que o Brasil atravessou, a fase mais tormentosa de sua evolução social, tão grave e tão séria que ameaçou fazer de nós uma constelação de republiquetas, como fez no resto da America Latina.

Sobrepunha-se a isso, para a sua terra natal, a atmosfera de receios determinados pela série successiva de sedições negras, que de 1807 em diante, vieram periodicamente pondo em sobressalto a Cidade do Salvador : fazendo sentir de ambos os lados, os perigos enormes que as duas partes em luta arrostavam. Porque se eram pesadíssimos os onus, para os negros, *uma vez vencidos, nos* precalços de uma punição para esgarçamento, não menos terrível seria a conjuntura dos senhores, se jogados na luta, embora momentaneamente. Pesavam no ar ameaças de todos os lados, nuvens de mau preságio persistiam no

ambiente. Estas podiam deflagrar numa tormenta inesperada que afogaria a população em sangue.

E o rosario de insurreições, 1807, 1809, 1813, 1826, 1828, 1830, faria pressupor que elas respondiam a uma organização sistemática, em pós de uma idéa assente, de homens que sabiam onde queriam chegar. Pode afirmar-se hoje, depois que Nina Rodrigues desfez o preconceito que parecia proibir os assuntos negros á indagação nacional, que o Brasil andou beirando o perigo de vir a ser domínio e conquista da raça preta escravizada. A luta sustentada contra os quilômbolas, e mais tarde, as insurreições baianas dos haussás, nagôs e malês, mostram como andámos perto de fundarmos aqui uma Liberia por antecipação.

Ora, Gama appareceu nesse tempo e viveu a sua primeira infancia debaixo da atmosfera trepidante das investigações e das devassas da policia.

Aos quatro anos e meio, quasi cinco, já com maturidade sufficiente para perceber o mal estar, o desassocego da vida do lar, o alarme natural da progenitora, etc que possuia uma intelligência pronta e vivaz, cae-lhe sobre a cabeça a rebelião de 1835, a maior de todas, a que comoveu e aterrorizou a cidade, a que produziu o maior numero de mortes e deu, em seguida, origem ao mais monstruoso processo de que há memória nos annos da escravidão brasileira. A revolta era sanguinaria e feroz nos seus intuitos. A repressão portou-se á altura da provocação, em desforra violentissima.

Calcule-se o efeito desse acontecimento no espirito mal aberto do menino, testemunha dos fatos, e a quem não

escapariam as apreensões maternas, em dias e dias seguidos de agonia e de terror, preparado como devia estar pelas conversas anteriores, comentando o infortúnio dos negros.

A tempestade passou sem consequências deploráveis, mas na alma do pirralho a impressão devia ter ficado profunda e indelevel.

Aos sete anos e meio, atinge-o novo e tremendo vendaval, consequência de outra revolução não já de negros, mas de brancos: a "Sabinada", pagina heroica, das mais vívidas que a aspiração democratica fez refulgir em nossa terra. Gama teve os pais envolvidos na contenda. Viveu os quatro meses de ansiedade e de inquietação do cerco da Capital. Assistiu á carnificina da impetuosa investida legal, que requintou a natural brutalidade da luta com a sanha dos atos de barbarie. Viu a Baía ardendo num imenso braseiro, onde se jogavam os prisioneiros inermes. E tremeu, nos dias subsequentes á derrota, pela sorte dos progenitores. E no embate, foi ele o mais mal aquinhoado. Luiza Mabin, temerosa da repressão legal á tentativa de instauração republicana, esgueita-se para o Rio. Seguem-se-lhe os tres anos de inútil espera. E, por fim, o desastre: o embarque forçado para o Rio, nas condições dramáticas que se sabe.

Não será preciso ser um especialista de psicologia para compreender as reservas de ódio, de desespero, de maldição que armazenaria essa infeliz criança, tão cedo martirizada em sua atribulada existência. E compreende-se perfeitamente que á medida que a vida lhe foi ensinando

cousas ainda mais doloridas e sufocantes, tivesse ele redobrado de horror, de ira refrejada, de colera inulta, que se foi cristalizando e concentrando como um tóxico violento, a envenenar-lhe todas as mais insignificantes fibras do organismo.

E o meio baiano apenas lhe fornecera o clima propício em que devia desabrochar a sua inicial e tateante vontade. Servia de pitoresco e criava-lhe a paisagem. Porque a sua personalidade ele a trazia do berço, nos cromosomas que lhe transmitira Luiza Mahin e nos quais a quota de rebeldia tinha singular predominancia. Releia-se a carta de Gama: Luiza é altiva, geniosa, insofrida, vingativa. Não tem medo. Prendem-na mais de uma vez pelos indícios que pareciam implicá-la em conjuras de escravos. Põe-se ao lado do amante, em 37, numa causa que não devia interessá-la unicamente, o que lhe denuncia o espirito de afootirada contra a sociedade.

Meio e antecedentes hereditarios tramam-se assim para dar ao character de Gama o relevo, o vigor, o cunho de absoluta independência que o haviam de estigmatizar para o sofrimento e para a gloria. Mãe e filho representam, em medicina, um caso de "sincainogênese", a perfeita identificação do character de ambos, que se veiu a sublimar no rebento.

A INFLUENCIA DO NOVO AMBIENTE

A' medida que Gama foi vivendo em nossa terra, o seu horror, o seu odio, a sua aversão só podia crescer, porque os aspectos que a nossa escravidão lhe apresentava nada tinham em condições de esbater ou minorar as primeiras e inenarráveis impressões que dela recebera.

Uma pagina de Raul Pompéa, escrita em 1883, mostra, no seu pungente humor, o ponto a que havíamos atingido nessa matéria. Foi quando o esteta fluminense replicou a Aluizio de Azevedo, que escrevera dizendo ser o Maranhão a província mais escravocrata do Brasil. Pompéa revidou:

“Licença, amigo, para um protesto. Não se vá, senão mais nem menos, tirando glórias a quem as carrega convictamente; não se negue o seu a quem de direito. O teu folhetim de 24 do corrente, assevera que o Maranhão é a província mais escravocrata do Brasil. . . Não apoiado. São Paulo protesta, com toda a força dos pulmões de ferro das suas locomotivas. E' mais facil ao Maranhão ser Atenas de agua doce, do que ter a primazia nos orgulhos fidalgais do escravocratismo. Não senhor. A província mais escravocrata deste feliz Império, é, sem discussão,

sem concorrências ao logar de honra, sem a mais fugitiva névoa de dúvida, a muito adiantada província do apóstolo das gentes. Verdade é que o Rio de Janeiro deu o sr. Paulino e Minas Gerais é a causa desse efeito interessante cognominado Martinho Campos... Mas, qual! São Paulo está na vanguarda. E' o porta estandarte da bandeira negra. Cada um tem suas vaidades..."

* * *

Nós andamos, hoje, todos empenhados em abrandar, em adoçar, em evanescer os aspectos da escravidão no Brasil, citando os casos de bom tratamento que alguns senhores, em todas as províncias, proporcionavam aos seus servos. Queremos iludir-nos a nós mesmos, porque não podemos aceitar, com a nossa mentalidade moderna, de respeito sagrado á vida alheia, se houvessem os nossos maiores desgarrado tanto da boa razão, do reto proceder, dos ensinamentos da religião que sempre foi a do povo brasileiro.

Mas a verdade, dura, penosa, desagradavel de dizer é que a escravidão sempre foi, em toda a parte, e, portanto, aqui tambem, uma questão suja, nojenta, repugnante. Entrar-lhe pelo âmago a dentro, examinar-lhe as modalidades de degenerescencia que engendrou, baixar de degrau em degrau até o limite extremo a que foram os senhores, em matéria de infâmia, e de ignomínia, de crueldade, de envilecimento, chega a causar arrepios.

Eu não queria penetrar os umbrais desse capítulo nauseante nem chafurdar no lodçal dessas memórias, remontando o curso da baixeza humana, como si percorresse as "bolgic" dos círculos dantescos. Tenho de fazê-lo, porém, e a contragosto. Não posso evitá-lo, se quero deixar de Luiz Gama uma noção menos inexata e menos incompleta de seu perfil moral, tentar fazer compreender porque esse homem, nascido incontestavelmente para outros vãos, no campo intelectual, se entregou, de corpo e alma, á causa negra, tendo sido o verdadeiro precursor da acção abolicionista, no Brasil.

O primeiro desapontamento, profundo, enervante, contristador, que a escravidão reservava a um homem com a privilegiada inteligência de Luiz Gama, foi o verificar que a sociedade brasileira em peso considerava o negro como não sendo gente. São inequívocas, convincentes e unânimes as manifestações nesse sentido, que punham o escravo debaixo do ponto de vista do direito romano: "*non tam vilis quam nullus*". Incorporavam-no, concientemente, á categoria dos brutos, assim á moda de uma sub-ordem dos simios, grupo ou familia dos catartínicos. A classificação de "folego-vivo", que se lhe dava nos engenhos, respondia cabalmente ao conceito fundamental de que os negros não se diferenciavam em nada dos demais semoventes que a propriedade comportava. E o regime de servidão que se lhes applicava não só não constituia crime algum, mas era, ao contrário, a única forma de protecção e defesa do próprio negro, como as jaulas e as gaiolas dos animais, nos jardins zoológicos.

As provas abundam. Uma é, sem duvida, decisiva e definitiva, quanto a essa maneira de pensar e de sentir: a marca a fogo com o nome do senhor no corpo dos escravos. Nós não tínhamos progredido. Enquanto, na Irlanda, por exemplo, já em meados do século XVIII, os escravos ostentavam, em volta do pescoço, um colar com o nome do proprietário, abandonando o processo da marca a fogo, nós achamos o sistema muito próprio para facilitar as fugas, pelo simples gesto de deitar fóra a preciosa "joia". E, surdos á piedade, vivendo a Idade Média bem depois da Revolução Francesa, mantiveramos o sistema de garantir a posse pelo sinal indelevel, que o negro não pudesse, em hipotese alguma, mesmo depois de livre, fazer desaparecer.

Ao tempo de Luiz Gama, a praxe continuava, em pleno vigor, embora a Constituição do Império, promulgada a 25 de março de 1824, contivesse este dispositivo salutar e terminante:

"Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas crueis". (art. 179 § 19).

Gama, porem, tivera carradas de razão quando soltara o epigrama viperino das "Novidades Antigas", para cravá-lo, como uma coimenda, no peito dos juristas:

«Doutores da Verdade, do Direito —

Mas que ao «tortos» tambem lá dão seu grito»

Efetivamente, os senhores continuaram a aplicar todas essas formas brutalíssimas de castigo e quando solicitados em juízo, a jurisprudência pátria achou o escaninho salvador pelo qual se esgueirou o direito de persistir nas práticas cruéis da repressão doméstica. "O geito" consistiu em declarar, perentoriamente, que a Constituição do Imperio se referia a *cidadãos* e os escravos não pertenciam a tal categoria. De fato, escravo era gado.

Evaristo da Veiga, no seu "A Campanha Abolicionista", arrola anúncios em que as marcas de fogo são confessadas publicamente e, entre eles, um que deixa os contemporâneos em suspenso, transcrito do "Diario de São Paulo", de 19 de dezembro de 1884 e assim concebido:

ES CRAVO FUGIDO

Acha-se acoutado nesta cidade o escravo pardo de nome Adão, de 29 anos de idade, pertencente ao fazendeiro abaixo-assinado. É alto, magro, tem bons dentes e *alguns sinais de castigos nas costas* (20), com as marcas S. P. nas

(20) O grifo é nosso e foi feito exclusivamente para chamar a atenção do leitor para a circunstancia de que a frase sublinhada é invariavel e infalivel nos anúncios da época. Nas dezenas e centenas de anúncios que consultei, *os sinais de castigos nas costas* era marca «especifica» que não faltava nunca para acentuar bem vivamente que a Constituição do Imperio nada tinha que ver com as bestas de carga que faziam frutificar as searas e sustentavam a comunidade,

nádegas. E' muito falador e tem por costume gabar muito a provincia da Baía, donde é filho. Quem o prender e levar á Casa da Correcção será gratificado com a quantia de 200\$000.

São Paulo, 17 de dezembro de 1884.
Saturnino Pedroso".

Vejam a idade do negro, 29 anos. Reparem na data do anuncio, ha pouco mais de tres anos de antecedência da Lei Aurea. Conclua, agora, o leitor o que lhe fór possível, acerca da mentalidade brasileira em matéria da escravidão.

E o ponto de vista de que o regime escravocrata era a solução adequada para os negros africanos, uma verdadeira salvação para eles, nós, se não tivéssemos o testemunho de nossas crônicas nacionais e até a opinião de alguns proprios negros (21), poderíamos citar os depoimentos de estrangeiros, que visitaram o nosso país, no tempo. Um deles é sintomaticamente expressivo. Tra-ta-se de uma carta de Forth-Rouen, que, como enviado e encarregado de negocios da França, na China, passou

(21) Contou-me o sr. Felinto Lopes que um escravo de seu conhecimento, libertado pela lei de 13 de maio, e que por sinal lhe revelou a existencia de negros muçulmis, em São Paulo, contando-lhe onde era a mesquita, isso ainda muito recentemente, lhe afirmara repetidas vezes que, para ele e para outros, fôra uma fortuna ter sido escravizado no Brasil. Que seria ele, dizia, se tivesse permanecido em sua taba natal?

pela Baía, em 1847, de viagem para o Celeste Imperio, tendo permanecido na capital baiana de 7 a 23 de julho desse ano (22). Pois, nesse brevissimo tempo de estadia, o diplomata francês pôde fazer o nosso julgamento acerca do já então escaldante problema e revelou-o ao seu Ministro das Relações Estrangeiras, em carta datada de 16 de julho de 1847. Escreve ele:

“Seria, de resto, difficil achar um brasileiro que partilhe, relativamente ao tráfico de escravos, as idéas dos europeus. Não somente elle lhes parece indispensavel, do ponto de vista de seus interesses, como os brasileiros estão convencidos de que, no dia em que cessar o tráfico de escravos, a existência do Brasil, cuja riqueza toda consiste nas suas plantações, estará perdida, como, no ponto de vista da humanidade, elles nem sequer o consideram ilícito, porque estão convencidos de que os negros não só não são aptos para outra coisa senão para aquillo que os obrigam a fazer, e mais, que os negros são mais bem tratados nas fazendas do que no seu proprio país. Vou citar um fato que pode dar uma idéa exata do modo de ver dos brasileiros a esse respeito. Numa igreja da Baía, entre um grande numero de *ex-votos*, tive occasião de ver um quadro representando um navio negroeiro sob o pavilhão brasileiro e dois outros, um francês e outro, inglês, que lhe dão caça. No ceu apparece a figura de Christo que, com sua mão poderosa, protege o barco bra-

(22) Artigo de Henri Cordier, publicado no «Jornal do Comercio», do Rio de Janeiro, edição de 27 de julho de 1930.

sileiro. Este navio escapa ao perigo que o ameaça e consegue entrar, em paz, no porto... Este quadro é de pintura recentíssima”.

Fazia, nessa ocasião, mais de vinte anos que nós, solememente, reconhecemos, em tratados internacionais, que o commercio da carne humana era imoral e illegal e nos obrigaramos a combatê-lo, a reprimi-lo, a tudo fazer para extingui-lo. Isso, porém, era nos tratados e, no caso, exclusivamente “para inglês ver”. Na realidade, mantinhamos o deshonroso tráfico, protegiamos escancaradamente os negreiros de maior evidência e acudiamos às embarcações em perigo de cair nas mãos dos caçadores implacáveis de contrabandistas de escravos. Não nos passava pela mente cumprir o prometido e só o fizemos — confessemos a dolorosa verdade — quando, premidos pelas incursões inglesas, ultrajados e diminuidos em nossa soberania, afrontados dentro de nossa própria casa pelas forças navais britânicas, Eusebio de Queirós deu ao Brasil a lei de 1850. Mas, antes de ser cumprida com o rigor e a honestidade com que o fez o integro estadista, a mentalidade escravocrata ainda tentou agarrar-se às suscetibilidades patrióticas, humilhadas pela grosseria e pela brutalidade anglicana, para tentar, com esse último e desesperado expediente, prolongar e protelar a vigência do tráfico. Não havia motivo de espanto. Si nós havíamos até ali mercadejado com a carne humana, porque recuaríamos em explorar e especular com um sentimento sagrado como o patriotismo?

Extinto o tráfico, em virtude da firmeza de alguns homens de governo que haviam entendido não ser mais possível, a uma nação civilizada, na altura da história a que chegáramos, consentir nessa miséria, a chicana legal veio para dentro de casa. Em não existindo mais a corrente da África, que provia á substituição dos claros e das falhas no exército de párias que a nação reclamava para a sua lavoura, mister foi apelar, em grande escala, para os expedientes que, de qualquer forma, preenchessem as lacunas, provocadas pela velhice, pela morte e pelas alforrias.

A lei de 7 de novembro de 1831 estabeleceu que os africanos boçais, isto é, os ignorantes da língua e dos costumes da terra, importados depois da lei em vigor, seriam devolvidos ao seu país de origem, pagando as despesas o importador da mercadoria.

Os interesses dos que governavam o Brasil, pois a monarquia foi sempre dirigida pela aristocracia rural, conseguiram encontrar, desde logo, dificuldades nessa devolução e, alegando mil pretextos e desculpas, foi a administração pública deixando esses pretos aqui mesmo. "Sei que, sobretudo, pesou para isso a conveniência que se tinha em vista de encher o país de trabalhadores adaptados ao seu clima; sei que se alegava como inepcia reexportar braços que já se possuíam, e de cuja criminosa introdução não era o governo culpado". Assim escrevia Tavares Bastos, em 1861, nas suas admiráveis "Cartas do Solitário". E acrescentava, num assomo de coragem para o tempo: "Eis aí a linguagem do egoísmo". Egoísmo era

um eufemismo para disfarçar o verdadeiro nome dessa torpe traficância.

Porque o golpe tinha outro intuito. Mantidos aqui os africanos boçais, que legalmente eram irredutíveis ao cativo, começou o jogo de astúcia para levá-los, aos poucos, até o tronco dos escravos.

A lei mandava que se lhes entregasse uma pequena lata, pendurada ao pescoço, contendo uma carta declaratória de que o portador era livre. Mas como esses negros, "livres", não podiam ficar inutilmente pesando sobre as arcas da Fazenda Publica, estabeleceu-se que eles teriam de trabalhar 14 anos em serviços publicos, "enquanto não fossem reexportados". Estavamos caminhando para o *desideratum* escravocrata. Já houvera os pretextos para não reembarcar os negros. Agora, já havia a forma para colhonestar a demora da devolução, fazendo-os trabalhar afim de que pagassem o proprio sustento.

O terceiro passo aí vinha. Foi quando o Governo, atendendo a reclamos dos lavradores, achou de bom alvitre alugar o trabalho desses homens "livres". A principio a medida foi empregada só para o município da Capital. Depois, a coisa estendeu-se, naturalmente, em seguimento a um plano bem amadurecido e bem urdido. Já era uma crueldade aplicar a esses desgraçados o *premio* de 14 anos de servidão por haverem feito, contra a vontade, uma viagem em navio negreiro; nas condições que ninguem ignora. Com o novo sistema de arrendamento do trabalho manual, os boçais "livres", dentro de poucos anos, se encontraram, de fato e de direito, definitivamente incorpo-

rados ao grosso da população escrava. As substituições se haviam operado de mil modos e maneiras, especialmente pelo registro de óbitos de negros. Toda vez que falecia um escravo antigo, o assentamento registrava o nome do boçal livre. E este ia ocupar, legalmente, o lugar vago deixado pelo outro.

A desenvoltura, nessa matéria, foi-se ampliando de tal forma que, enquanto senhores não se arreceavam de anunciar a venda de africanos livres, o governo tomava medidas muito mais importantes, que tornavam irrecusável a sua completa, total, absoluta convivência nas praxes e práticas que tinham capturado para a escravidão milhares de indivíduos a quem as nossas leis reconheciam o direito de liberdade.

Uma delas não tinha classificação: foi a que, pela lei orçamentaria de 21 de outubro de 1843, começou a rubricar como verba de receita ordinária do Estado, a arrecadação dos salários dos negros boçais, salários destinados á formação do peculio de reexportação. O dispositivo era tanto letra morta que os estadistas do Imperio incorporaram essa renda aos proventos normais da administração pública.

Ademais, para que desaparecessem as últimas veleidades desses negros "livres", portadores da lata escarnecedora, criou-se um sistema aperfeiçoadíssimo de formalidades para que o negro nunca chegasse a obter essa suspirada carta de alforria. Foi ainda Tavares Bastos quem, no Apêndice IV das suas citadas "Cartas do Solitario", teve a feliz lembrança de transcrever um artigo publicado

no "Diário do Rio de Janeiro", em que se contava a odisséia de um negro boçal "livre", em busca da sua carta, depois dos 14 anos de servidão. Legou-a aos posteror como o atestado mais convincente da profunda indentificação governamental á causa negra e da corrupção dos homens. Merece traslado esse documento em que se enumeram as infinitas barreiras colocadas propositadamente no caminho de um pobre analfabeto, depois de sugado no seu trabalho de lustros contínuos. Ninguém poderia inventar cousa mais acabada para impedir o acesso á liberdade a respeito de alguns desgraçados que uma lata trágica já declarara libertos. Ouçamó-las. Dizia o artigo:

«Esses infelizes devem resignar-se e esperar.

O africano *livre*, entregue ao serviço de particulares ou de estabelecimentos publicos, não passa de um verdadeiro escravo; os que desfrutam seus serviços não caem na asneira de facilitar-lhe a emancipação, e, como escravo que é de fato, não pode adquirir meios pecuniarios com que pague a advogados e procuradores para tratarem de sua emancipação.

Segue-se, portanto, que esses infelizes devem resignar-se com a pulha da lei, ou esperar que o acaso lhes depare um protetor desinteressado e que, revestido da mais evangélica paciência, se prepare a sofrer e acompanhar todas as seguintes provas desta nova inquisição moral:

- 1.º) Pedir ao escrivão dos africanos a certidão demonstrativa de que é passado o lapso de tempo.
- 2.º) Requerer ao governo imperial por intermedio da secretaria da justiça,
- 3.º) O ministro da justiça manda ouvir o juiz de orfãos.
- 4.º) O juiz de orfãos informa e faz volver a petição ao ministro.

5.º) O ministro manda ouvir o chefe de policia.

6.º) O chefe de policia manda ouvir o curador geral.

7.º) O curador geral dá a sua informação e faz voltar a petição ao chefe de policia.

8.º) O chefe de policia manda ouvir o administrador da casa de correção.

9.º) O administrador da casa de correção informa e faz voltar ao chefe de policia.

10.º) O chefe de policia informa e faz voltar á secretaria da justiça.

11.º) A secretaria faz uma escolha de todas as informações para o ministro despachar.

12.º) O ministro despacha afinal, mandando passar a carta de liberdade.

Este *final* quer dizer:

13.º) Volta a petição ao juiz de orfãos.

14.º) E expedese um aviso ao chefe.

15.º) O juiz de orfãos remete a petição ao escrivão e faz passar a carta, que este demora em seu poder até que a parte vá pagar os emolumentos.

16.º) Remete-se a carta ao chefe de policia.

17.º) O chefe de policia officia ao administrador da casa de correção mandando vir o africano.

18.º) O administrador manda-o, e o chefe de policia *designa* o termo ou município em que ha de residir.

19.º) O chefe de policia da côrte officia ao da provincia, a que pertence o termo designado, e reente-lhe o africano acompanhado da carta.

20.º) O chefe de policia da provincia officia, remetendo o infeliz e a sua carta á autoridade policial do lugar para onde ao chefe de policia da côrte aprouve designar o degredo do *homem livre e não contido por crime algum*.

E depois de todo o trabalho, de despesas feitas com procuradores ou veículos para que a petição não ficasse sepultada no *mare magnum* de nossas repartições, o *miserô africano consegue ser bandido do lugar em que residia por dez, quinze e vinte anos, em que adquiriu raízes, em que começou a preparar o seu futuro, os seus interesses!*

Eis em que dera o refino, o aperfeiçoamento burocrático de governos que declaravam, sempre que podiam, da tribuna das câmaras, o seu máximo empenho em extinguir a mancha negra no Brasil. A insinceridade dessas manifestações ninguém as poderá contestar, dês que tenha lido a confissão do grande jornalista Justiniano José da Rocha, feita na sessão de 26 de junho de 1855, em pleno Parlamento, e que consta dos anais de nossa Assembléa Legislativa. Recontou-a Humberto de Campos no seu "Brasil Anedótico", sob o título de "Confissão de suborno", extratando-a do 1.º vol. do livro de J. Nabuco, "Um estadista do Imperio", pag. 208.

Justiniano José da Rocha narrou o seguinte episódio:

"Distribuíam-se africanos, e estava eu conversando com o ministro que os distribuía, e S. Exa. me disse: — Então, sr. Rocha, não quer algum africano?"

— "Um africano me fazia conta — respondi-lhe.

— "Então, porque o não pede?"

— "Si V. Exa. quer, dê-me um para mim e um para cada um dos meus colegas.

O ministro clamou imediatamente o oficial de gabinete e disse-lhe: — Lance na lista um africano para o

dr. Rocha, um para o dr. Fulano, e outro para o dr. Fulano”.

Não tenho o menor desejo, nem experimento o mínimo prazer em acusar a monarquia, mas são os fatos que falam por si mesmos e são eles que justificam a atitude intransigente, intratável, intolerante si quizeram, mas indiscutivelmente cheia de nobreza e de beleza de Luiz Gama, combatendo de todas as formas a negregada instituição e negando crédito ás tão gabadas, mas nunca provadas, tendências emancipadoras da Corôa e dos governos.

Como poderia ele acreditar nessa gente, se os jornais, em 1862, segundo refere o já citado Tavares Bastos, noticiavam que se havia negado a carta de alforria definitiva a africanos “livres”, empregados nos serviços públicos desde 1831? Os 14 anos, estatuidos pela administração, haviam se transformado em mais de 30 e nem sequer depois desse dilatado prazo, que é o normal para a aposentadoria dos funcionários públicos, achavam os governos do Império motivo para dispensar dos trabalhos o desgraçado pária, que, desde a sua entrada no país, a lei reconhecera “livre”?

Como confiar na palavra desses homens, se o Ministro da Agricultura, por aviso de 13 de setembro de 1862, remetia ao Presidente da Provincia do Amazonas, que lhos solicitara, 30 africanos emancipados afim de servirem nas obras públicas?

Como dar fé ás declarações sentimentais da monarquia, feitas sempre “para inglês ver” se nem os atos de bravura, praticados em guerra garantiam a libertação?

Conta Suetonio (Ferreira Viara), em "O Antigo Regime", pag. 73, que entre os escravos que serviram no Exercito (na Guerra do Paraguai) houve um que se alistou sem o consentimento de senhor. Feita a campanha, voltou num posto inferior, tendo-se distinguido em diferentes combates.

O senhor, logo que soube de sua chegada, reclamou, exigindo em troca forte quantia. Houve grande discussão a esse respeito, entre o ministro e o Imperador, entendendo este que se devia entregar o soldado, para nao satisfazer a especulação do senhor, *opinião que prevaleceu*" (23).

Tinhamos perdido a noção moral mais simples e mais rudimentar, quando se tratava de escravos. Não eram gente. E fomos indo de queda em queda, de abaixamento em abaixamento, para a integral eliminação das normas de ética, até mesmo daqueles elementarissimos, sumarissimos preceitos que já nem constituem patrimonio dos homens concientes, mas aquisição instintiva dos brutos. Não pareça a frase uma volada de declamação literaria. Não o é.

Encontrei em o n.º 11 da "Provincia de São Paulo", de 16 de janeiro de 1875, na sua secção forense, o *comptendu* da apelação civil n.º 67, da comarca de Amparo, e que viera parar no Tribunal de Justiça da Capital.

Era o caso de um senhor daquele municipio, que, ao morrer, deixara todos os seus haveres a um rebento bastardo, fruto de seus amores com uma escrava. Ora, por

(23) Apud Sussekind de Mendonça, em «Quem foi Pedro II», pg.

motivo que não vem ao caso apurar, entre os bens do herdeiro figurava também a própria mãe. Esta reagira contra a situação, de vez que o filho, ou por não ter idade para deliberar ou por qualquer outra razão, não lhe concedera a liberdade, e viera pleitear, perante a justiça, contra a inacreditável aberração de ter de ser escrava de seu próprio filho.

O Juiz de direito da comarca (cujo nome, generosamente, não quiz indagar) julgara improcedente a acção intentada pela negra "por não achar ilegal que a Autora fosse, ao mesmo tempo, mãe e escrava de seu senhor".

O Tribunal, para honra nossa, reformou a sentença, libertando a mulher, fundamentando o acordão em que *"nada havia mais repugnante e imoral do que o espetáculo de uma mãe sujeita no cativoiro de seu proprio filho"*.

Mas, se consola o nosso coração aflito a atitude reta e digna do Tribunal de segunda instancia, crispam-se-nos os nervos e contorcem-se-nos os musculos todos do rosto, num supremo rictus de nojo, ao verificar que não apenas o mulatinho, ou quem suas vezes fazia, tinha perdido o senso moral hereditário, qualidade que dizem ser apanágio da cultura da espécie, mas que também, para a consciência de um juiz do tempo, homem togado a que incumbíamos a defesa do patrimonio ético da comunhão social, podia, legal e licitamente, podia um filho manter a propria mãe no tronco dos seus escravos. Recuemos que não era possível descer mais. A mentalidade brasileira, e n materia de escravidão, raiava pela insânia. E uma instituição que determinava o aparecimento desses alarmantes fenômenos

de degenerescência, que era capaz de dar guarida á discussão jurídica de fatos desse jaez, que nos punham fóra não só da humanidade mas do proprio reino animal, que nos putrefizera os últimos resquícios de pudor, que nos apagara, no cérebro morbidamente desfibrado, os derradeiros vislumbres daquelas regras que haviam erigido a civilisação, uma instituição assim asquerosa, tinha de morrer. Precisava desaparecer. A reacção contra ela, era a luta pelo direito de continuarmos a viver como nacionalidade. Ou debelavamos a corrupção que nos gangrenava a alma, ou submergitiamos na noite trágica dos povos perdidos. Não havia alternativa.

Compreende-se, agora, Luiz Gama. Ponde esse temperamento de chama no centro do sistema social da época, fazei-o, com todos os seus antecedentes individuais de índole, de ambiente, de educação, a estação receptora de todas as mil vibrações de revolta, de insurreição, de rebelião de todos os humilhados, de todos os sacrificados, de todos os injustiçados, imaginai-o o ponto de intersecção de todos os clamores de piedade, de justiça, de simples misericórdia que se yinhãem entrecruzar no seu coração amargurado, no seu cerebro comprehensivo, na sua b'is exasperada, no seu odio impotente e tereis o deflagrar de sua personalidade vibrante, fremente, violenta, indobrável... Tinha de ser um genio, como o crismou Rui Barbosa. Foi o genio da coragem.

PRECURSOR

Luiz Gama começa a sua campanha muito longe, quando ainda ninguém se dignara fazer algo, pela acção systematica, a favor do negro sem esperanças. Literariamente e parlamentarmente, alguns idealistas já se haviam interessado pela sorte crua e horrivel da raça infeliz, a começar por Manuel Ribeiro da Rocha, advogado do fóro da Baía, que, em 1758, escrevera o seu tão citado "*Etiope resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruido e libertado*", que é, no Brasil, o primeiro trabalho sério, juridicamente fundamentado, em prol do negro; ou pelo célebre projeto de José Bonifacio, apresentado, em 1823, á Constituinte Brasileira, primeira tentativa legislativa em defesa do humilde rebanho.

Gama, espirito combativo, qualidade que se iria accentuando com o correr de sua existência, até cair tombado como touro bravo, no meio da aspéra luta, Gama compreendeu o seu momento histórico. A palavra que fazia a persuasão e que conquistava adeptos, ele queria unir o seu trabalho, o seu esforço pessoal, a sua acção continuada, para que fossem um balsamo, um lenitivo, uma esperança á desgraçada condição de seus irmãos de côr. Ele conta, singelamente, sem retorica, sem desperdicio de frases.

quando ingressara nessa cruzada, em plena década de 1850, mal egresso ainda do seu próprio cativeiro, quando ainda o Brasil fazia esforços inauditos para poder cumprir a lei de repressão do tráfico.

“Seis anos depois (de incorporar-se à Força Pública), robustecido de austera moral, a ordenança da delegacia de policia, despia a farda, entrava para uma repartição publica, fazia-se conhecido na imprensa como estrenuo democrata e *esmolava como até hoje para remir os cativos*”.

A frase referente à imprensa denuncia que ele, já nesse tempo, enveredara para o campo do chamado quarto poder. Mas não ha documentação a respeito, e nós só conseguimos encontrar os primeiros traços de sua passagem pela imprensa, em 1864. Não pode deixar, contudo, de ser exata a informação, uma vez que Gama publicou o seu único livro em 1859. Isso faz pressupor um trabalho preliminar, no jornalismo, anterior a essa data, de accordo com os hábitos quasi gerais de nossos homens de letras.

A ultima sentença do paragrafo, porem, não admite vacilações. Gama iniciou o seu sacerdocio civico e sentimental pelos negros, por volta de 1855, tentando a unica solução que a mentalidade da época consentia: a liberdade pelo resgate do preço de custo da “peça”.

O expediente, alem de excessivamente lento, tinha contra ele outra circumstancia ponderavel: é que o meio não levava a serio tais iniciativas e as ridicularizava. Ninguém comprehendia que se perdesse tempo com um assunto tão tolo e menos ainda que houvesse quem se comovesse com a sorte dos negros. Ha testemunhos do

tempo que mostrar até onde ia a indiferença geral pelo problema. A questão, de fato, não existia senão na cabeça de alguns malucos.

Afranio Peixoto comentou no seu "Castro Alves" como fóra recebido no Brasil o verbo do cantor dos escravos e a impressão que ele fizera na coletividade: "A causa era tão nova e tão desinteressante para a propria geração dos moços, que me afirma um seu contemporaneo, causava a todos espanto e pena que o joven Castro consagrasse o seu talento e a sua heróica juventude a um apostolado sem simpatia na multidão, nem favor nas classes dirigentes". E o criador do "Navio Negreiro" nem é da década de 1850. Veiu em meados da seguinte.

As menores tentativas de equiparação dos negros aos brancos, inclusive nas práticas mais sagradas e mais santas, como a do enterro, por exemplo, tinham servido sempre de repasto á zombaria popular. Relembrem-se as palavras de Humberto de Campos, nas suas "Memórias Inacabadas", narrando a historia da escrava Isaura, a qual, depois de liberta, adquirira um caixão de defunto para com ele poder conduzir os cadáveres dos escravos ao cemitério:

"Que eles tivessem, na morte, uma igualdade que não haviam conseguido em vida. O caixão leva los-ia a enterrar e voltaria para a igreja, á espera de outro viajante para a Eternidade. A caminho do outro mundo, naquele esquife agalado, que substituiria a réde humilde e suja, o escravo teria a ilusão póstuma de que morrera redimido. E Teresa, a velha preta, era feliz e resava consolada, porque dera esse último sonho de liberdade aos seus irmãos".

Acrescenta, entretanto, o doloroso escritor:

“O negro era, porem, antigamente, não só animal de trabalho como objeto de ridículo. Ao passar o caixão de um branco, os transeuntes se calavam, compungidos, murmurando um “Deus te leve!”, com pena e terror no coração. Se era, porem, o caixão de Teresa que atravessava as ruas, aos ombros de quatro negros que levavam a enterrar um companheiro, os brancos paravam pilheirando, e as senhoras corriam para a janela, sorrindo, numa zombaria alegre da ultima vaidade daqueles homens de côr”.

Inútil, portanto qualquer tentativa de levantamento da opinião publica em favor de direitos. Estavamos imensamente longe dessa fase. Só restava o apelo ao coração, ao que restasse de sentimentalismo na raça, rogando a comiserção e a compaixão. Foi o que Gama fez, denunciando-se psicólogo de penetrante lucidez.

Parece que os italianos foram, desde muito cedo, dos que mais solícitos se mostraram em proteger os ideais do então humilde advogado dos negros. Contou-nos o sr. Antonio dos Santos Oliveira que no Circulo Operario Italiano, já existente, Gama costumava fazer conferências de intúitos emancipadores e que sempre encontrou ali contribuição pecuniária para a sua campanha. No fim das palestras, organizava-se a coleta entre os presentes, que eram sempre numerosos quando falava o notavel tribuno, e o montante era destinado a alforriar escravos.

A’ medida que a prática dos meios policiais e forenses, quasi sempre intimamente unidos, nas cidades pouco populosas, lhe enriquecia a experiência, Gama foi adotando o

sistema de amparar os seus protegidos por meio de manobras, quiçá mesmo de chicanas, que denunciavam o futuro e perigosíssimo *rabula* que deveria vir a ser, e pondo assim a coberto das unhas dos senhores quantos escravos pudessem apelar para dispositivos expressos das leis em vigor.

Presentindo que o prestígio politico lhe traria novos alentos e novas facilidades para o seu apostolado, inscreveu-se nas hostes liberais, porque nestas militavam os homens mais inclinados ás medidas que facilitassem uma lenta e gradual extinção da escravatura. Com a impetuosidade e o calor que Gama, como todos os lutadores destemidos e audazes, punha em todas as iniciativas a que se afeiçoava, não deixaria de em breve chamar sobre a sua cabeça as iras do partido contrario.

Colaborava ele, ainda por cima, nos jornais satíricos e humorísticos do tempo e nestes, como sempre, os pratos prediletos eram os sucessos politicos, cujas glosas são as que maiores inimizades e antipatias costumam determinar nos homens. Alberto Faria afirma que foi Gama quem fundou a imprensa humorística paulistana, criando o "Diabo Coxo", que durou de 17 de outubro de 1864 a 24 de novembro de 1865, com a colaboração sistematica do celebre ilustrador Angelo Agostini.

De 30 de outubro de 1866 a 1.º de outubro de 1867, Americo de Campos e Antonio Manuel dos Reis editaram o "Cabrião" e neste tambem colaborou intensamente o nosso negro, sob o pseudonimo de "Barrabraz". Da mesma

forma que no outro, Angelo Agostini era o desenhista do periodico.

O partido adversario tinha, pois, sobrados motivos para marcá-lo e esperou pacientemente a oportunidade propicia para dar-lhe o golpe que tirasse ao negro a vontade de prosseguir nas duas campanhas, a politica e a emancipadora. O ensejo appareceu em 1868, por occasião de uma virada ministerial. Gama teve de amargar aquella demissão "a bein do serviço publico", com a nota de "turbulento" e "sedicioso". Para o Partido Conservador era ele muito peor que isso e mereceria mesmo a deportação, se coubesse como pena do delicto.

Na impossibilidade de o fazer, a demissão trazia consigo a quasi certeza de que Gama desistiria, pelas difficuldades economicas que o golpe lhe criava inesperadamente, reduzindo-o ao silencio.

O caso, como se sabe, não passou em branca nuvem. Um colega e amigo seu, aproveitando-se da sua ausencia, escreveu uma nota a propósito da demissão. E isso foi o bastante para que se acendesse uma polémica entre Gama e o seu velho e antigo protetor, o conselheiro Francisco Maria de Souza Furtado de Mendonça, chefe de policia, que o fizera, em 1848, seu ordenança e que lhe facilitara o acesso ao cargo de amanuense em 1856.

A polémica durou varios dias, tendo alvoroçado a cidade pelo imprevisto do acontecimento: um embate entre protetor e protegido. Gama portou-se á altura de sua gratidão e manteve uma linha impecavel de correção moral

diante do homem a quem devia o ter ascendido na vida, revelando-se a criatura reconhecida, respeitosa e profundamente grata que sempre foi. Mas não cedeu uma linha no âmbito de sua dignidade e de sua independência de espirito, de sua maneira de pensar e de agir.

O encerramento da polemica foi feita pelo negro, com um artigo a que deu o titulo "Pela ultima vez", o qual, embora um repetido, precisa ficar arquivado nas paginas desta biografia. Traz a data de 2 de dezembro de 1869 e é do seguinte teor:

PELA ULTIMA VEZ

"O meu illustre mestre e honrado amigo, o exmo. sr. conselheiro Fortado de Mendonça, teve a infelicidade de ler com prevenção os meus escritos, traduziu mal as minhas idéas, tomou a nuvem por Juno e julgou-me com inconveniente precipitação.

A prova cabal deste asserto está estampada na sua primeira explicação que corre impressa "com caracter official". Eis o motivo porque eu tachei de "ingenua e notavel" essa publicação. Será isto um novo doesto?

Um meu distinto amigo e illustrado colega da redação do "Radical Paulistano", escreveu, em minha ausência, algumas palavras amargas, mas sinceras, relativamente á minha demissão. S. Excia. teve a feliz lembrança de amistosamente impôr-me a responsabilidade desse escrito.

Pois bem, satisfaço os desejos do meu nobre amigo e desvelado protetor; aceito com orgulho a responsabilidade que me impõe. Agora uma última palavra:

A ninguém dei ainda o direito de acoinar-me de ingrato. A minha história encerra o evangelho da lealdade e da franqueza. O benefício é para mim um penhor sagrado, "letra" que se não resgata, porque escrita no coração.

Ha cerca de vinte anos, o exmo. sr. conselheiro Furtado, por nimia indulgencia, acolheu benigno em seu gabinete um soldado de pele negra, que solicitava ansioso os primeiros lampejos da instrução primaria.

Hoje, muitos colegas desse soldado têm os punhos cingidos de galões e os peitos de comendas.

Havia ele deixado de pouco os grilhões de indébito cat veiro, que sofrera por oito anos, e jurado implacavel odio aos "senhores".

Ao entrar nesse gabinete consigo levava ignorancia e vontade inabaiavel de instruir-se. Seis anos depois, robustecido de austera moral, a ordenança da delegacia de policia, despia a farda, entrava para uma repartição publica, fazia-se conhecido na imprensa como extrenuo democrata e esmolava, como até hoje para remir os cativos.

Não possuia pergaminhos, porque a intelligencia repele os diplomas, como Deus repele a escravidão.

O ex-soldado hoje, tão honesto como pobre, *quaker* ou taciturno eliberto, arvorou á porta da sua cabana humilde o estandarte da emancipação e declarou guerra de

morte aos salteadores da liberdade. Tem por si a pobreza virtuosa, combate contra a imoralidade e o poder.

Os homens bons do país, compadecidos dele, chamam-no de louco; os infelizes, amam-no; o governo persegue-o.

Surgiu-lhe na mente inapagavel um sonho sublime, que o preocupa: "O Brasil americano e as terras do Cruzeiro sem rei e sem escravos".

Enquanto os sábios e os aristocratas zombam prazenteiros das misérias do povo; enquanto os ricos banqueiros capitalizam o sangue e o suor do escravo; enquanto os sacerdotes de Cristo santificam o roubo em nome do Calvario; enquanto a venalidade togada mercadeja impune sobre as aras da justiça, este filho dileto da desgraça escreve o magnifico poema da agonia imperial. Aguarde o dia solene da regeneração nacional, que ha de vir; e, se já não viver o velho mestre, espera depô-lo com os louros da liberdade sobre o túmulo que encerrar as suas cinzas, como testemunho de eterna gratidão."

O ADVOGADO

A rasteira conservadora lançou-o, como aprendiz-tipografo, ás oficinas do "O Ipiranga", um dos melhores jornais do tempo. Dirigiam a folha Ferreira de Menezes e Salvador de Mendonça. Um irmão deste, Lucio de Mendonça, ali trabalhava, preenchendo multiplas funções, como é de praxe em todos os periodicos de pequenas urbes. São Paulo talvez não contasse, nesse ano da graça de 1868, com 20 mil habitantes. O censo de 72 dá-lhe pouco mais de 26 mil.

A solução do "O Ipiranga" surgira naturalmente como uma saída de emergência para as dificuldades momentaneas de Luiz Gama. Pouco se demorou em a nova profissão, pois, no ano seguinte, passava para a redação do "Radical Paulistano", em que colaboravam Rui, Nabuco, Castro Alves, só para citar os maiores.

Tudo isso, porem, representavam paliativos para conter e permitir o arranco final de Gama. Embora, ele já advogasse, no fóro, em causas de escravos principalmente, estas não eram capazes de lhe garantir o pão quotidiano. E teimando, como teimou até o fim, em fazer da advocacia um sacerdócio a favor de gente que não tinha com que custear as despesas dos processos, não podia essa profissão servir-lhe de esteio econômico, naquela hora.

Mas, se não lhe assegurou renda, deu-lhe em troca, a nomeada e revelou a sua capacidade dialética e a sua incontestável bossa jurídica, como solicitador ou advogado provisionado.

E a sua carreira nova, fruto de seus triunfos e vitórias tribunícios e forenses, que lhe alargaram a esfera de atuação até o ponto de o fazer abandonar o jornalismo, também lhe permitiu mais uma das suas tremendas desforras.

Gama quiz ser bacharel em ciências jurídicas e sociais pela nossa Faculdade de Direito. Teve a ilusão de que seria ali recebido senão com simpatia, pelo menos com indiferença e que poderia realizar o curso como qualquer cidadão livre. Da acolhida que lhe fizeram, testemunha Raul Pompéa, num artigo publicado, em 1884, na "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro:

"Em principio de sua carreira, tentou cursar a Faculdade Jurídica de São Paulo. A generosa mocidade acadêmica daquela época entendeu que devia matar as aspirações do pobre rapaz, tratando-as com o suplicio de Santo Estevão e as apedrejaram com meia dúzia de dichotes lorpas. Luiz Gama excluiu-se revoltado, da companhia dos moços, horrorizado pela benevolencia dos eruditos".

Mas trouxe para a sua nova vida profissional outro motivo para querer triunfar sem a ajuda de um diploma, em demonstração positiva de que para entender de qualquer ramo da ciência humana, a intelligencia e a boa vontade eram bastantes. O curso regular, com verificação perio-

dica dos conhecimentos adquiridos, representavam apenas formalidades oficiais, mas não davam a sabedoria. E sem passar pelas arcadas, foi um legítimo expoente da cultura jurídica de sua época e de seu meio.

Para o seu ideal abolicionista, Gama, em sua nova profissão, ainda uma vez se revelou o profundo psicólogo que era. Tendo enveredado na campanha negra pela porta da simpatia humana, da solidariedade no sofrimento, pela pregação continua da caridade, foi, lenta e subrepticamente, operando uma reversão na mentalidade jurídica sua coeva. Sentindo aquela ostensiva e unânime hostilidade pela conquista das franquias negras, que ele queria, a insopitável repulsa geral em considerar o escravo como um ente humano, o ridículo inconciente e irracionalizado a pesar sobre todas as iniciativas que visassem minorar a sorte dos cativos, Gama não enfrentou os quadros legais que garantiam a solidez institucional da propriedade escrava, não tentou derruí-los num gesto de revolta e de indisciplina, obra que seria, mais tarde, o galardão de outro rebelde, Antonio Bento, muito menos culto, mas muito mais prático e que pegara a campanha em fase muito mais adiantada no espírito público. Gama, mesmo em sentindo todo o horror de um tal reconhecimento de sua parte, ele que considerava todos os "senhores" como autênticos salteadores da liberdade, conformou-se com a lei, aceitou-lhe os ditames, os dispositivos draconianos, a jurisprudência cruel, e veio para os tribunais discutir a honestidade, a retidão, a lisura de sua aplicação contra os negros.

E embora isso possa parecer, a nós outros de hoje, um expediente perfeitamente normal, sem direito a qualquer louvor, porque coezinho aos processos jurídicos, a verdade é que, em matéria de escravidão, o novo sistema devia ter custado um trabalho ingente e formidável, cheio de decepções e de amarguras, provocador dos mais veementes protestos e dos mais implacáveis revides dos seus adversários, tarefa de Hercules que haveria desanimado os mais bravos, que não tivessem a serena e olímpica coragem desse negro, a sua admirável constancia e pertinácia, o seu inflexível desejo de vingança. Porque Gama, sublimando o seu caso estritamente pessoal, quiz tirar o desforço de seu injusto cativeiro, pela redenção do sofrimento de uma raça inteira.

Vimos, paginas atraz, como se burlavam as disposições legais mais positivas, no Brasil todo, como a comunidade se conluara para tornar letra morta os artigos dos tratados internacionais, aqueles em que havíamos empenhado a nossa dignidade de país soberano e a palavra de nossa honra coletiva, e que os interesses escravagistas, mais fortes e mais convincentes que todas as convenções e convenios, haviam transformado em pura fé punica

Num país em que a lei de 7 de novembro de 1831, a que decidia da extinção obrigatória do tráfico negreiro, era capaz de encontrar, seis anos depois de promulgada, governo que fingindo reformar a lei em vigor, fazia escorregar, entre os novos artigos, um que revogava os efeitos decorrentes da sua honesta aplicação, tentando proibir se processasse quem tivesse escravizado negros livres, num país

desses, pouco havia que esperar da apresentação de causas em juízo, quando elas se prendiam e dependiam da aplicação da lei incumprida. A reforma de 1837 não passou, como não vingou a tentativa de repô-la em pé em 1848, porque a Inglaterra apresentou protestos e excedendo-se na interpretação da letra dos tratados, promulgou o *bill Palmerston*, em 1839, seguido do *bill Aberdeen*, em 1845, que demonstravam estar ela disposta, em ir, como foi, até a violência e ao abuso para fazer cumprir o que as partes contratantes tinham prometido nos convenios.

Mas, porisso mesmo que a Inglaterra provocara os melindres nacionais, com as suas medidas que aberravam da prática internacional nas relações de soberania para soberania, melindres estimulados e longamente excitados pelos interesses particiuares, a que as repetidas intervenções diplomáticas, embora amistosas, da legação britânica no Rio, na causa negra, mais e mais acirravam o aspeto, comprehende-se quão difficil se fazia a tarefa que Gama se impuzera a si mesmo de levar, sempre que podia, as questões entre senhores e escravos para o tablado da Justiça.

E calcule-se, por contrapartida, o seu beneditino esforço, ao suscitar essas intrincadas questões acerca da indêbita redução de negros livres ao cativoiro, a habilidade, a diplomacia, o vigor de sua argumentação, o recurso agilissimo de todos os elementos de convicção, o milagre de sua dialética, a sagacidade, a sutileza de sua hermenêutica para lograr persuadir juizes encanecidos e enterrados nas praxes de uma jurisprudencia secular, aprovada, consentida, aplaudida, por uma população inteira.

E calcule-se, por outro lado, á medida que crescia a sua fama de causídico temível e disertor, que se avolumavam as suas vitórias, — ele mesmo confessou, em 1880, ter libertado mais de 500 escravos — que se comentavam ruidosamente os triunfos de quem estava transformando a palavra, oral ou escrita, numa arma perigosíssima para as instituições, muito mais nociva e danosa para os interesses criados do que as leis solenes que o Parlamento produzia e que a sociedade não cumpria e deixava perimir, imagine-se a antipatia, a malquerença, a prevenção que os senhores lhe votavam, fechando-lhe a reputação, o bom nome, o credito e a propria existencia num circulo de desconfianças, de aversões e até de ameaças.

Das ameaças, ficou-nos um documento insuspeito. E' a carta que escreveu ao filho, a 23 de setembro de 1870. Dizem que foi traçada pouco antes de seguir para o interior do Estado, onde ia defender um reu escravo. Embora difficil de averiguar, parece que a atmosfera formada em torno desse julgamento, pelos interessados na condenação do negro, autorizava a supor que a vida de Gama corria perigo e que sua cabeça estava a premio. Não me foi possível apurar o caso, documentadamente. A carta, entretanto, não deixa duvida em que Gama atravessava um dos momentos mais criticos de sua vida e que tinha certeza de que pretendiam eliminá-lo. E' o que se vai verificar, lendo-a;

“Meu filho

Dize a tua Mãe que a ela cabe o rigoroso dever de conservar-se honesta e honrada; que não se atemorize da extrema pobreza que lego-lhe, porque a miséria é o mais brilhante apanágio da virtude.

Tu evita a amizade e as relações dos grandes homens; eles são como o oceano que aproxima-se das costas para corroer os penedos.

Sê republicano, como o foi o Homem-Cristo. Faze-te artista; crê, porém, que o estudo é o melhor entretenimento, e o livro o melhor amigo.

Faze-te apóstolo do ensino, desde já. Combate com ardor o trono, a indigência e a ignorância. Trabalha por ti e com esforço inquebrantável para que este país em que nascemos, sem rei e sem escravos, se chame — Estados Unidos do Brasil.

Sê cristão e filósofo; crê unicamente na autoridade da razão, e não te alies jamais a seita alguma religiosa. Deus revela-se tão somente na razão do homem, não existe em Igreja alguma do mundo.

Ha dois livros cuja leitura recomendo-te: a Bíblia Sagrada e a Vida de Jesus por Ernesto Renan.

Trabalha e sê perseverante.

Lembra-te que escrevi estas linhas em momento supremo, sob a ameaça de assassinato. Tem compaixão de teus inimigos, como eu compadeço-me da sorte dos meus.

Teu pai Luiz Gama”.

O abolitionista, aliás, os provocaria insensivelmente, inconscientemente esses odios contra si mesmo. Não estava nele, era uma manifestação celular: o direito á liberdade, Gama considerava-o como uma função organica, como a fatalidade biologica da respiração, da alimentação ou da reprodução humanas. Refere-se uma anedota do tempo, acontecida com ele, que é particularmente característica dessa sua maneira de pensar e de sentir.

Entrou-lhe um dia, pelo escritorio a dentro, um negro que desejava libertar-se e que ia ali entregar-lhe o montante do pecúlio necessário para que Gama tratasse de alforriá-lo. Enquanto o preto expunha o seu caso, aparece o senhor, que por sinal era amigo do advogado. Estava visivelmente inquieto, triste, abatido. E entrando em explicações, pergunta ao negro porque pretende abandoná-lo, a ele que sempre lhe fôra, irais que senhor, um pai estremo, que sempre lhe dêra trato e carinho igual aos de seus filhos.

— Porque queres deixar-me, abandonando o cativoiro de um homem bom como tenho sido, arriscando-te a seres infeliz quando estiveres sosinho pela vida?

O escravo não respondia. Não tinha o que reclamar, pois que o amo fôra sempre, mais que humano, solícito e bondoso. O senhor não se conformava com a attitude do escravo:

— Porque me abandonas? Que é que te falta lá em casa? Dize... fala...

— Falta-lhe — interveiu Gama, dando uma palmada no ombro do preto — falta-lhe o direito de ser infeliz onde, quando e como queiral

E libertou o negro.

Aí está um traço fundamental para a compreensão daquela alma, traço que fala mais alto que toda uma serie de retorcidas divagações acerca de sua psicologia. A liberdade era, para ele, uma cousa tão acima de qualquer bem terreno, que valia o risco de todas as agruras da existência: a luta, o afan, os dissabores, o esforço mal recompensado, a incompreensão alheia, as agonias cruéis, até a fome. Valia mesmo a morte.

Ha dele uma pagina empolgante, repleta de santa indignação, escrita já no fim da vida. E embora doente e alquebrado, a revolta é sempre a mesma, intensa, estuante, vivíssima, brotando aos borbotões de seu coração aflito. Foi publicada na "Gazeta do Povo", como carta endereçada ao seu velho amigo e antigo diretor do "O Ipiranga", o notavel jornalista Ferreira de Menezes. Neia, a proposito do assassinato do filho de um fazendeiro, no municipio fluminense de Entre Rios, fato recente que determinara reação brutalissima, comenta as cênas de horror, os verdadeiros linchamentos a que davam origem, em nossa terra tambem, os crimes dos escravos contra os senhores.

E' trabalho pouquissimo conhecido e que, apesar de se haver reproduzido, alguns dias mais tarde, na secção paga da então "Provincia de São Paulo", edição de 18 de dezembro de 1880, nunca teve repercussão. Aqui está:

"São Paulo, 13 de dezembro de 1880.

Meu caro Menezes

Estou em a nossa pitoresca choupana do Braz, sob ramos verdejantes de frondosas figueiras, vergadas sob o peso de vistosos frutos, cercação de flores olorosas, no mesmo lugar onde, no começo deste ano, como arabes felizes, passamos horas festivas, entre sorrisos inocentes, para desculpar ou esquecer humanas impurezas.

Daqui, a despeito das melhoras que experimento, ainda pouco são á tarde, para não contrariar as prescrições de meu escrupuloso médico e excelente amigo, dr. Jaime Serva. Descanso dos labores e elucubrações da manhã e preparo o espírito para as lutas do dia seguinte. Este mundo é uma mitologia perfeita: o homem é o eterno Sísifo.

Acabo de ler na "Gazeta do Povo", o martirólogo sublime dos quatro Spártacos que mataram o infeliz filho do fazendeiro Valeriano José do Vale. É uma initação de maior vulto da tremenda hecatombe que aqui se presenciou na heroica, a fidelíssima, a jesuitica cidade de Itú, e que foi justificada pela eloquente palavra do exmo. sr. dr. Leite Moraes, deputado provincial e professor considerado de nossa faculdade jurídica.

Ha cenas de tanta grandeza, ou de tanta miseria, que por completas em seu gênero, não se descrevem: o mundo e o átomo por si mesmos se definem; assim, o crime e a virtude guardam a mesma proporção; assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevi-

tavel de direito natural, e o povo indigno, que assassina heroes, jamais se confundirão.

Tu, que invejo, com profundo sentimento, estes quatro apóstolos do dever, morreria de nojo, por torpeza, achar-me entre essa horda inqualificavel de assassinos.

Sim! Milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas flúgidas areias da Africa, roubados, escravizados, azorragados, mutilados, arrastados neste país classico da sagrada liberdade, assassinados impunemente, sem direitos, sem familia, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espolhados em seu trabalho, transformados em maquinas, condenados á luta de todas as horas e de todos os dias, de todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladões impudicos, de salteadores sem nome; que tudo isso sofreram e sofrem, em face de uma sociedade opulenta, do mais sabio dos monarcas, á luz divina da santa religião católica, apostolica, romana, diante do mais generoso e do mais interessado dos povos; que recebiam uma carabina envolvida em uma carta de alforria, com a obrigação de se fazerem matar á fome, á sede e á bala nos esteiros paraguaios e que nos leitos dos hospitais morriam, voltendo os olhos ao território brasileiro, os que, nos campos de batalha, caíam, saudando risinhos o glorioso parilhão da terra de seus filhos; estas vítimas que, com seu sangue, com seu trabalho, com sua jactura, com sua propria miséria, constituíram a grandeza desta nação, jamais encontraram quem, dirigindo um movimento espontaneo, desinteressado, supremo, lhes quebrasse os grilhões do cativeiro!...

Quando, porem, por uma força invencível, por um impeto indomável, por um movimento soberano do instinto revoltado, levantam-se, como a razão, e matam o senhor, como Lusbel mataria Deus, são metidos no cárcere; e aí, a virtude exaspera-se, a piedade contrai-se, a liberdade confrange-se, a indignação referve, o patriotismo arma-se: *trezentos cidadãos* congregam-se, ajustam-se, marcham direitos ao cárcere: e aí (ó! é preciso que o mundo inteiro aplauda) a faca, a pau, a enxada, a machado, matam valentemente a *quatro homens*; menos ainda, a quatro negros; ou, ainda menos, a quatro escravos, manietados numa prisão.

Não! nunca! Sublimaram, pelo martirio, em uma só apoteóse, quatro entidades imortais!

Que! Horrorizam-se os assassinos de que quatro escravos matassem seu Senhor! Tremem por que eles, depois da lutuosa cena, se fossem apresentar á autoridade? Miseraveis; ignoram que mais glorioso é morrer livre, numa forca, ou dilacerado pelos cães, na praça pública, do que banquetear-se com os Neros, na escravidão.

Sim! Já que a quadra é dos acontecimentos; já que as *cenias de horror* estão na moda; e que os nobilísimos corações estão em boa maré de exemplares vinditas, leiam mais esta:

Foi no municipio de Limeira; o fato deu-se ha dois anos.

Um rico e distinto fazendeiro tinha um crioulo do norte, esbelto, moço, bem apparecido, forte, ativo, que nutria o vício de detestar o cativo: em tres meses fez

dez fugidas. Em cada volta sofria um rigoroso castigo, incentivo para nova fuga.

A mania era péssima, o vício contagioso e perigosíssima a imitação. Era indeclinável um pronto e edificante castigo. Era a décima fugida, e dez são também os mandamentos da lei de Deus, um dos quais, o mais filosófico e mais salutar é *castigar os que erram*.

O escravo foi amarrado, foi despido, foi conduzido ao seio do cafezal, entre o bando, mudo, escuro, taciturno, dos aterrados parceiros: um Cristo negro que se ia sacrificar pelos irmãos de todas as côres.

Fizeram-no deitar, e cortaram-no a chicote, por todas as parte do corpo: o negro transformou-se em lazaro, o que era preto se tornou vermelho. Envolveram-no em trapos... Irrigaram-no de querosene, deitaram-lhe fogo... Auto-de-fé agrario!...

Foi o restabelecimento da Inquisição, foi o renovação do touro de Falares, com a dispensa do simulacro de bronze, foi a figura das candeias vivas dos jardins romanos: davam-se, porém, aqui duas diferenças: a iluminação fazia-se em pleno dia; o combustor não estava de pé, empalado, estava decúbito; tinha por leito o chão, de que saía e para o qual ia volver em cinzas.

Isso tudo consta de um auto, de um processo formal; está arquivado em cartório, enquanto o seu autor, rico, livre, poderoso, respeitado, entre sinceras homenagens, passeia ufano, por entre os seus iguais.

Dirão que é justiça de saltadores? Eu limito-me a dizer que é digna dos nobres ituanos, dos limeirenses e dos habitantes de Entre-Rios.

Estes quatro negros, espicaçados pelo povo, ou por uma aluvião de abutres não eram quatro homens, eram quatro idéas, quatro luzes, quatro astros; em uma convulsão sidérea desfizeram-se, pulverizaram-se, formaram uma nebulosa.

Nas épocas por vir, os sábios astrónomos, os Aragos do futuro hão de notá-los entre os planetas: os sois produzem mundos.

Te. e Luiz."

Como não havia de ser aborrido um homem com essa intrepidez, com essa fortaleza de ânimo em atacar, nos seus erros, seus abusos, nos seus delitos, os poderosos do dia, a aristocracia rural que mandava discrecionariamente no Brasil?

Certas expressões desta carta fazem lembrar outro episódio que dizem ter sucedido com Luiz Gama. São aquelas em que afirma: "*assim, o escravo que mata o senhor, que cumpre uma prescrição inevitavel de direito natural*" ou, então, "*quando, porém, por uma força inevitavel, por um ímpeto indomável, por um movimento revoltado, levantam-se (os negros) como a razão, e matam o senhor, como Lusbet mataria Deus!...*" Estas frases dariam cunho de veracidade a uma explosão de Gama, num Tribunal do Juri, defendendo um escravo que assassinara o proprio senhor.

Conta-se efetivamente que o advogado baiano, numa dessas sessões, não se sabendo propriamente em qual, se na Capital ou no interior, num momento de extrema excitação, parece que em resposta a um aparte mordente ou patético da promotoria pública, exclamara com grande escândalo:

“O escravo que mata o senhor, seja em que circunstância fôr, mata sempre em legitima defesa.”

O episódio vem narrado no trabalho de Lucio de Mendonça, no mesmo que ele decaicou sobre a Carta de Gama e não traz referencia nem de local nem de data. Não faz parte da biografia escrita pelo abolicionista. É contribuição pessoal do proprio Lúcio. Depois deste, repetiu-o Alberto Faria, o de Campinas, na sua conferencia publicada a 13 de maio de 1924, no “Estado de São Paulo”. Aceitou-o ainda o dr. J. J. Cardoso de Melo Neto, na conferencia realizada a 28 de março de 1931, no Teatro Municipal de São Paulo, em beneficio da herma que foi erigida no Largo do Arouche. E por fim reproduz o episódio Artur Motta, na “Pagina da Academia”, que a “Folha da Manhã” publicava aos domingos, ao estudar a 15.^a cadeira (edição de 9 de fevereiro de 1936).

Já encontrei quem me afirmasse que o caso se passou no Tribunal do Juri de Araraquara, tendo a frase produzido tamanha tempestade que o presidente se viu obrigado a suspender a sessão.

Não sei se setá fici a reprodução do contexto da frase de Gama. Parece que não foi pronunciada daquela forma.

Pelo menos Raul Pompéa, ao escrever o artigo "Aos escravocratas", no primeiro numero do "ÇA IRA", o órgão do Centro Abolicionista de São Paulo, fundado em 1882, deu-lhe como epigrafe, á guisa de sub-titulo, esta frase de Luiz Gama: "Perante o Direito, é justificavel o crime de homicidio perpetrado pelo escravo na pessoa do senhor".

E Evaristo de Moraes, que foi quem mais longamente estudou, até hoje, o abolicionista, num artigo estampado no "Correio da Manhã", com o titulo geral de "*Figuras da Abolição — Um escravizado-libertador — Luiz Gama*", refere o seguinte:

"Por muitos anos — acrescentamos aqui — foi celebrada, nos meios academicos de São Paulo, a sua tremenda *boutade*: "Perante o Direito, é justificavel o crime do escravo perpetrado na pessoa do senhor".

Se nos ativermos á cultura juridica do grande negro, esta última forma seria a aceitavel, porque nela cabe o estudo e exame das circunstancias, as únicas que poderiam determinar o reconhecimento do estado de legitima defesa, enquanto na outra, truculenta e brutal, elimina-se esse fator precípuo, na intercalada do "seja em que circunstância fôr". Não me parece que esta última tenha sido a maneira de expressar-se de Luiz Gama.

De qualquer modo, com o aspeto feroz da primeira hipotese ou já adoçada pela compostura da segunda, o abolicionista não abre mão desse postulado basico de toda a sua propaganda: a liberdade humana vale todos os percalços da terra. Não é artigo de troca, em nenhuma contin-

gência, nem pode ser objeto de negociação. Não admite nem limitações nem restrições. Se fosse moderno, diria, á moda clássica, que a liberdade humana, como a paz, é indivisível. Entre Gama e a sociedade em que vivia não era possível, portanto, conceber reconciliação enquanto esta não reconhecesse a todos os homens de côr a inviolabilidade do direito de disporem de seu proprio corpo como melhor lhes aprouvesse. Reivindicava o mais completo, o mais amplo, o mais extenso "*habeas corpus*", no sentido literal do termo, que advogado algum pleiteara até ali. (24)

(24) A sua paixão pela liberdade revela-se até nas suas admirações. E' assim que, em 1859, escrevera a Garibaldi. E o *chefe dos dois mundos* respondera-lhe numa carta, do mesmo ano, que Gama guardava como reliquia e que não pude apurar onde foi parar.

O REPUBLICANO HISTORICO

Gama, disse paginas atraz, encaminhou-se aos arraiais da politica militante como um simples meio de ampliar a sua esfera de acção na campanha abolicionista. Toda a sua conduta posterior o prova.

Incorporado, desde logo, ás fileiras do Partido Liberal, agindo, com a sua extraordinária capacidade de trabalho, na tribuna, na imprensa, nos prelios eleitorais, atingiu-o a pancada de 1868, que o demitiu do emprego.

Vitimas de um erro psicológico, seus adversarios, que o queriam prostrar, apenas o animaram de um desejo ainda mais violento de revide. Naquele temperamento invergavel, a injustiça era um incentivo para prolongar a luta. O golpe produziria efeito contrario ao que tinham em vista. Em vez de o aniquilarem, o negro voltaria maior. Gama ressurgia, de dentro da demissão, mais indomavel que antes. Foi para o jornalismo, onde encontrou a amizade e o conforto de rapazes que seriam das mais altas figuras da derradeira fase da monarchia e da primeira da República.

Filiou-se ao Clube Radical, tomando a dianteira de seus proprios companheiros liberais. E quando muitos ainda vacilavam, como Rui Barbosa, que tergiversou até

o fim, ele publica, a 2 de dezembro de 1869, aquela sua conhecida profissão de fé republicana, no artigo de fecho da polémica com Furtado de Mendonça: "Surgiu-lhe (a ele) na mente inapagavel um sonho sublime, que o preocupa: "O Brasil americano e as terras do Cruzeiro sem rei e sem escravos".

E' o cartel de desafio á Corôa, avantajando-se no tempo ao Manifesto Republicano de 1870. E com um laivo de perfídia intelectual, que é um traço bem característico da sátira de Gama: é a data do artigo, dia de anniversario do Imperador. Era o presente que o tribuno, convertido ás idéas avançadas do tempo, mandava no ramilhete imperial de felicitações. E numa hora de profunda emoção patriótica, provocada pelas nossas seguidas vitórias no Paraguai, prenunciando a brilhante entrada das tropas brasileiras em Assunção, alguns dias mais tarde. O negro sósinho tinha mais coragem que multidões inteiras. Não desmentia a raça: era magô puro e dos mais audazes.

Declarando-se republicano, não se limitou á attitude platônica das afirmações. Foi além, fez-se precursor do republicanismo de acção.

A primeira tentativa de fundação do partido foi realizada pelo baiano, acompanhado pelo dr. Atherico Brasiliense, seu vizinho, no Braz, como morador do sobrado da avenida Rangel Pestana, na esquina com a rua Piratininga (sobrado que ainda existe), e mais José Luiz Flacquer, João Batista de Senne e o inseparavel amigo de Gama, Pedro Antonio Rodrigues de Oliveira. Os adeptos do novo credo político reuniam-se, quasi clandestinamente,

numa casinha da Varzea do Carmo, que as obras de embelezamento do local fizeram desaparecer. Um dia, a policia, avisada, deu uma batida e prendeu varios dos componentes do partido que ali se achavam em sessão.

Mais tarde, o Clube instalou-se á rua da Constituição, hoje F'orêncio de Abreu e aqui surgiu um incidente, que alarmou a cidade. E' que alguns partidários mais exaltados resolveram, certa vez, hastear a bandeira republicana como um desafio. A policia, sempre solícita, quiz invadir o prédio. Como houvessem trancado a porta de entrada, foi preciso arrombá-la com grande escândalo da vizinhança, e depois de prender os autores do inominavel crime, fez arriar a bandeira, que originara a desordem. (25)

Gama é, regra geral, esquecido nas resenhas históricas que apontam os precusores de nosso republicanismo. Mas os maiores do tempo, não se olvidam dele. Americo de Campos, que tambem pertenceu á pleiade e que teve o negro admiravel entre os seus colaboradores no "Cabrião", escreveu em o n.º 121 de "O Contemporaneo", revista que se publicava no Rio de Janeiro, fazendo o necrólogio de Gama, estas palavras de consagração:

"E' duas vezes benemérito! Perante o milhão e meio de brasileiros escravos, aos quais dedicou sua vida inteira, seu talento, sua pena, sua palavra e sua bolsa;

Perante a veneração dos republicanos, que nele contam um de seus primeiros apóstolos e um de seus melhores exemplos".

(25) Informação do sr. Pedro dos Santos Oliveira.

Gama desiludiu-se cedo de seu partido. Depois da Convenção de Itú, realizou-se em São Paulo, a 2 de julho de 1873, á rua Miguel Carlos, o Primeiro Congresso Republicano e do qual Gama participou.

Passemos a palavra a uma testemunha ocular do acontecimento, Lucio de Mendonça, que narrou o fato na biografia do illustre abolicionista:

“Era uma assembléa imponente. Verificados os poderes na sessão da véspera, estavam presentes vinte e sete representantes de municípios, agricultores, advogados, jornalistas, um careneheiro, todos membros do Congresso. Moços pela maior parte, compenetrados da alta significação do mandato que cumpriam, tinham na sobriedade dos discursos e na gravidade do aspeto a circunspeção de um Senado Romano.

Lidas, discutidas e aprovadas as bases oferecidas pela Convenção de Itú, para a constituição do Congresso, e depois de outros trabalhos, foi por alguns representantes submetido ao Congresso e afinal aprovado, um manifesto á Província, relativamente á questão do estado servil.

No manifesto, em que se atendia mais ás conveniências políticas do partido do que á pureza dos seus princípios, anunciava-se que se tal problema fosse entregue á sua deliberação, estes resolveriam que cada provincia da União Brasileira realizaria a reforma de acordo com os seus interesses peculiares “mais ou menos lentamente”, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre; e que “em respeito aos direitos adquiridos” e para conciliár a propriedade de

fato com o princípio da liberdade, a reforma se faria tendo por base a indenisação e o resgate”.

Posto em discussão o manifesto, tomou a palavra Luiz Gama, representante do município de São José dos Campos.

Protestou contra as idéas do manifesto, contra as concessões que ele fazia á opressão e ao crime, propugnava ousadamente pela abolição completa, immediata e incondicional do elemento servil.

Crescia na tribuna o vulto do orador: o gesto, a princípio frouxo, alargava-se, acentuava-se, enérgico e inspirado: estava quebrada a calma serenidade da sessão. Os representantes, quasi tocos de pé, mas dominados e mudos, ouviam a palavra altiva, vingadora e formidável do tribuno negro. Não era já um homem que falava, era um princípio que falava... digo mal, não era um princípio, era uma paixão absoluta, era a paixão da igualdade que rugia! Ali estava na tribuna, envergonhando os tímidos, verberando os prudentes, ali estava na rude explosão da natureza primitiva, o neto da África, o filho de Luiza Mahin!

A sua opinão caiu vencida e única; mas não houve também ali um coração que não se alvoroçasse de entusiasmo pelo defensor dos escravos”.

O golpe foi rude para a consciência de Gama. Ele acreditara que os republicanos, como paladinos da democracia integral, querendo o poder emanando directamente do povo, seria naturalmente abolicionistas, pois só assim haveria a igualdade de que a democracia precisa para viver

e persistir. Esquecia que muitos dos adeptos do novo credo eram fazendeiros e viviam do trabalho dos negros.

Afastando-se do partido, Gama nunca mais lhe perdoou o que ele considerava um crime. E durante anos, até quasi o fim de sua vida, sustentou, pela imprensa, que o Partido Republicano era tão reaccionario como qualquer outro da monarquia e que de democrata só tinha o rótulo. Não faltam as harpoadas e alfinetadas desse genero, tanto no "Coaracy", jornal humorístico que viveu de 25 de abril de 1875 a 1.º de abril de 1876, nem no "Polichinelo", outro periódico do mesmo tipo, que ele redigia, e que conseguiu durar cerca de um ano, a contar de 16 de abril de 1876, como tambem nas outras folhas em que esporadicamente colaborava. Passou essa maneira de ver aos seus discípulos e amigos, principalmente á mocidade abolicionista da Academia de Direito. E jornais como a "Província de São Paulo", que embora dizendo-se abolicionistas, tendo republicanos á sua frente, não se recusavam a publicar anúncios de escravos fugidos, esquecendo na gerência os ideais que pregavam na redação, sofriam a crítica implacavel de Gama e seus prosélitos.

ULTIMOS ANOS

De uma certa altura da existência em diante, pressentindo ou tendo mesmo a certeza de que não duraria muito, Gama redobra de esforço na sua campanha. Os trabalhos da sua banca de advogado o absorvem cada vez mais. Sua nomeada de orador, de grande orador, dos maiores, senão mesmo o maior daquele tempo, em que havia brilhantíssimos expoentes da mais alta eloquência brasileira, é nos comícios e, principalmente, no Tribunal do Juri, que se forjara e que se alimentava.

Até nisso a "guigne" tradicional que o acompanhava desde criança, persegue-o. Há, no mundo, uma profissão ainda mais ingrata que a de jornalista. É a de advogado do fôro do crime, de defensor de causas no Tribunal do Juri. O jornalista, é certo, não assina os seus trabalhos, mas escreve-os. Deixa a marca de sua passagem pela redação, e pôde, a todo instante, ser reconstruída a atividade de um homem de imprensa. O advogado do crime nem a esse supremo, embora difícil testemunho, faz jus. Suas arengas, as mais notáveis, as mais convincentes, as mais profundas ou substanciosas, são orais. Palpitam no ar aqueles poucos minutos em que a vibração da voz lhes dá vida, dentro dos pequenos recintos em que, por via de

regra, se debatem as questões dos homens. Mesmo que eletrizem, é corrente galvânica que passa e não volta. No dia seguinte os jornais registram o acontecimento com duas linhas: "Depois da leitura do volumoso processo, falou o dr. F., promotor público. Na defesa, falou o dr. B. A acusação replicou, tendo o dr. B. triplicado. O réu foi absolvido, por quatro votos". E é tudo. Inútil querer reconstruir a peça oratória do patrono. O processo é mudo e não registra o trabalho; mesmo que ele tenha sido a melhor coisa da vida do advogado. Suas palavras voaram. Recompensa intelectual, se a teve, foi ter persuadido os juizes de fato a libertarem o réu.

E' essa, infelizmente, a posição de Luiz Gama na maioria de seus processos forenses. É isso, que se lhe dá fama de grande orador, não consegue fundamentá-la para os contemporâneos, que não assistiram a nenhuma prova dessa propalada qualidade do baiano, ao mesmo tempo que vão escasseando os últimos romanescentes que lhes ouviram as arengas cheias de fogo e de fulgor. Temos de nos contentar com o depoimento dos seus coevos.

Um desses trabalhos notabilísimos parece ter sido, se não falha a memória dos informantes, quando Gama se defendeu, sózinho, no processo de injúrias ou de calúnias que lhe moveu o dr. Freitas, delegado de polícia da Capital, aí por volta de 70 ou 72. Julgandô-se ofendido por uma publicação do abolicionista, exigiu uma reparação pela justiça.

Gama, resam as crônicas, com um patético histórico de sua existência, pintando ao vivo a odisséia dolorosa que lhe havia sido a vida até aquella data, comoveu a assistência e o corpo de jurados, fazendo-se absolver por unanimidade. E foi ainda aclamado pela multidão que o esperava ás portas do Forum e que o levou a sua casa, carregando-o em triumpho. E' bem provavel que, nesse dia, tenhamos perdido a sua melhor biografia, relatada com paixão e com calor, em defesa, mais uma vez, de sua liberdade. Não havia taquígrafo que a apauhasse, nem era moda do tempo. Aliás, para a justiça, para o publico e até para Gama, a questão não valia tanto.

De muitas difíceis, morosas e incomodas buscas pelos poucos jornais que me foi dado consultar, consegui salvar um belo trabalho de doutrina, acerca da escravidão e que nunca vi citado em parte alguma. Achei-o na secção paga do numero de 18 de dezembro de 1880, da "Provincia de São Paulo" — o que mostra que a birra entre o negro e o jornal continuava, por causa dos anúncios dos escravos fugidos. Merece a transcriçãõ que lhe vou fazer, não só porque de Gama ha muito pouca coisa conhecida, maxime em prosa, mas tambem porque se trata da velha questão ... ainda em 1880! parece incrível! — da lei de 7 de novembro de 1831, que os escravocratas queriam estivesse revogada e que não tendo podido reformar em 1837, como relatei páginas atraz, tentavam fazê-la letra morta mediante uma jurisprudência de interpretação. O longo artigo de Gama dará a medida da firme e disciplinada dielética do temido advogado, de seu poder de

lógica, de sua capacidade crítica e de sua cultura. E', sem a menor dúvida, uma página cintilante, na qual, como em todas as cousas que produziu, a sua máscula coragem esplende maravilhosa de vibração. Ei-la:

QUESTÃO JURÍDICA

Subsistem os efeitos manumissórios da lei de 26 de janeiro de 1818, depois das de 7 de novembro de 1831 e 4 de outubro de 1850.

Na sessão do colendo Tribunal da Relação, celebrada a 26 do precedente, quando discutia-se a concessão da ordem de "*habeas-corpus*", que obtive, impetrada a favor do preto Caetano, africano livre, havido como escravo do sr. comendador Joaquim Policarpo Aranha, fazendeiro do município de Campinas, o exmo. sr. desembargador Faria, digno procurador da corôa, em enérgico discurso, apoiando-se nas opiniões dos exmos. deputado Souza Lima, externado na câmara temporária, e conselheiro Nabuco de Araujo, manifestada em um parecer do Conselho de Estado, afirmou, por entre applausos dos exmos. desembargador Gomes Nogueira e juizes de direito Drs. Gama e Melo e Gonçalves Gomide — que a lei de 26 de janeiro de 1818, fôra implicitamente revogada por a de 7 de novembro de 1831; que este fato, aliás de máxima importancia, estava no espirito esclarecido de todo o país e dos poderes do Estado, que cogitavam, com muito patrio-

tismo e critério, dos meios de resolver o tormentoso problema do elemento servil; e que, se, pelo contrário, essa lei continuasse em vigor, todos esses homens ilustradíssimos, deputados e senadores do Império, estadistas notáveis, estariam em grave erro: só o poder judiciário seria bastante para resolver a questão!

Este perigoso discurso; este enviezado parecer do respeitavel magistrado, obrigou-me a escrever este artigo.

* * *

Não sei se é um compromisso; não afirmo que seja um dever, mas para mim, é fóra de contestação, que o honrado sr. procurador da corôa, por virtude, ou por temor, põe ombros ao carregô do maquiavelismo governamental, neste melindroso cometimento, da abolição da escravatura.

Essa manifestação tremenda, repleta de inconsequências jurídicas, que acabo de referir, com cuidada fidelidade, tem duas partes distintas; uma é a repetição nua dos sofismas políticos do governo chinez, de que fala o clássico Jeremias Bentham; a outra é uma duríssima verdade, uma confissão espantosa, feita voluntariamente, á luz do século, e perante a razão universal: a magistratura antiga, enfeudada aos criminosos mercadores de africanos, envolta em ignominia, sepultou-se nas trevas do passado; a moderna, inconciente, amedrontada, recua espavorida diante da lei; encara, com súplice humildade, o poder executivo; e, sem fé no direito, sem segurança na sociedade, e esquivando-se ao seu dever, declara-se impossibilitada de administrar

justiça a um milhão de desgraçados! Onde impera o delito, a iniquidade é lei.

Examinemos a questão de direito.

O rei de Portugal, para estrita execução, nos estados de seu domínio, do solene tratado, celebrado com o governo da Grã-Bretanha, a 22 de janeiro de 1815, e da Convenção Adicional de 28 de julho de 1817, promulgou o memorável alvará de 26 de janeiro de 1818, cujo primeiro parágrafo assim determina:

“Todas as pessoas, de qualquer qualidade e condição que sejam, que fizerem armar e preparar navios para o resgate e compra de escravos, em qualquer dos portos da Costa d’Africa, situados ao Norte do Equador, incorrerão na pena de perdimento dos escravos, os quais “imediatamente ficarão libertos para terem o destino abaixo declarado...”

Na mesma pena de perdimento dos escravos, para ficarem libertos, e terem o destino abaixo declarado, incorrerão todas as pessoas, de qualquer qualidade e condição, que os conduzirem a qualquer dos portos do Brasil em navios com bandeira que não seja a portuguesa”.

* * *

Sem embargo da interessada desídia dos juizes e notória venalidade dos funcionários, que escandalosamente auxilavam, sem o mínimo reboço, a transgressão desta lei, foi ela, de continuo, mandada observar, tanto em Portugal como no Brasil.

Aqui, por aviso de 14 de julho de 1821, recomendou o governo que as autoridades puzessem o mais escrupuloso cuidado na sua fiel observância.

Para o complemento desta importante providência, por outro aviso, expedido a 28 de agosto do mesmo ano, deu instruções á comissão mista, para regularidade do serviço da apreensão dos escravos e dos navios negreiros.

E, por outro, de 3 de dezembro, novas recomendações foram feitas para maior solicitude, á mesma comissão.

Em 1823, por a lei de 20 de outubro, foi explicitamente adotada sem limitação alguma a de 1818.

A 21 de maio de 1831, o Ministro da Justiça expediu a seguinte portaria:

“Constando ao governo de Sua Magestade Imperial que alguns negociantes, assim nacionais como estrangeiros, especulam, com deshonra da humanidade, o vergonhoso contrabando de introduzir escravos da Costa d’Africa nos portos do Brasil, em despeito da extinção de “semelhante commercio”: manda a regência provisória, em nome do imperador, pela secretaria de estado dos negocios da justiça, que a câmara municipal desta cidade faça expedir uma circular a todos os juizes de paz das freguezias do seu território, recomendando-lhes toda vigilância policial ao dito respeito; e que no caso de serem introduzidos por contrabando alguns escravos novos, no território de cada uma das ditas freguezias, procedam immediatamente ao respectivo corpo de delito, e constando por este, que tal ou tal escravo boçal foi introduzido aí por contrabando, façam dele sequestro, e o remetam com o mesmo corpo

de delito ao juiz criminal do território, para ele proceder nos termos de direito em ordem a lhe ser restituída a sua liberdade e punidos os usurpadores dela, segundo o art. 179 do novo código, dando de tudo conta immediatamente á mesma secretaria. Palácio do Rio de Janeiro, 21 de maio de 1831. — *Manoel José de Souza França*.

N. B. — Nesta conformidade se expediram avisos a todas as câmaras municipais, e aos presidentes das províncias, para estes expedirem aos juizes de paz das mesmas províncias”.

A 7 de novembro desse ano, porque reconhecesse o governo que a lei vigente por deficiência manifesta, não atingia ao elevado fim de sua decretação, e no intuito não só de vedar a continuação do tráfico, “como de restituir á liberdade os africanos criminosamente importados”, promulgou nova lei:

“Art. 1.º “Todos os escravos” que entrarem no território ou portos do Brasil, “vindos de fóra”, ficam livres.

“Art. 2.º Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do art. 179 do código criminal, imposta “aos que reduzem á escravidão pessoas livres”...

“— Incorrem na mesma pena os que scientemente comprarem como escravos os que são declarados livres no art. 1.º desta lei”.

Para execução desta lei, confeccionou o governo imperial o decreto de 12 de abril de 1832, firmado pelo venerando paulista senador Diogo Antonio Feijó, ministro e secretário de estado dos negócios da justiça, decreto que contem estas importantíssimas e salutaras disposições:

“Art. 9.º Constando ao intendente geral da policia, ou a qualquer juiz de paz ou criminal, que alguém comprou ou vendeu preto boçal, o mandará vir á sua presença e examinará se entende a língua brasileira: “se está no Brasil antes de ter cessado o tráfico da escravatura”, procurando por meio de intérprete certificar-se de quando veio d’ Africa, em que barco, onde desembarcou, porque logares passou, em poder de quantas pessoas tem estado, etc. Verificando-se ter vindo depois da cessação do tráfico, o fará depositar, procederá na forma da lei, e em todos os casos serão ouvidas, sem delongas supérfluas, sumariamente, as partes interessadas.

“Art. 10. Em qualquer tempo, em que o preto requerer a qualquer juiz de paz ou criminal, que veio para o Brasil” depois da extinção do tráfico”, o juiz o interrogará sobre todas as circunstâncias que possam esclarecer o fato, “e oficialmente procederá” a todas as diligências necessárias para certificar-se dele, obrigando o senhor a desfazer todas as dúvidas que se suscitarem a tal respeito. Havendo presunções veementes de ser o preto livre, o mandará depositar e procederá nos termos da lei.”

O mal, porem, não estava só na insuficiência das medidas legislativas, senão principalmente na máxima corrupção administrativa e judiciária que lavrava na páis. Ministros da corôa, conselheiros de estado, senadores, deputados, desembargadores, juizes de todas as categorias, autoridades policiaes, militares, agentes, pro-

fessores de institutos científicos, eram associados, auxiliares ou compradores de africanos livres.

Os carregamentos eram desembarcados publicamente, em pontos escolhidos das costas do Brasil, diante das fortalezas, à vista da polícia, sem recato nem mistério; eram os africanos sem embaraço algum levados pelas estradas, vendidos nas povoações, nas fazendas, e batizados como escravos pelos reverendos, pelos escrupulosos parocos!...

O exmo. senador Feijó, preva'ecendo-se de seu grande prestígio, sacerdote virtuoso e muito conceituado, levantou enérgica propaganda entre os seus colegas, nesta província. Advertiu aos vigários para que não batizassem mais africanos livres como escravos, porque semelhante procedimento, sobre ser uma inqualificavel immoralidade, era um crime. Os vigários deram prova de emenda; mostraram-se virtuosos: de então em diante batizaram sem fazer assentamento de batismo! A religião, como o vestuário, amolda-se ás formas do abdomen de quem o enverga: os ingênuos vigários também tinham os seus escravos...

Os contrabandistas conseguiram tal importância política no império, tinham interferência tão valiosa nos atos do governo, que iam ao ponto de dissolver ministérios, como publicamente, sem réplica nem contestação, asseverou na imprensa o exmo sr. conselheiro Campos Melo!

Antes disto, transbordando de coléra e patriotismo, exclamara em pleno parlamento o imortal conselheiro

Antonio Carlos: "O abominavel tráfico de africanos terá fim quando as esquadras britânicas, com os morrões acesos, invadirem os nossos portos."

Aí estão os conceituosos escritos do admirado dr. Tavares Bastos: o vaticínio cumpriu-se: eis a lei de 4 de setembro de 1850, cuja estrita execução deve-se á illustração, inquebrantavel energia, amplitude de vista e altos sentimentos liberais do conselheiro Euzebio de Queiroz:

"Art. 1.º As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros ou mares territoriais do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação é proibida pela lei de 7 de novembro de 1831, ou havendo-os desembarcado, serão apreendidas pelas autoridades ou pelos navios de guerra brasileiros e consideradas importadoras de escravos.

"Aquelas que não tiverem escravos a bordo, nem os houverem proxivamente desembarcado, porem se encontrarem com os sinais de se empregarem no tráfico de escravos, serão igualmente apreendidas e consideradas em tentativa de importação de escravos."

Para execução desta lei, por decreto de 14 de outubro, do mesmo anno, publicou o governo um restrito regulamento.

* * *

Reproduzi, no proprio contexto, os fundamentos da lei de 26 de janeiro de 1818, da portaria de 21 de maio e da lei de 7 de novembro de 1831, do decreto de 12 de

abril de 1832, da lei de 4 de setembro de 1850; e expuz minuciosamente, guardando em tudo a verdade alíás provada, por fatos irrecusáveis, os atos sucessivos, atos oficiais, governamentais, dos quais evidencia-se que a primeira das leis citadas, bem como as subsequentes, estão em seu inteiro vigor.

É princípio invariável de direito, é regra impreterível de hermenêutica, que as "leis novas", quando são consecutivas e curam de fatos anteriormente previstos, interpretam-se doutrinariamente por disposições semelhantes consagradas nas "antigas." O direito nasceu com o homem; tem a sua história; conta um passado; revive no presente; e é essencialmente progressivo. Na relatividade jurídica não se dão soluções de continuidade. É da harmonia dos princípios e da indeclinável necessidade da sua aplicação que se deduzem as relações e as formalidades do direito.

A lei de 26 de janeiro de 1818 estabeleceu a proibição do tráfico, a libertação dos africanos, as penas para os importadores e outras medidas, para rigorosa observância destas;" mas referiu-se aos africanos provenientes das possessões portuguesas, situadas ao norte do equador."

O legislador de 1831, sem revogar aquela lei, até então propositalmente mantida, porque não a podia revogar; e não a podia revogar, porque a lei foi decretada para a execução dos tratados de 1815, "vigentes"; e os tratados, enquanto vigoram, por tácita convenção, constituem leis para o mundo civilizado; estatuiu, ampliando

as disposições primitivas que foram expressamente mantidas — que ficariam livres “todos os escravos importados no Brasil, vindos de fóra, qualquer que fosse a sua procedencia”; creou novas medidas repressivas; aumentou a penalidade; e procurou pôr termo ao tráfico, que, na realidade, não podia ser completamente evitado, com os meios da legislação anterior; e manteve o direito á liberdade dos escravos importados contra a proibição legal.

A unidade de vistas na propositura das medidas sociais; a filiação lógica dos assuntos que formam a sua causa; a singularidade do objecto ainda que sob manifestações multiplas; e a homogeneidade da consecução dos fins, fazem com que estas duas leis — de 1818 e 1831 — embora separadas pelas épocas, estejam calculadamente, para a inevitavel abolição do tráfico, na relação mecânica das duas azas, com o corpo do condor que libra-se altivo nas cumiadas dos Andes.

A lei de 1831 é complementar da de 1818; a de 1850, pela mesma razão, prende-se intimamente ás anteriores; sem exclusão da primeira, refere-se expressamente á segunda, é a causa immediata da sua existência; é, para dizê-lo em uma só expressão técnica, relativamente ás duas anteriores — uma lei regulamentar.

* * *

Em que artificioso direito estejam as suas exdrúxulas opiniões, os avaros defensores da bandeira negra, para afirmar que estas leis estão revogadas?

Na revogação literal? Dá-se esta por expressa de-

terminação, em contrario do que já foi estatuido em lei análoga anterior. Se alguma existe, indiquem-na.

Na revogação tacita? Esta funda-se na falta de objeto, pois que cessando a razão da lei, cessa a sua disposição. Não ha no Brasil mais africanos a quem se deva restituir a liberdade? Affirmá-lo fóra insânia.

Na prepotência dos fazendeiros que dominam o eleitorado? Na do eleitorado que seduz aos magistrados políticos? Na dos magistrados que julgam parcialmente as causas dos correligionários e amigos? Na dos conselheiros de estado, dos senadores e deputados, que dispõem da liberdade de milhões de negros, como administradores de fazendas?

Mas isto é o cerceamento geral do direito, é um atentado nacional, é a precipitada escavação de um abismo, é um crime inaudito, que só a nação poderia julgar, convertida em tribunal!

Em 1837, no senado, teve origem um projeto de lei abolicionista, rigoroso, no qual geitosamente o partido da lavoura êncartou esta disposição:

“Art. 13. Nenhuma acção poderá ser intentada em virtude da lei de 7 de novembro de 1831, que fica revogada, e bem assim todas as outras em contrario.”

E', portanto, evidente não só que as leis de 1818 e 1831, consideravam-se em vigor, como que “só por disposição expressa” podiam ser alteradas ou revogadas.

O governo inglês protestou energicamente contra a adoção deste projeto de lei, como atentatório dos tratados existêntes, e o projeto adormeceu no senado...

Em 1848, O GOVERNO LIBERAL, mais no intuito de proteger aos donos de escravos do que de favorecer a emancipação, enviou o projeto ao conselho de Estado, onde habilmente o lardearam de emendas; e assim recheado, foi entregue ao célebre orador paulista e deputado dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos, que o apresentou na camara temporária; e, sem colher vantagem, o sustentou com o seu peregrino talento.

Novos protestos da Inglaterra surgiram; a maioria que apoiava o governo, dividiu-se; a opposição conservadora, dirigida pelo deputado Euzébio de Queiroz, deu auxilio á fração que impugnava esse monstruoso artigo do projeto; as discussões tomaram carater gravíssimo, e o governo, vendo a sua causa em perigo, adiou a votação do projeto!...

Aqui, para glória do imortal estadista conselheiro Euzébio de Queiroz reproduzo as palavras por ele escritas em um parecer relativamente a esse absurdo artigo do inconsiderado projeto:

“Esse projeto foi ao ponto de extinguir todas as acções civeis e crimes da lei de 7 de novembro. Legitimou a escravidão dos homens que essa lei proclamára livres!”

A' escassez dos fundamentos scientificos suprem os atilados defensores da criminosa escravatura, com a astúcia.

Estão revogadas as leis de 1818 e de 1831, exclamam eles!

— São palavras do eminente juriconsulto e máximo estadista, o exmo. sr. conselheiro Nabuco de Araujo, externadas em um parecer do conselho de Estado; foi um apreciado espirito liberal que as ditou! - .

Sim, senhores, venham essas prodigiosas palavras; a questão é de princípios, é de direito; não é de nomes próprios; sabem que eu aceito-a, sem receios neste mesmo plano inclinado em que foi posta, tenho homem por mim; além de que a luminosa Minerva não é deusa tão esquiva de quem eu não possa obter alguns raios de luz, por piedosa graça.

O nome do exmo. sr. conselheiro Nabuco, pelos altos fóros conquistados nas letras e na política, que, com justiça, o puzeram por príncipe dos juriconsultos pátrios, é, no seio dos mares da jurisprudência, sempre agitados por tormentas infinitas, tremendo e invencível escolho; eu, porém, honrando o nome daquele atrevido navegante, immortalizado pelo infeliz poeta, e mais celebrado talvez pela coragem e ousadia, do que pela prudência e sabedoria manifestadas em seus atos, mostrarei ao terminar esta polêmica, de máximo interesse público, e perante a ciência, que o imenso "promontorio do conselho de Estado", onde s. exc. fazia de Adamastor, não é mais difficil de vencer que o dos empolados mares da Boa Esperança.

Começarei, neste ponto importantíssimo da questão, por uma retezia necessaria e formal: á palavra autorizada do exmo. sr. conselheiro Nabuco. openho, sem o

mínimo receio, a inconstestavel do exmo. sr. conselheiro Euzebio de Queiroz.

Senador por senador; jurista por jurista; illustração por illustração; estadista por estadista; patriota por patriota; liberal por... neste ponto a vantagem é minha; nos conselhos da corôa ainda se não assentou um ministro tão altivo, tão independente e tão liberal, como o africano Euzebio de Queiroz.

Quando o exmo. sr. conselheiro Euzebio de Queiroz confeccionou o projeto de lei de 4 de setembro de 1850, escreveu, para instrução dos seus dignos colegas do ministério, uma exposição de motivos que mais tarde leu na camara dos srs. deputados.

Nessa exposição, s. exa. não só condemnava com muito critério o erro imperdoavel do "governo liberal" em 1848, "pretendendo escravisar africanos livres", o que já demonstrei, como explicava, com lealdade invejavel e elevada isenção de animo, a economia da citada lei de 1850. Eis as suas palavras:

"Uma tal providencia (alude á pretendida revogação das leis de 1818 e 1831), que contraria de frente os princípios de direito e justiça universal, e que "excede os limites naturais do poder legislativo", não podia deixar de elevar por um lado os escrúpulos de muitos, e por outro, provocar enérgicas reclamações do governo inglês, que podia acreditar ou bem aparentar a creença de que assim o Brasil iria legitimando o tráfico, não

obstante a promessa de o proibir, como pirataria. Entendo, pois, que tal doutrina é insustentavel por mais de uma razão.

.....

“Um unico meio assim resta para reprimir o tráfico, sem faltar ás duas considerações acima declaradas (impedir a importação e manumitir-se os importados), e é deixar que a respeito do passado continue, “sem a menor alteração, a legislação existente, que ela “continue igualmente a respeito dos pretos introduzidos para o futuro, mas só se apreenderem depois de internados pelo país e de não pertencerem mais aos introdutores. Assim consegue-se o fim, se não perfeitamente, ao menos quanto é possível.

.....

“Os filântropos não terão que dizer, vendo que para novas introduções se apresentam alterações eficazmente repressivas, e que, “para o passado”, não se fazem favores, “e apenas continua o que está.”

.....

Por isso entreguei não só a formação da culpa, como todo processo ao juiz especial dos auditores de marinha (juizes de direito) com recurso para a Relação. “Bem entendido, só nos casos de apreensão no ato de introduzir, ou sobre o mar.”

A lei de 1850 confirma perfeitamente esta exposição.

* * *

Qual é, porém, o pensamento do Conselho de Estado a este respeito, pensamento "liberrimo", sustentado pelo exmo. sr. conselheiro Nabuco de Araujo em um parecer, e por eméritos deputados e senadores da atual maioria parlamentar?

Ei-lo, em suas conclusões:

"1.º A auditoria de marinha é a autoridade competente para conhecer dos fatos relativos á importação ilegal de escravos no Brasil; nessa jurisdição "excepcional" estão comprehendidos "todos os escravos provenientes do tráfico"!...

"2.º "Não ha outra jurisdição" para julgar a liberdade dos escravos provenientes do tráfico senão a auditoria de marinha!...

"3.º E' preciso constatar o "desembarque, verificar a importância e tráfico", para que os escravos provenientes sejam liavidos por livres!...

"4.º E como á auditoria compete a verificação do tráfico, a ela compete o julgamento da liberdade dos escravos importados por esse meio!..."

E' inexato, injurídico, impolítico, e improcedente o primeiro ponto das conclusões:

— E' inexato, porque não tem base objetiva nos fatos constitutivos da materialidade da lei, e contraria, de plano, na parte subjetiva, a sua claríssima disposição;

— É injurídico, porque, contando a lei, além do princípio geral, “uma exceção”, foi esta exceção, com exclusão prejudicial do princípio geral, elevada á categoria de regra;

— É impolítico, porque, sendo a autoridade e a competência, em assunto de atribuições, instituídas por lei, e por prevista utilidade pública, impossível é admitir a existência da primeira sem limitação, nem da segunda sem prescrições expressas;

— É improcedente, porque, em sentido diametralmente oposto, estatue a lei:

“Todos os apresamentos de embarções de que tratam os arts. 1.^o e 2.^o, assim como a liberdade dos escravos” apreendidos no alto mar ou na costa, antes do desembarque, no ato dele, ou imediatamente depois, em armazens e depositos sítos nas costas e portos, serão processados e julgados em primeira instancia, pela auditoria da marinha, e em 2.^a, pelo conselho de Estado.”

Trata, aqui, a lei das apreensões realizadas no alto mar, nas costas, antes dos desembarques, no ato deles, ou imediatamente depois, em armazens, depositos sítos nas costas e portos: — não se refere de maneira alguma aos escravos que, escapando ás vistas e á vigilância da auditoria de marinha, se internarem no país, e menos ainda aos vindos anteriormente; tanto a uns como a outros, “são applicaveis”, como afirmou o exmo. sr. conselheiro Euzebio, “as disposições da legislação anterior”: a lei de 1850 cura “exclusivamente dos casos de importação.”

E' inexato o segundo artigo das conclusões do parecer do conselho do Estado: nem os auditores de marinha têm competência, fóra das hipóteses "por exceção", previstas na lei de 1850, nem a legislação anterior foi revogada.

Para essas hipóteses especiais rege a lei de 1850; para as gerais, quanto aos principios, as leis de 1818 e 1831; e, quanto ás competências e forma de processo, o decreto de 12 de abril de 1832, artigo 9º e 10.

E' inexato o terceiro artigo; é despido de conceito jurídico e até absurdo; para refutá-lo basta um fato; o fato não constitue uma maravilha; nem é novo.

— Dá-se um desembarque de africanos em um dos pontos da costa. O capitão do navio, presentindo o movimento seguro, perigoso, iminente da autoridade, foge com todos os seus comparsas e abandona os negros em terra, sem deixar vestígio que o malsine. A autoridade apreende os negros, mas não consegue descobrir quem os conduziu, quando, nem em que navio. O que faz dos pretos? vende-os? Leva-os para si? Supõe-nos caídos do ceu por descuido? Ou manda "constatar" que eles emergiram do solo como tanajuras em verão?

E', finalmente, inexato o quarto artigo das conclusões.

A decretação de alforria, em regra, compete aos juizes do cível; por exceção, por desclassificação, estatuir-la por utilidade pública, tratando-se de africanos importados depois da proibição do tráfico, incumbe aos juizes do

cíveis ou aos criminaes, "mediante processo administrativo."

Quando o exmo. sr. conselheiro Nabuco de Araujo era presidente da heróica provincia de São Paulo, e avultava entre os chefes prestigiosos do partido conservador, tinha ideas liberalísimas, relativamente aos africanos escravizados de modo ilícito.

Os agentes policiaes, no município desta cidade, por diversas vezes apreenderam como escravos fugidos, pretos que depois se verificou serem africanos boçais. O exmo. sr. conselheiro Furtado de Mendonça, jurisconsulto muito esclarecido, que exemplarmente exercia a delegacia de policia da capital, depois das diligencias legais, os declarou livres: estes atos foram aprovados com louvor pelo exmo. sr. conselheiro Nabuco de Araujo.

Mais tarde, quando s. exa. era ministro da justiça, e mais amadurecido tinha os frutos da sua numerosa illustração, acercado de todos os "andorinhões" políticos e dos "zangões" da lavoura, que o aturdiam de contínuo, deu-se o seguinte curioso fato, que bem prova a influencia, o predomínio dos "senhores" na politica e governação do Estado.

Foi em 1853 ou 1854, o que não posso agora precisar, por estrago de notas. Aconteceu que, em um daqueles anos, viesse á capital certo fazendeiro do interior, cujo nome devo occultar, trazendo cartas valiosas, de prestigiosos chefes políticos: e, perante as autoridades superiores, envidasse esforços para reaver dous escla-

vos africanos, boçais, que haviam fugido, e que, apreendidos por um inspetor de quarteirão do bairro suburbano da Agua-Branca, tinham sido declarados livres, e, como tal, com outros, postos ao serviço do Jardim Botânico, por ordem da presidência. Nada aqui podendo conseguir, armou-se de novas recomendações, e foi-se caminho da Côrte.

Mês e meio depois, o presidente da província recebeu um "aviso-confidencial", firmado pelo ministro da justiça, no qual lia-se o seguinte:

.....

"Os pretos F... e F..., postos ao serviço do Jardim Público dessa cidade, escravos fugitivos do fazendeiro B..., residente em A..., foram muito bem apreendidos e declarados livres pelo delegado de polícia, como africanos ilegalmente importados no império.

"Cumpre, porém, considerar que esse fato, nas atuais circunstancias do país, é de grande perigo e gravidade; põe em sobresalto os lavradores, pode acarretar o abalo dos seus créditos e vir a ser a causa, pela sua reprodução, de incalculaveis prejuizos e abalo da ordem pública.

"A lei foi estritamente cumprida; ha, porém, grandes interesses de ordem superior que não podem ser olvidados e que devem de preferênciam ser considerados.

"Se esses pretos desaparecerem do estabelecimento em que se acham, sem o menor prejuizo do bom con-

ceito das autoridades e sem a sua responsabilidade, que mal daí resultará?"

.....

Quinze dias depois, o sr. director do Jardim participou á presidência o desaparecimento dos dous africanos.

A presidência immediatamente ordenou ao chefe de policia as diligências precisas para de-cobrimto dos "fugitivos". Foram inqueridos outros africanos: disseram que á noite, entraram soldados na senzala do jardim, prenderam, amarraram e levaram os dous pretos.

Não foram descobertos os soldados nem os pretos: e neste ponto ficou o mistério.

Aquele invocado "parecer" do conselho de Estado, como claramente vê-se, e o "aviso-confidencial" que acabo de referir, foram escritos com penas de uma só asa; são fórmãs de um só pensamento; representam um só interesse: sua origem é o terror; seus meios, a violência; seu fim, a negação do direito: os fatos têm a sua lógica infalivel.

É a prova inconcussa de um mau estado; é uma evolução lúgubre da nossa sociedade; uma das faces mórbidas da sinistra politica do medo que a sobrepuja; é uma mancha negra que, desde 1837, assinala indelevel a bandeira do partido liberal.

O exmo. sr. conselheiro Nabuco, que soube ser homem do seu tempo, consagrou-se inteiramente ás exigências do seu partido; morreu na firmeza de suas cren-

ças; têm ambos a mesma história. E o futuro, quando julgá-lo, sobre a lápide do seu túmulo, fazendo justiça ao seu caracter, perante a imagem de pátria, ha de sagrá-lo heroi.

São Paulo, 7 de dezembro de 1880.

LUIZ GAMA.

Quem inda tenha illusões acerca da feição degradante que o problema negro assumira no Brasil, esse trabalho destrói-as. Meio século depois da lei reguladora da repressão ao tráfico, a chicana continuava para permitir se reduzissem africanos boçais ao cativeiro. E não se intentava a medida apenas pelos meios extra-legais, pela burla, pelo inadimplimento das cominações legislativas. Ensaivava-se, desde muito tempo, a applicação do subterfugio forense, da interpretação especiosa e capciosa, nas altas esferas que podiam mudar a jurisprudência e, portanto, a maneira de applicação da lei.

E já, no Brasil, se havia desencadeado a grande offensiva da abolição, aquele movimento popular que, em menos de dez anos, á custa da teima espessa dos estadistas monárquicos, os argutos pró-homens que dirigiram o Império, transformaria um apêlo, nascido como um simples clamor de misericórdia, na mais emocionante, na mais enternecedora, na mais encantadora tolice que o Brasil fez: a abolição immediata, sem exame, sem pesquisa, sem indenização, sem trabalho prévio de preparo da gente que ia receber o beneficio, sem o mais leve tentame de elevação dos desgraçados que iam ser jo-

gados na luta pela existência no mais cruel, no mais absurdo estado de inferioridade.

O erro da monarquia, resistindo decenios seguidos, como uma muralha chinesa, ao assalto das massas negras, que pediam apenas um pouco mais de humanidade, erro que nao tem justificativa nem mesmo do ponto de vista mais cego e mais surdo do egoismo, não se pode comparar ao desacerto com que abriu as comportas do dique, longamente reprimido, para deixar passar as vagas revôltas, sem ao menos experimentar canalizá-las. Assegurar os negros no seu iralienavel direito á liberdade, sem estabelecer a sua concomitante obrigação de educá-los, abandonando-os a si mesmo como bandos inconcientes, tem isso, por mais que o disfarcem, todo o aspeto de um crime muito maior que a escravidão propriamente dita. Lançávamos essa população operária, a melhor, a mais paciente, a mais valorosa, a mais organizada, com que o país contara e contava em sua primitiva economia, para o desbarato, para o destroçamento, para a trituração. Os negros tinham estado no tronco da violência, da opressão, da disciplina sanguinária e feroz. Iam para o aniquilamento da embriaguês da liberdade. O perigo era mais premente. Entregues a si mesmos, sem tutor nem guia, pobres redentos, que só possuíam, como única força, a alegria da libertação, sem a correspondente noção da responsabilidade que esse facto novo lhes criava, fundir-se-iam como neve aos embates da vida, no contato com todos os fatores dissolventes que a sociedade lhes poria no encaço.

E a realidade apareceu, flagrante. Apesar de nunca se haver dado um rigoroso balanço para a avaliação exata do que o Brasil perdeu com esse gesto irrefletido, as conclusões de Oliveira Vianna, nos seus estudos comparativos dos censos nacionais (26) mostrando a alarmante diminuição da raça negra em nossa terra, denunciam até que ponto o Brasil se dessangrou, depois de conceder essa irrestrita franquia que era quasi uma temeridade. Ser-se-ia quasi levado a afirmar que a lei-aurea, mais que uma atitude de humanidade, mais que o reconhecimento de um direito excessivamente protraído, foi o desforço de uma sociedade vingativa. Podendo salvar-se a si mesma, e aos seus escravos, com medidas inteligentes, equânimes, sinceras, que garantissem a ambos e salvaguardassem o patrimônio humano brasileiro, parece haver preferido condenar-se á "debacle" econômica, só pelo prazer satânico de nela envolver e arrastar a raça infeliz.

A teima incompreensivel de nossos próceres não permitiu se tomasse esse rumo direito, que nos haveria, a nós de hoje, poupado tantas e tamanhas dores de cabeças. Os abolicionistas tinham fartos e sobrados motivos para não acreditar na sinceridade dos escravocratas. E a abolição veio da peor maneira, para os supremos interesses nacionais. Mas, felizmente, veio...

(26) Na Introdução ao Recenseamento de 1920.

A INJUSTIÇA DE NABUCO

O artigo, retrocitado, revela ainda um fato interessantíssimo, que passou até agora despercebido. Embora o tribuna baiano e Joaquim Nabuco hajam vivido, durante tres annos, na mesma cidade, uma pequena povoação de menos de vinte mil almas, que tal era São Paulo, de 1866 a 1868, embora ambos defendessem a mesma causa e sustentassem os mesmos ideais emancipadores, sempre me causou estranheza que nada constasse de positivo acerca da amizade de ambos.

Eles fazem, cada um por seu lado, a respeito do outro, o mais completo e o mais inexplicavel silêncio. Parece uma palavra de ordem.

Admitir a hypothese de que não hajam travado relações ou que não tenha havido occasião de serem apresentados, não é nada facil e tem todo o aspecto de cousa inviavel, senão mesmo impossivel. Gama, nos annos citados, já era muito conhecido pela publicação das suas "Trovas Burlescas". Colaborava assiduamente, em jornais. Acresce que o caso de sua demissão se deu no anno de 1868, ultimo que Nabuco passou entre nós, e teve a repercussão de um escândalo tão notorio que não podia deixar de ter impressionado o futuro diplomata pernambucano.

Este, que escrevia no "Radical Paulistano", que organizara as festas em homenagem a José Bonifácio, o Moço, quando este regressou a São Paulo, depois da moção de julho de 1868, foi quem falou em primeiro lugar no banquete que o Partido Liberal ofereceu ao Andrada, partido a que pertencia Gama. E o negro e José Bonifácio já eram velhos amigos, tanto assim que as "Trovas Burlescas" têm, no apêndice, poesias do sobrinho e neto do Patriarca da Independência.

Não pôde haver a mínima vacilação em que eles se conheceram. Entretanto, um não fala do outro. E o silêncio é ostensivo demais para que seja gratuito ou para que nasça de mera displicência ou de indiferença de ambos.

Devia haver má-vontade e antipatia marcada. No livro de Carolina Nabuco, a respeito do pai, encontrei uma prova claríssima dessa malquerença. Prova flagrante que está na página 136 da segunda edição. Diz ela:

"Foi com Patrocínio que o povo brasileiro entrou no combate da liberdade. "O grande rio da abolição, disse Nabuco aos estudantes de Belo Horizonte em 13 de outubro de 1906, desaguará na posteridade por duas grandes bocas, das quais, uma democrática, será chamada José do Patrocínio, e outra, dinástica, Princesa Isabel".

O trecho é significativo. Encerra uma frase da filha, mostrando que, para ela, povo brasileiro é somente o carioca e que, portanto, o abolicionismo autêntico era o da Capital Federal. Enquanto o povo da linda Rio de Janeiro

ro não se envolveu, com Patrocínio, na contenda, a questão não assumira fóros de nacional. Todos os esforços anteriores eram preliminares secundários, tentativas anónimas e anónimas.

E dá uma frase do pai duplamente infeliz: injusta para com todos os lutadores que vinham peieando antes do ardoroso jornalista do Rio aparecer, e entre os quais Gama ocupa, incontestavelmente, lugar de primeiro precursor de acção, de pioneiro destemeroso, surgido no momento em que ninguém falava nem aludia ao problema negro porque era crime duvidar da legitimidade da instituição servil; e cortezã no serodio rapapé a uma heroína da hora undécima, que só figurou no caso porque, como Regente do Império, lhe coube assinar a lei aurea. Alguem havia de assiná-la; era a justíssima sentença de morte que o povo lavrara contra a obstinação escravocrata da Corôa. E a Princeza só a firmou quando não lhe foi mais possível protelar o amargo cálice.

Mas, ambas as frases denunciam a quisilia dos Nabucos pelo abolicionista baiano, um gladiador gigante que é um padrão de glória e de orgulho do character nacional. Não vem ao caso discutir o tamanho da envergadura dos dois illustres defensores da causa negra. Mas, se Patrocínio preside a uma das correntes do rio da abolição, porque se lhe deram a este apenas duas bocas para desaguar na posteridade? A foz não poderia ser em feitiço de delta, com outros tantos rumes tutelares nos seus varios braços? E seria somente o gosto muito oratório de fazer uma frase que levava Nabuco a excluir os outros

grandes abolicionistas dessa consagração, que ele concedeu até a quem nada tinha que ver com o caso? Ou essa restrição tão exclusivista foi feita pensada e propositalmente para evitar que Gama figurasse á entrada de uma das rias mais volumosas, uma vez que o baiano não poderia servir de escudeiro num prélio em que fôra cavaleiro audaz e da primeira linha?

"A *Questão Jurídica*" retro citada, com o episódio que Gama narra, sem rebugos, sem meias palavras, os comentários finais de que o lardêa, desvendam o pretensão erigina: havia malquerença velha, provocada, sem dúvida, pelas glórias do baiano á anedota verídica contada no trabalho. Gama conhecia a passagem, como relata, desde 1853 ou 54, isto é, desde o tempo em que era ordenança do conselheiro Furtado de Mendonça. E foi em virtude de ocupar esse cargo que pôde ler, sobre a mesa do chefe de policia da Capital, e pôde copiar, o aviso-confidencial do Ministro da Justiça do Império, insinuando a solução dada posteriormente á libertação dos dois negros boçais, recolhidos ao Jardim Botânico. Naturalmente, Gama não se limitou a tomar os preciosos apontamentos para guardá-los. Comentou-os mais de uma vez, quem sabe se até durante a permanencia de Nabuco em nossa terra.

Vem daí a má-vontade. Nabuco, não podendo negar a obra do baiano illustre, porque grande e notavel demais para ser obumbrada, fez-lhe em volta a conspiração do silêncio. E mesmo vinte e quatro anos depois do passamento de Luiz Gama, o diplomata pernambucano não pode

fazer-lhe justiça porque não sabe perdoar-lhe a desairosa, bem que não contestada, referencia á memoria paterna.

É José do Patrocínio, que nada tinha com o caso, que tributava uma viva e sincera admiração pelo negro indomavel (27), abischoitou, sem o querer, o proeminentissimo lugar de "primus inter pares" da abolição.

(27) Uma prova disso está em que Patrocínio, acompanhado de Quintino Bocaiuva, se abalou do Rio para vir assistir-lhe ao enterro, não logrando, infelizmente, chegar a tempo.

O CHEFE INCONTESTADO

Essas suas intransigentes atitudes, de quem não admitia tibiezas ou conciliações, sob nenhum pretexto, com a causa adversa aos escravos, essa inaudita audácia de enfrentar os homens que mais podiam, armado apenas de seus sentimentos humanitários e de sua compreensão do direito, foram aos poucos fazendo dele, para a generosa mocidade do tempo, um campeão e um líder. Sem o procurar, talvez mesmo sem o desejar, sem gastar o o mínimo esforço nesse intuito, Gama encontrou-se, no fim de sua vida, o legítimo chefe da mocidade abolicionista e de todos os espiritos adiantados de São Paulo.

Quem frizou bem essa fase dos dois últimos anos da vida de Gama foi Eloi Pontes, na sua magnífica "Vida inquieta de Raul Pompéa", revelando como esses moços, tanto de São Paulo, como de fóra, sentiam a ascendência do negro admirável, seguindo-lhe a orientação revolucionária. Aceitavam-no como um super-homem, reconheciam-no como guia e inspirador. Faziam-lhe em volta uma claue intensa em que o valor da solidariedade que lhe prestavam, se aquilata pelo teor dos cerebros que aplaudiam.

A pleiade que sustentava o estandarte abolicionista compunha-se de rapazes que seriam nomes nacionais da maior evidencia poucos anos depois. Era Raul Pompéa, era Valentin Magalhães, era Alberto Torres, era Raimundo Corrêa, era Assis Brasil. Vinha ainda outra enfiada de nomes gloriosos: Augusto de Lima, Silva Jardim, Luiz Murat, Teofilo Dias, Ezequiel Freire, Fontoura Xavier, Antonio Bento, Xavier da Silveira, João Brasil Silvado, O. Macedo Soares. Vinham depois ainda, outros nomes menores, mas que tiveram a sua hora de ressonancia, nesta capital, o jornalista português Gaspar da Silva, Alcides Lima, Ernesto Corrêa. Randolpho Fabrino, Enéas e Gustavo Galvão, Figueiredo Coimbra, Bernardo Monteiro, Henrique Lascasas e outros ainda.

Para quem tivera antes a amizade dos tres Andradas, José Bonifacio, o Moço, Antonio Carlos e Martim Francisco, de Americo de Campos, Ubaldino do Amaral, Furtado de Mendonça, Rui, Salvador e Lucio de Mendonça, Ferreira de Menezes e Martins Cabral, Pinto Ferraz e Dino Bueno, para quem privara, com toda a certeza com Castro Alves, que aqui vivera durante o ano de 1868, e parte de 1869, a lista de seus novos admiradores mantinha-se de nivel altissimo. Gama era realmente um mestre, um mestre de energia.

Raul Pompéa foi o endeusador do grande corifeu da liberdade. As melhores páginas que existem sobre o negro, não ha injustiça para os outros em dizer que foi Raul Pompéa que as traçou. Havendo-o conhecido em 1881, levou anos a lembrar-lhe a figura, a recor-

dar-lhe os feitos, a rememorar a sua atuação dessasombra no reduto mais forte do escravagismo brasileiro, em que se transformara São Paulo á medida que se ampliavam as suas lavouras de café!

Mas, não foi unicamente etc. Valentim Magalhães dedicara-lhe estas quinze quadras, publicadas no jornal academico "Comedia", em 1881, tomando como pretexto o chapéu predileto do abolicionista:

O CASTOR DE LUIZ GAMA

Branco, festivo, talhaço
pelo molde de Paris,
vai brandamente inclinado
sobre a frente do Luiz.

E é de um contraste picante
aquele branco impoluto
coroando triunfante
um largo frontão... «de luto».

E já vai pelas calçadas
a passear a alegria,
espalhando barretadas
ao «até logo» e «bom dia»!

Tem um pelo branco e fino
aquele nobre castor,
sob o qual, de Gatulino
ferve o píetro vingador;

Tem uma candida graça,
 um ar de nobre altivez,
 como um fidalgo de raça
 fumando um belo havanês.

É um chapéu-propaganda,
 um chapéu-revolução,
 que prega, posto de banda,
 republicano sermão.

Que mudamente proclama:
 — Sou o chapéu democrata
 que a cabeça de Luiz Gama
 das intempéries recala;

sou um castor democrático,
 Respeitai-me! Fazei alas!
 Meu poderio simpático
 vai dos salões ás senzalas.

Sou da triste escravatura
 o esperançoso pendão:
 a liberdade futura:
 — o castor-Abolição.

E aos quatro ventos da fama,
 ei-lo, vai belo, correto,
 sobre a fronte de Luiz Gama,
 como o branco sobre o preto.

E, risonho, quer nas pazes,
 quem nos ímpetos da guerra,
 vai dizendo aos Ferrabrazes:
 — Tudo marra! Tudo berra!

Dentre os escuros «sombretos»,
 que dentro dos bondes vão,
 como entre rostos severos
 brilha um rosto folgazão,

surge impávido, chibante,
 da extremidade de um banco,
 com certa «pose étonnante»,
 o famoso castor branco.

E' a flor dos democratas,
 é o «Canudo»... do Braz,
 terror dos escravocratas,
Vendôme de ideais.

«Post scriptum». Não é certa,
 A regra do castor talha,
 porque quando a chuva aperta,
 entrôna o chapéu de palha».

Nos seus últimos tempos de vida, Gama intensificara a campanha, embora os seus padecimentos físicos se fossem agravando. E' que o Brasil se mobilizara todo, desde 1879, no afan de apressar o fim do cativeiro, que nos manchava o credito, lá fóra, como "o último dos países civilizados a manter a horrível instituição", frase dos abolicionistas, só verdadeira em termos. E Gama, sentindo-se rodeado por essa unanimidade intelectual, em que a energia candente da juventude lhe prognosticava a próxima vitória, ensaiou mudar os métodos até ali seguidos, provocando a insurreição e a intransigência dos

espíritos. Foi esta a maneira que notabilizou, pouco depois, aquele formidável e tremendo continuador de sua obra, Antonio Bento, "o fantasma da abolição", como o crismou Raul Pompéa, o homem que levantando a consciência e a vontade amorfa dos negros, deflagraria a serie interminavel de fugas e deserções nas fazendas, e que, desorganizando o trabalho, faria os senhores se entregarem vencidos antes que o Parlamento promulgasse a lei-aurea.

Gama, veneravel da Loja America, tendo dela se valido, durante muito tempo, para os seus labores abolicionistas, fazendo-lhe aceitar, na sua missão de consoladora dos aflitos e desamparados, tambem a redenção dos cativos, resolvera fundar uma entidade especial: o Centro Abolicionista de São Paulo, cuja primeira directoria ficou assim constituida: presidente, Alcides Lima; vice-presidente, Bernardo Monteiro; 1º secretario, Henrique Lascasas; 2º secretario, Ernesto Corrêa; tesoureiro, O. Macedo Soares; orador, João Brasil Silvado; advogado, Luiz Gama.

A novel sociedade tratou de fundar um jornal, cujo primeiro numero veio a lume, com o nome de "ÇA IRA", a 19 de agosto de 1882. Mais ou menos por esse tempo, fundava-se a Caixa Emancipadora Luiz Gama, e, dentro de pouco, São Paulo sentiria o efeito dessa transformação de métodos.

Não era infelizmente o illustre baiano o que continuava á testa da acção sagrada. A morte o arrebatara pouco antes, negando-lhe a suprema alegria de assistir

ao espetáculo apoteótico da abolição. Agora, era Antonio Bento que presidia aos destinos do movimento paulista, e o ex-juiz municipal de Atibaia se revelava guerrilheiro perfeito e adextrado na tática da insidia e da emboscada. Aplicava contra a fúria dos senhores exasperados, os recursos da sagacidade fria: a astúcia contra a violência, a agilidade contra a força, o golpe imprevisto e fulmineo contra as precauções mais meticulosas. A "Intelligence Service" do ditador da Igreja de Nossa Senhora dos Remedios desmortava, peça por peça, dia por dia, a macissa organização escravagista.

Gama haveria, por certo falhado nessa fase do combate. O seu vício da coragem e do peito descoberto o teriam inhabilitado para a luta em que se revelou exímio o chefe dos "caifases". Mas, pelo testemunho do tempo, não resta a menor duvida de que foi Gama quem traçou o plano dessa nova etapa da campanha. E o juramento feito á beira de sua sepultura, na hora do enterro (28), mostra bem claro que, mesmo morto, Gama continuava a ser o supremo chefe, transubstanciado, agora, em "antepassado", cujos manes se invocariam como imperecível ensinamento da grei, como apelo decisi-

(28) Há discordancia, como se vai ver, entre o relato de Raul Pompéa e outra testemunha por mim ouvida, quanto ao homem que provocou o juramento. Raul Pompéa afirma que foi Clímaco Barbosa. O sr. Antonio dos Santos Oliveira declara que foi Antonio Bento. E na tradição popular é a este que cabe a iniciativa. Se não foi ele que falou, foi ele que cumpriu religiosamente o juramento, chefiando a insurreição branca.

vo nas horas de dúvida e desconforto. Chefe, portanto, que transcendera á categoria de idolo.

Os seus amigos do tempo o afirmaram. Gaspar da Silva, jornalista português, que seria, mais tarde o Visconde de S. Boaventura, e que militara com Luiz Gama, na fase do abolicionismo, de 1880 em diante, em o numero 121 da já citada revista carioca, "O Contemporaneo", dirigida por João de Almeida Pinto, frizou-lhe esse aspeto de chefe incontestado:

"A idéa de que nenhum senhor de escravos, por mais *humanitário* que seja e por mais conendas que lhe estreiem o peito, terá um enterro como teve Luiz Gama, nem será chorado como ele foi, mitigou-me a dor que me causara este verdadeiro desastre: — a morte do chefe do partido abolicionista."

A posição do grande negro, entre os seus contemporaneos, estava na consciéncia de todos. O abolicionismo acabara constituindo-se em organização partidária, sem haver feito propositadamente qualquer esforço nesse sentido. A organização surgia, aos poucos, de per si. É quem lê a historia do Império, acaba verificando que o novo partido transformaria o Parlamento Nacional, reclassificando as facções de 1884 em diante.

Gama nem isso viu. Baixara á cova, em plena maturidade, lutador abatido pelo seu proprio esforço, varado pelo cansaço, consumido pela sua propria chama, gigante que empreendera tarefa maior que as do Hercules grego: reintegrar uma nacionalidade no senso moral hereditario da especie.

O FIM

Luz Gama não nascera para durar muito. Naquele temperamento de super-emotivo, em que as paixões vibravam com uma singular e enorme ressonância, o organismo não conseguiria resistir mais longamente aos choques brutais e impiedosos com que a vida o brindara.

Concebido em tempos de angustia e desassocego, por mulher de indole irrequieta e insofrida, trabalhada por mil ansias diversas nos seus mais profundos sentimentos; tendo vivido numa atmosfera de terror, dos cinco anos em diante; padecendo, aos sete, a dôr inenarravel da perda da mãi, que um movimento político lhe furtara para todo o sempre; alanceado, aos dez, pelo horror sem nome de uma situação trágica, quando o pai, fria e perversamente, o encarcerou nas malhas da escravidão; humilhado, depois, por todas as formas de desprezo e de achincalhe que o regime social reservava aos párias nas suas miseraveis condições; coagido, em certo sentido, á disciplina militar, ele que era a rebeldia feita homem; castigado invariavelmente porque tinha brio e coragem e caracter; envolvido, a seguir, durante o resto da existência, como chefe do movimento, nas lutas ferozes, insidiosas, desleais, peia liberdade negra; forçado,

por elas, a insurgir-se contra o proprio benefeitor — magua que devia ter sido atroz para um espirito como o do inolvidavel negro, em quem a gratidão era mais que um culto e quasi uma mystica — obrigado a defender, todos os dias, com a obstinação de um crente, as conquistas de sua raça, para que a vitoria de ontem não se transformasse na derrota de amanhã; amargado e desiludido na sua ideologia politica, ao verificar que os homens, no seu namoro com o poder, não recuavam em mercadejar com as questões mais santas; vilipendiado, ultrajado, combatido, com a vida pereneamente em perigo, Gama não teria a resistência física para prolongar esses embates. Se a cabeça, o conjunto de suas qualidades morais e intelectuais aguentava galhardamente, o organismo cederia por certo.

A sorte adversa, que o escolhera para a provação de todos os sofrimentos, negou-lhe tudo. Recusou-lhe as alegrias das conquistas que vieram de 1884 em diante. Negou-lhe até o direito de ser espectador da maravilhosa derrota de Souza Dantas, o magifico e admiravel estadista que a monarchia não soube compreender.

Como quas' todas as nossas datas máximas, como a Independência, que em sendo de 1808, nós a festejámos em 1822, a Abolição teve o seu verdadeiro termino na moção de 4 de maio de 1885, quando, num gesto insensato, a Camara dos Deputados, d'errubou, pela diferenca de dois votos, o gabinete de um homem de visão e de largo descortino. E a inconciência partidaria, que, em maio, se recusava a discutir as medidas conciliadoras de um

político honesto, com o senso exato das realidades nacionais, acabava aceitando, em setembro, pouco mais ou menos esses mesmos dispositivos, aprovando, sob a orientação de outro chefe, as providencias que se obstinara em não examinar meses antes. Houve, naturalmente, um espanto na opinião pública, espanto que a imprensa, desavisada, interpretou como um arrefecer da campanha abolicionista. A verdade era outra e transpareceu de chofre: refeita do assombro, a opinião pública reagiu, exigindo a libertação em massa, immediata, sem restrições, e foi apertando o cerco contra as últimas resistências, valendo-se daquela atmosfera de coação moral que é comum se estabeleça em todos os grandes movimentos coletivos e sentimentais. A honra nacional estava empenhada no certame.

E a sociedade brasileira, purificada e redimida de seus crimes, reabilitada de seu passado, pôz a Corôa e o Parlamento em estado de sitio. Coagidos pelas circunstancias, sem esperanças de uma sortida honrosa, ambos capitularam.

Aqueles dois votos de diferença, dos quais um era de um deputado republicano (29), e que haviam provocado

(39) A ogeriza de Gama, inquisitando-se contra o escravismo disfarçado de muitos republicanos do tempo, crivando-os de setas e de piadas, não era, como se vê, sem razão. O voto do republicano, dado a favor de Dantas, haveria empatado a partida. E naquela legislatura não eram mais os liberais e os conservadores que se defrontavam. Eram os escravocratas e os abolicionistas que se mediam. Os republicanos não podiam deixar de estar com Souza Dantas, como estiveram os outros dois dos tres representantes que a nação mandara ao Parlamento.

a queda do Ministerio Souza Dantas, foram o desafio á Nação. Esta, mobilizada, respondera-lhe, em tres anos, extinguindo, nuni estouro de nar enfurecido, a mancha negra.

Mas, Gama dormia, no cemiterio da Consolação, o sono dos justos.

Minara-o o diabetes. Já em fins de 80, na carta, retro-citada, a Ferreira de Menezes, ele conta que estava sob severo regime médico. E dai, por diante, a molestia foi se agravando.

"Na ultima pagina da vida de um grande homem", que dentro de pouco transcreverei, Raul Pompéa lembrou que Luiz Gama, nos últimos tempos, já não descia as escadas do escritório sem que o amparassem os amigos. "Era uma veneravel ruina". Só não perdera a alegria. Esta persistia clara, translúcida, inalteravel. Por fim, teve de abandonar o escritório, retido ao leito. Foi crise rapida, em marcha para o desfecho final.

Ao meio dia de 24 de agosto perden a fala. Chamaram medicos com urgência. O primeiro que se apresentou foi o dr. Bertoldi, clinico italiano muito conhecido no tempo e amigo de Gama. Depois dele, foi a romaria: compareceram mais de vinte.

Gama caíra em sonolência. Ali pelas 14 horas, voltou momentaneamente e balbuciu uma frase, que não se sabe se referia á propria mãe, que ele longamente procurara, ou ao filho, que a esse tempo estudava na Escola Militar do Rio:

— "Está na Côrte..."

Nada mais disse. Pouco tempo depois expirava.

O enterro do mísero negrinho que se fizera grande homem em quarenta anos de lutas porfiadas, foi o maior de que há notícia na época. Raul Pompéa que o descreveu, miudamente, no folhetim da "Gazeta de Notícias", do Rio, edição de 10 de setembro de 1882, não disse tudo. O séquito foi interrompido pelos discursos que se fizeram no trajeto. A cidade inteira participou do luto: o comércio em peso cerrou as portas, e pelo leito das ruas, tanto no centro como nas vias do itinerário, havia folhagens e flores esparsas, tapizando, ao menos uma vez, na vida, o caminho por onde devia passar quem tanto e tão heroicamente sofrera. E nas sacadas das janelas, as tapeçarias ricas se ostentavam como nos dias solenes da Semana Santa, quando passava a procissão do Senhor Morto.

E' inútil, porém que se queira reconstituir a cena, com dados de reminiscências pessoais, quando Raul Pompéa tem o seu muito relembrado trabalho a respeito, a que muita gente alude, mas que poucos leram. Nem se compreenderia que num livro como este, o relato fiel do autor do "Ateneu" não ficasse entre as suas páginas mais empolgantes. Aí vai ele:

ULTIMA PAGINA DA VIDA DE UM GRANDE HOMEM

Por volta das tres horas e meia do dia 24 entrou-me pela casa um amigo: — Sabes? disse bruscamente, o Luiz Gama morreu!... -- O que está dizendo?!... — Morreu... — ... Luiz Gama?! — Serio, tristemente serio, afirmou-me o amigo. Era serio, era verdade. Aquele grande bemfeitor da humanidade não existia mais, aquele enorme coração, que só batia pe'os outros, cessára de palpitar; aquela grande alma, feita de todas as nobrezas do character, dissolvera-se pelo desconhecido da morte. Eu amava-o. *Votava-lhe a adoração humana que inspiram-me os largos espiritos candidos de desinteresse.* O seu passado lendarío impunha um respeito amoroso, que eu tributava-lhe, como ás velhas cousas sagradas que lembram-nos uma tradição de sacrificio. Tarde tive a grata felicidade de conhecer Luiz Gama. A' primeira vez que viu-me, mandou-me sentar a uma pequena mesa do seu escritorio e ditou-me uma carta. Achei esplendida aquela familiaridade repentina. A historia de Luiz Gama, tão minha conhecida, veio-me á mente como um raio e combinou-se admiravelmente com aquele rasgo de intimidade. Ao fim da primeira palestra, já o homem chama-

va-me *você*. Era adorável... Eu sentia uma ternura por aquele modo franco e descuidoso, com pretensões á brutalidade, e desmaiando em doçura insinuante, paternal. Gostava daquela rudez granítica, recortada em arestas selvagens, porque sentia cachoeiras pelas pedras, uma cascatinha vitrea e sonora. O conjunto cativava-me. Depois, não sei que grandeza admirava naquele advogado, a receber constantemente em casa um mundo de gente faminta de liberdade, uns escravos humildes, esfarrapados, implorando libettação, como quem pede esmola; outros, mostrando as mãos inflammas e sangrentas das pancadas que lhes dera um barbaro senhor; outros... inumeros... E Luiz Gama os recebia a todos com a sua aspereza afavel e atraente; e a todos satisfazia, praticando as mais angelicas acções, por entre uma saravada de grossas pilherias de velho sargento. Toda essa clientela miserável saía satisfeita, levando este uma consolação, aquelle uma promessa, um outro a liberdade, alguns dinheiro, alguns um conselho fortificante... E Luiz Gama fazia tudo: libertava, consolava, dava conselhos, demandava, sacrificava-se, lutava, exauria-se no proprio ardor, como uma candeia illuminando á custa da propria vida as trevas de desespero daquelle povo de infelizes, sem auferir uma sombra de lucro, entendendo que advogado não significa o individuo que vive dos jantares, que lhe paga Temis; entendendo que deve-se fazer um pouco de justiça gratis. E, com esta filosofia, empenhava-se de corpo e alma, fazia-se matar pelo bem. O heroi... Pobre, muito pobre, deixava para os outros tudo o que

lhe vinha das mãos de algum cliente mais abastado; doente, moribundo, encontrava no amago da sua natureza uma reserva instintiva de energia, e ia gastá-la em proveito da justiça e da beneficência oculta, avessa á fanfarras das *reclames*, sublime. Tudo isto conglobava-se-me no espirito, como uma grande esfera de luz, sobre a qual levantava-se a figura nobre, irresistível do bom Luiz Gama. Havia para ele como que um trono em minha alma. Eu votava-lhe o grande culto das lendas heroicas... Entram-me de subito por casa, dizendo: - Morreu Luiz Gama! . . .

Estes últimos dias têm sido esplendidos em São Paulo. A tarde de 24 estava incomparável. O ceu estava profundamente azul: não havia senão, a bordar o mais remoto horizonte, umas linguetas argentinas de nuvem. Sol a deslumbrar. Vasta tranquillidade pelo espaço.

Saí de casa desesperado, esmagado por uma especie de raiva surda, sufocante, contra esse monstro terrível que habita não sei onde, o que de vez em quando, estende para fóra a garra e leva-nos um ente querido. Tomei o bonde do Braz. Em caminho, como que serenou a intima tempestade que sufocava-me a garganta e estrangulava-me o espirito. Ao rolar estremecido do bonde, foram-se-me acomodando na mente as idéas que me haviam desabado como rochedos sobre o craneo, no momento da noticia... Então Luiz Gama morrerá... Aquele jovial, aquele folgazão, aquele ameno, com quem eu estivera, não havia tres dias, no escritorio, ouvindo-lhes umas cousas filosoficas e amargas, envoltas em ironias sem veneno, em

pillherias desenluvadas, mas justas, a proposito do que das mesquinhezas politicas da terra, que o haviam exilado para o fundo do seu gabinete de advogado; aquele homem morrera... Invadiu-me o animo, nessa occasião, a incredulidade, irracional, instintiva do horror á morte. Não sei porque, principiei a não crêr. Aquilo era falso, Luiz Gama vivia... Tive vergonha de externar o meu pensamento. Não acreditava... Porque? Onde falta o porque, aí vive o desvario. Tive vergonha. Aquilo era a covardia da vida. Não acreditar era fechar os olhos para não ver o espectro dos tumulos. Refleti, isto é, abri os olhos. Desenhou-se-me então pelo espirito a imagem simpatica do grande homem, alegre, ruidosamente alegre; mas revelando na palidez doentia do rosto, que ia-lhe pelas fontes da vida algum mal terrivel. Lembrei-me de que Luiz Gama já não descia as escadas do escritorio, sem que o amparassem. Ora dava-lhe o braço o seu jovem amigo Brasil Silvano, ora o seu dedicado Pedro; uma vez até, permitam-me que o refira orgulhosamente, uma vez, até eu mesmo dera-lhe o braço. O Luiz Gama dos ultimos tempos era uma veneravel ruina. O descôbramento total figurou-se-me naturalissimo. A cruel verdade. Perto da moradia de Luiz Gama, o bonde parou. Dirigi-me para lá enxugando as lagrimas que me ferviam nas palpebras.

* * *

A casa era uma devastação. Sentia-se que por ela havia passado alguma coisa formidavel como a derrota

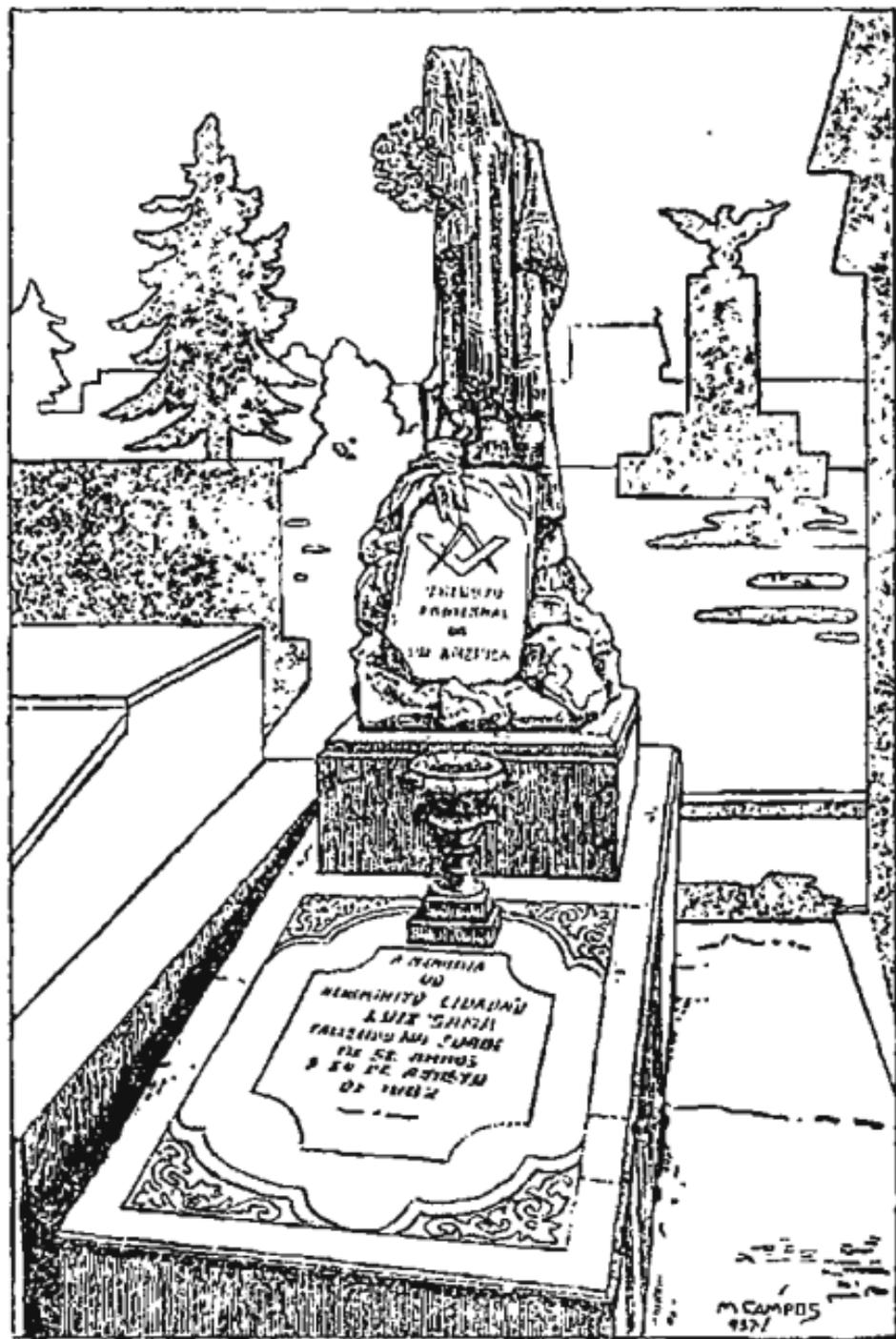
dos ciclones. Não havia um semblante sobre que se não lesse o vestígio da rajada das catastrophes. Choravam os homens como uns covardes, as senhoras pareciam exalar a vida em convulsivos soluços. Os mais rijos sentiam-se acabrunhados... Falar da esposa do finado fôra violar o silencio sagrado que deve rodear os martirios...

Na sala da frente estava o corpo... Lá estava sobre duas mesas aproximadas um grande cadaver, reto e fixo, as duas mãos rijamente cruzadas sobre um largo peito, trajado de negro, coberto a meio corpo por um pobre lençol grosseiro. O perfil do rosto alteava um pedaço de pano em frias saliencias... Levantava-se o lenço e via-se um belo semblante tranquilo como a noite do tumulo, ligeiramente alborisado pelo congelamento do sangue, dois olhos cruelmente cerrados para sempre sobre as mais suaves estrelas de bondade e de esperanza, dois labios colados como as palpebras, selados por um ligeiro sorriso ironico sobre as mais ternas consolações de um largo coração. Impressionava a serenidade majestosa daquelle morto. Sem aquelle sorriso queixoso, que espiava por um canto dos labios, fôra a effigie de um Cristo. — Parece uma imagem, diziam... Estive a olhar longamente para aquella estatua tombada... Do interior da casa, chegava como em lufadas de alegria o gorgocio de muitos passarinhos...

* * *

Luiz Gama gostava das flôres... Das flôres e dos passarinhos. Devia gostar tambem das crianças. Essas grandes almas humanitarias evadem-se nas horas vagas

para a innocencia. Fartas de lagrimas e de miserias, refugiavam-se no convivio das risadas, dos perfumes e dos gorgeios. Passaros, flôres e crianças, a fraqueza sublime dos fortes... A casa de Luiz Gama estava cheia de gaiolas; mais de vinte contavam-se. Um *cardal* de estimação, muitos canarios... A' camara mortuaria toda a passarinhada enviava o pipilar innocente e ruidoso... Pelas janelas da sala de jantar enfiava-se a vista para um grande jardim... Logo ao entrar pelas ruasinhas margeadas de grama demoravam os olhos sobre centos de parasitas, pendentes de longos fios de arame, ostentando lindas flores rubras, azues, roxas e umas folhas alongadas como laminas de punhais, ou arredondadas como linguas, muito musgo envolvendo as parasitas, velhas grades de arame envolvendo canteiros preciosos; grandes tinas com plantas de fina especie, uma delas cheia d'agua alimentando alguns feixes de uma parasita dos brejos... — Aí vê-se por toda a parte o dedo de Luiz Gama, disseram-me. Mais para o interior do jardim, avistavam-se tapetes de violetas, roseiras, curvando-se em arco sobre quem passava, lirios abertos tristemente para o ceu como labios queixosos... Respiendia uma tarde divina. O sol, ainda fóra sacudia sobre o jardim, uma chuva de puro ouro; chegava a viração da tarde, os arbustos inclinavam simultaneamente de uma para outra banda a cabeça como *falirs* em oração. Os pecegueiros erguiam valdosamente centenas de varas como cétros, literalmente forrados de flôres do mais fino rosa. Uma alegria vasta, geral pousava ali pela romaria das jaboticabeiras, ao longo das palmas de bananeira; enrolava-



O Túmulo de Luis Gama, existente no Cemitério da Consolação, em São Paulo, mandado construir pela Loja Maçônica «Americana», de que o abolicionista fôra Veneravel.

va-se como as serpentes do Tirso de Kernies pelas flechas dos pecegueiros e pelos galhos das amoreiras salpicadas de frutos. Ali, á luz daquelle ceu cristalino e setinoso, sentia-se a impressão dulcissima da languidez harmoniosa, biblica do Eden. De longe vinham gargalhadas frescas dos meninos; dos arvoredos vinham chilros festivos de passarinhos. Uma orgia franca de prazer... Voltaram-me aos olhos violentamente as lagrimas. Aquelas aves, aqueles meninos e aquele pomar não sabiam que morrera Luiz Gama... A cruel alegria dos inconcientes... Não mais viria o amigo daquelas flôres e o cultor daquelas arvores visitá-las, ao amanhecer, nem assistir naquelle pomar as agonias da tarde longa do estio... E tudo sorria!... Tudo aquilo lembrava-me o Eden, sim, mas o Eden abandonado.

Estava marcado o dia seguinte para o saimento.

As 6 horas da manhã, fui ainda uma vez visitar o corpo do meu adorado Luiz Gama.

Rompera um dia, como raros dias de São Paulo. A manhan, ligeiramente fria, impregnava-se-me pelos poros, como um banho de alegria. Eu estava, porem, refratario á manhã. Caninhava triste, refletindo na catastrophe que significava a morte de Luiz Gama. Lembra-va-me que me haviam mostrado na vespera, em casa do morto, uma pequena guarnição de tijolos com que Luiz Gama andava cercando os alegretes do jardim... A guarnição estava em meio... Eis um trabalho do *homem*, que fica por concluir, observam-me... Eu refletia que, como a guarnição dos alegretes, uma outra obra de Luiz Gama

ficara em meio, transformada em fuste partido para adornar-lhe o tumulo, — o sonho de todos os seus dias: a abolição. Eu procurava um soldado da sua força, queria espantar do espirito o meu desanimo. E só me aparecia a desoladora imagem da coluna truncada... Depois, sem consolar-me, resignava-me com a esperança de que o momento historico é muitas vezes a razão de ser de certos homens. Antes de chegar á casa do morto, encontrei-me na estrada do Braz com uma pessoa da familia.

— Já por aqui? disse-me.

— Vou vê-lo ainda uma vez...

— Eu vou á cidade trocar a tampa do caixão... Esta é pequena. E indicou-me um individuo que se aproximava, tendo á cabeça uma tampa de esquite, com os galões figurando ao sol... Eram os preliminares do saímento.

Já se havia revestido a jovial morada da tristeza mercenaria dos aparatos funebres. Um brutal reposteiro negro fechava lugubrememente a porta. A sala ardente ostentava umas largas fachas de fazenda preta agaloadas de amarelo, distendidas do teto para o chão, na sua convencional seriedade lugubre. No meio da sala havia uma pequena eça, forrada de negro e dourado; ao fundo um singelo altar. No altar havia, enfiados como silenciosos guardas, um crucifixo e seis velas; sobre a eça jazia um longo esquite listado de ouro, cercado de outras seis velas. Espessa penumbra flutuava no ar; mal se via, atravez de umas estreitas frinchas das janelas, o dia brilhando lá fora. Dentro daquela sala, julgava-se a gente encerrada num

grande esquife quadrado, ou em alguma espaçosa sepultura. Desgostava mais do que entristecia. Se o gosto dos mortos se consultasse, Luiz Gama quizera que o seu corpo fosse bucolicamente estendido ao ar livre, á sombra de uma bela arvore cheia de passarinhos e peneirando flores, guardado por alguns bons amigos, cercado da surdina longinqua, indistinta da natureza viva e selvagem... Porque se havia de privar aquele pobre morto da claridão generosa daquela manhan? Eu fui a uma das janelas eabri-a um pouco. Um raio de claridade pura entrou pela sala e foi até o esquife, como um menino innocente e curioso. Exatamente nessa ocasião, invadiram o recinto mortuario um bando de meninas que iam á escola, com as suas ardosias velhas e os seus cadernos enegrecidos e as caixanhas de costura á ilharga... Examinaram o morto e retiraram-se logo, caladas e timidas. Depois entraram sucessivamente amigos do finado, negros, que ele libertára, vizinhos que o prezavam. Todos, com um raminho de alecrim que havia por perto num copo, respingavam agua benta sobre o cadaver. Um deles accou-se da eça e descobriu o rosto do morto. A fisionomia calma não perdêra o seu ar imponente. Apenas sentia-se como que um resecamento da pe'e. Na vespera, um escul-tor fizera em gêsso, um molde do semblante do cadaver. Nota-se tambem um ou outro vestigio do gesso. No mais, era a mesma aparência veneravel, distinta, serena, marmorea... Assim pelas tres horas, começou a atividade precursora do saimento. Principiou a encher-se de gente a casa. Na rua parava-se, a olhar para o reposteiro negro

da casa enlutada. Fechou-se o caixão. Momentos antes, houvera uma cena de que a linguagem não pôde dar conta: — a despedida da viúva. Atroz!

.....

E a tampa do caixão caía cerrando-se sobre o defunto com o ruído de uma boca que mastiga. Dentro de poucos minutos, o povo, aglomerado diante da casa, viu levantar-se o reposteiro negro e estender-se para a rua um longo esquife, coberto de luzentes listrões de ouro. Depois do esquife, precipitou-se uma multidão numerosa. Todos de preto. Era o enterro. Devia fazer-se a pé. O cemiterio estava longe, no extremo oposto da cidade, para as bandas da Consolação. porém, que o corpo do *amigo de todos*, como chamavam a Luiz Gama, fosse por *todos* um pouco carregado. A consideravel distancia que separa os dous arrabaldes, devia ser percorrida a pé, para que a muitos fosse possível a honra de levar aquele glorioso cadaver. Ao sair da casa, pegaram nas argolas Gaspar da Silva, do Centro Abolicionista, e outros amigos do Gama, como o Dr. Antonio Carlos, o Dr. Pinto Ferraz, o conselheiro Duarte de Azevedo. . . Em reda do feretro apertava-se a multidão, empenhando-se por tomar as alças. Havia de prestar-se áquella grande reliquia uma homenagem ardente. Para diante caminhava uma porção imensa do povo; atraz do prestito, desfilava uma enorme quantidade de carruagens, seguindo a passo. Entre as carruagens, via-se o coche fúnebre. Vasio. Era um prestito respeitavel. Em meio do caminho do Braz, uma banda de musica, ali pos-

tada, saudou a aproximação do fereiro com uns acordes lagrimosos, umas notas surdas que pareciam chegar do horizonte, ou das nuvens. Ritmados pela cadencia daquela musica, foram-se os passos da multidão pela estrada acima. Um silencio mortal rodeava o finado, sendo apenas interrompido pelos que pediam que lhes deixassem tambem carregar o esquife. Por cima do prestito flutuavam os esplendores de uma tarde olimpica. O sol batia de rijo sobre as cabeças descobertas e dourava a poeira espessa que levantava-se da estrada. Para longe fugiam os campos do Carmo, muito verdes, rasgados em varios pontos pelos extravasamentos do Tamanduaté, alagados em grandes espelhações cintilantes. Da linha do horizonte erguiam-se colunas azues de fumaça, que dissolvia-se pela transparencia imaculada da atmosfera. Em frente alinhava-se, como em cerrado pelotão, a casaria da cidade. As habitações sobrepostas pelos outeiros de São Paulo, pareciam apertar-se para espiar o prestito. As torres, satisfeitas da sua estatura, olhavam, sem esforço, por cima dos telhados. E a procissão avançava. E a banda de musica ia desfolhando adiante do esquife as suas harmonias roxas e soluçantes. Na ladeira do Carmo, a irmandade de Nossa Senhora dos Remedios, para cujos fins de beneficencia o defunto concorrêra um dia, veio encontrar o enterro, com as opas de azul e branco e suas enormes velas, grossas como coçados. Ao entrar na cidade, uma comissão de seis membros do Centro Abolicionista de São Paulo tomou as alças do caixão. A cidade estava triste. Inumeras lojas tinham as portas fechadas, em manifestação de pesar;

as bandeiras das sociedades musicais e beneficentes da capital pendiam a meio mastro. Apinhava-se povo nos lugares por onde devia passar o enterro. Às janelas acotovelavam-se as famílias. Em alguns pontos viam-se pessoas chorando. Ia sepultar-se o *amigo de todos*. — Nunca houve cousa igual em São Paulo, dizia-se pelas esquinas. E o nome de Luiz Gama, coberto de bençãos, corria de boca em boca. No posto de honra das alças do esquife sucedia-se toda a população de São Paulo. Todas as classes representavam-se ali. Reparou-se particularmente num contraste estranho. Em caminho da Consolação viu-se Martinho Prado Junior, o homem que quer a introdução de escravos na provincia, a fazer *pendant* com um pobre negro esfarrapado e descalço. Um e outro carregavam orgulhosamente, triunfantemente o glorioso caixão. Eu perguntei a mim mesmo se Martinho Prado era um escravoerata sincero.

O esquife partindo do Braz às 4 horas e 5 minutos, às 5 1/2 ainda estava longe do cemiterio. E ninguém se fatigava. A multidão não rareava. O sol, muito proximo do horizonte, varria a rua com mil feixes rasteiros de luz. Um cone deslumbrante de raios feria os olhos da multidão e lampejava nas facetas douradas do caixão. Meia hora mais tarde passava o funebre cortejo por entre os pilares do portão do cemiterio. O sol se fôra pelo horizonte abaixo... A luz do dia trepava pelas arvores espetrais do Campo Santo, para extinguirse na profundidade do ceu. A lenda de musica misturava com as sombras do crepusculo a tristeza das suas

melodias. Às 7 horas, entrava o cadaver para a capelinha do cemiterio rodeando-o sempre uma multidão compacta, no meio da qual se confundiam os membros do Centro Abolicionista, da Caixa Emancipadora Luiz Gama, da Loja America, de que era veneravel o finado, da Loja Sete de Setembro, da Sociedade Quatorze de Julho, do Club dos Girondinos, e outros.

Na capela, ficaram depositadas as corôas oferecidas pelo Centro Abolicionista, pela *Gazeta do Povo*, pela imprensa portugueza, pelo comercio de São Paulo, pe'o Club Ginastico Portuguez, pela Academia de Direito...

Da capela, conduziu-se o feretro para a sepultura. Houve aí uma cousa solene que se deve registrar. Colocára-se o caixão á beira da cova. A multidão, que invadira o cemiterio, rodciava o sepulcro, enchendo uma area espaçosa. A lua, que principiava a fazer sentir os seus clarões, banhava de azul a multidão, projetando no fundo do sepulcro aberto a sombra dos circunstantes, como se lhes escrevesse lá dentro o *memento homo*... Veiu um padre. Resmungou umas frases em latim, sacudiu agua benta, e retirou-se. — Quando os coveiros iam a descer para o tumulo o cadaver, um homem disse: — *Esperem!*... O Dr. Climaco Barbosa (era o homem) ergueu então a voz. A voz soluçava-lhe na garganta. Disse duas palavras, sem retorica, sem trópos, a respeito do grande homem que ali jazia caído... Lembrou aos presentes que aquele fôra Luiz Gama... A multidão chorou. Então, o orador reforçou a voz, reforçou o gesto: e intinou a multidão a jurar sobre o

cadaver, que não se deixaria morrer a idea pela qual combatera aquele gigante. Um brado surdo, imponente, vasto, levantou-se no cemiterio. As mãos estenderam-se abertas para o cadaver... A multidão jurou. (30)

.....

Passaram os coveiros dous laços ás extremidades do esquite e o desceram para o fundo da sepultura...

* * *

Eu olhei para a noite. Estava calma e estrelada. Com o espirito perdido em meio da magestade serena do espaço, fui-me encaminhando para casa.

.....

Sobre minha mesa achei um jornal do dia. Trazia a noticia do passamento de Luiz Gama: "Faleceu ontem o cidadão Luiz Gonzaga Pinto da Gama, conhecido advogado desta cidade." Só. Encolhi os ombros. E' preciso que, mesmo nos momentos épicos, apareça uma ponta da miséria humana.

RAUL POMPEA

São Paulo, 3 de setembro de 1882.

(30) Neste ponto, o sr. Antonio dos Santos Oliveira discorda de Raul Pompéa. Para aquele quem fez o juramento foi Antonio Bento. E a tradição oral sustenta esta versão, possivelmente porque foi o ex-juiz municipal de Atibaia quem o cumpriu á risca, levando a campanha á victoria definitiva.

A BONDADE DE LUIZ GAMA

Paralelo a seu ódio, esse sentimento violentíssimo, ferez, quasi brutal, que ardeu numa chama inextinguível, durante toda a sua vida, contra os senhores, "contra os saltadores da liberdade humana," Gama teve outro: foi um assombro de bondade.

Sua vida inteira está marcada pelos gestos espontaneos dessa sua qualidade insigne. Veja-se, em primeiro lugar, a sua coragem estóica, em que se ha uma infinita piedade, ha tambem muito de heroismo, negando-se sempre a nomear o homem que o vendeu, cobrindo-lhe o delito com o manto de sua imensa misericórdia.

Atente-se, depois para a capacidade desse homem, desde os seus tempos mais humildes, em fazer amigos entre as figuras de maior relevo social e intelectual da cidade. Esse seu poder de atrair simpatias só rivalizava, do outro lado, do lado abolicionista, com a sua facilidade de provocar inimidades.

Em 1859, Gama já conquistára o afeto de José Bonifacio, o Moço, que seus biografos não se cansam de apontar como espirito retraído e difficil ao contato da intimidade. Em sua primeira edição das "Trovas Burlescas" já figuram tres poesias do sobrinho do Patriar-

ca: "Saudades do Escravo", "Calabar" e "O Tropeiro". (31)

Na edição seguinte, esse numero cresce notavelmente, aparecendo mais as seguintes composições: "A Rodrigues dos Santos"; "Enlevo"; "A Garibaldi"; "Teu nome"; "Prometeu"; "Saudade" e "Olinda". Isso quer dizer que apesar da observação de Gama, no "Prefácio", dizendo haver lançado mão das poesias de José Bouifácio, sem autorização deste, que lhas oferecera sem visar publicá-las, o gesto não desgostara o amigo, tanto assim que os trabalhos do Andradá tinham subido de tres para dez, na segunda fornada do livro. E prova mais que a camaradagem era suficientemente estreita para que Gama fizesse o que fez, sem licença prévia do amigo.

Os testemunhos dos contemporâneos, que com ele privaram, são unânimes em frisar-lhe esse aspeto da personalidade: Raul Pompéa, Rui Barbosa, Brasil Silvano, Alberto Torres, Americo de Campos...

Embora elevado ás culminancias da fama, áquelas alturas que o nosso país comportava, podendo ter sido tudo o que lhe aprouvesse, bastando-lhe, para tanto, não

(31) Reporto-me á informação de José Feliciano, no artigo retro citado do «Estado de São Paulo». Não possuo a 1.^a edição das «Trovass». Apesar de meus esforços, apenas consegui a segunda e a terceira.

direi recuar nas suas idéas, mas transigir apenas, viveu sempre pobre. Os seus proventos não estavam em proporção com o seu trabalho e sua clientela porque esta se compunha de gente que precisava não só de sua capacidade profissional, mas também do socorro de sua bolsa.

Gama não libertava apenas os escravos, ajudava-os, depois, longamente a se manterem em posição de defender a liberdade conquistada.

Em seu escritório costumava haver dois caixotes com moedas do cobre e níquel, destinadas a acudir os pretos e mendigos que o procuravam nas horas de advocacia. O aspecto da visita denunciava-lhe os intuitos:

— Tire aí no caixote, dizia Gama.

E depois que o hospede se havia servido, era comum a interrogação do abolicionista:

— Quanto tirou?

— Dois *gintens*, siô.

— Homem, você é burro. Nem sabe aproveitar. Pois aí no caixote, *tem níquel*... (32)

Aos sábados, aquela alma de São Francisco a quem os trópicos bronzearam a pele, costumava fazer distribuição de dinheiro ás famílias necessitadas. Punha as notas que suas posses permitiam, dentro de envelopes,

(32) Não se extranha o epíteto. Gama era desbocado e de língua solta. Para os pretos que ele protegia e que costumavam saudá-lo: — Sancriste!... Gama respondia invariavelmente: — Deus te faça branco, a começar pelo... >

reunia todo o material numa maleta e lá ia ele á sua prática da caridade. E nesse dia, desaparecia de tal forma que ninguém era capaz de dar noticias do tribuno. A própria esposa andou ás vezes desconfiada com essas fugas inexplicaveis e hebdomadárias. E' que Gama escondia a prática e sabia respeitar o constrangimento dos necessitados envergonhados.

Conta-se dele o episodio da Condessa de *** Esta nobre dama andava em demanda com o marido, tendo tido necessidade de afastar-se do lar. Viajara para São Paulo, vinda do Rio, recomendada a Luiz Gama, a quem viera pedir tomasse a peito a sua causa. Gama ouviu-lhe o relato e prometeu fazer o que fosse possível, dentro dos recursos legais. Depois, perguntou-lhe em que hotel ia hospedar-se afim de ter com ela facilidade de comunicar-se.

— Hotel? — exclamou a condessa — Pois se eu não tenho nem onde morar.

— Ah! não tem para onde ir? Pois, vamos já arrumar isso. A senhora vai me dar licença para que tome providencias.

Chamou o seu fiel criado, o Nicolau, mandou que arranjasse immediatamente um carro de praça e conduzis-se a Condessa á sua residência, avisando a Nanhã (era o apelido carinhoso que ele dava á esposa) que a hospede ia ficar residindo lá e que de tarde explicaria.

E de fato, a Condessa morou na casa de Gama algum tempo.

Mais tarde, regularizados os seus negocios, a Condesa costumava dizer, abertamente, que "Luiz Gama, sóinho, valia mais que todos os barões do Imperio" (33).

Gama casou-se com Claudina Fortunata Sampaio, uma crioula da familia Arruda Sampaio, de Campinas, criatura boa e meiga, que se identificou á vida perigosa do marido e que foi sua companheira de todas as horas, carinhosa, solícita, delicadíssima. Do consorcio só houve um filho, Benedito Graco Pinto da Gama, que estudou na Escola Militar, chegou ao posto de major de artilharia do Exercito e ocupou, durante muitos anos, o lugar de comandante de nosso corpo de bombeiros. (34)

Esses dois aspectos da individualidade de Luiz Gama, a sua bondade, de um lado, o seu odio a todas as formas de opressão, de outro, fazem a gente refletir em como conseguiu ele realizar o milagre do equilibrio entre esses dois sentimentos antagonicos, ele que tinha sobrados motivos para ser um revoltado á maneira dos canageceiros, dos bandidos da Córsega e de todos os injustiçados do mundo.

Entretanto, o seu caso psicologico tem explicação facil. Aos vinte anos, quando mal acabavam de surgir os fatos que fariam nascer a lei de Euzebio de Queiroz,

(33) Informação do sr. Antonio dos Santos Oliveira.

(34) Benedito Gama casou-se com D. Maria Vidal, senhora que ainda vive. O casal não teve filhos, mas Benedito Gama legítimou uma filha, que ainda reside em São Paulo.

Gama encontrou-se, talvez sem o saber, numa encruzilhada de sua existência. Trazia, como o *Fausto*, de Goethe, duas almas adversárias, que se adivinham e se apresentam em toda a sua obra social: o ódio inextinguível contra a opressão da raça branca, que lhe roubara a mãe, que o fizera escravo contra toda a razão e contra toda a moral, um ódio que o havia de ter martirizado até quando, por ser baiano, o refugaram para pagem e lhe impuzeram a miserável condição posterior; e uma bondade quasi angélica, inata, congénita, tão espontanea e nativa que ele, em toda a sua vida, nunca a pôde esconder. A primeira alma vinha-lhe, sem duvida, como herança materna. Ele mesmo confessa as qualidades de rebeldia e de inconformismo de Luiza Mahin. A outra só seria imputavel ao character do pai, o estropea, jogador, amante de súcias e de farras...

Ingressando para a Polícia, acoutando-se nas hostes que mantinham a autoridade, ninguém sabe que homem brotaria dali e qual das duas qualidades fundamentais de seu temperamento sobrepujaria a outra, nos embates da luta quotidiana, mais difficis de vencer que todos os momentos supremos dos homens. O gesto de inclinar-se para a Força Pública poderia fazer supor nele a supremacia dos instintos belicosos a procurar uma válvula conduta para a satisfação de seus odios. No cumprimento dos seus deveres de mantenedor da ordem, encontraria sempre a maneira de desalterar a sua raiva impotente contra a sociedade cruel...

Salvou-o Furtado de Mendonça, tomando-o como

seu ordenança, pondo-o sob sua proteção e franqueando-lhe a sua biblioteca.

E aquela biblioteca realizou o milagre da conversão de Gama. O grande negro encontrou, no estudo do Direito e da jurisprudência, a formula de equilibrio que o reconciliaria consigo mesmo e com a sociedade. O Direito satisfazia-lhe, ao mesmo tempo, o seu odio insopitavel contra todas as formas de coação e de violência, permitindo-lhe que as agredisse e assaltasse dentro dos quadros legais, e dava-lhe todos os prazeres e todas as alegrias de sua bondade ingênita, consentindo-lhe exercê-la sem desvio das regras que a sociedade homologara. A Justiça, cuja sêde avassaladora e absorvente ele sentia no mais profundo de sua alma, fá-lo-ia o heroi e o santo que conseguiu ser. Elevava-o a super-homem, permitindo-lhe a possibilidade de imitar Jesus Cristo, postado á entrada do Templo e vergastando, com a violência de um Deus, os vendilhões que o prostituíam.

E quando, na ardorosa peleja de quasi trinta anos, os sofrimentos se exacerbariam pelos continuos prélios em que os interesses pecuniários, por ele fundamente feridos, revidavam em ataques cruéis, injustos, dolorosos, lacerantes, o equilibrio e a serenidade a que aquele admiravel espírito havia atingido, pairando na região da luz, da bondade e da alegria, tinham a sua suprema válvula de segurança na sua veia satírica, que se vingava, numa estrondosa gargalhada, das dores e das maguas que os outros lhe causavam.

Era sempre a biblioteca que estava atuando. Recheiando-o de cultura e de ensinamentos, deu-lhe também a elegância moral, a finura, o discernimento, a capacidade de distinguir e, principalmente, de compreender, que toda cultura profunda pressupõe.

E fazendo dele um homem notável, dos mais ilustres do tempo, foi capaz de projetá-lo, na história do Império, como o verdadeiro precursor da campanha negra, como a figura máxima da abolição no Brasil.

APENDICE

Criatura de que a história se apossou, pela sua atitude de iniciador da campanha abolicionista, Gama teria de cair na legenda e, necessariamente, naquela zona da literatura, em que as mentiras pululam. Frisei esse ponto no início deste volume e prometi documentar o asserto, revelando inverdades que correm mundo a respeito do famoso apóstolo da liberdade negra.

Não quero, por certo, alongar-me demasiado neste capítulo, mas não devo furtar-me á obrigação de desfazer varias dessas balelas, que apparecem sempre sob a responsabilidade de escritores acatados em nossos meios intellectuais, e até mesmo de nomes que honram nossa litteratura. Estes tambem avançaram afirmações inexatas, sem tentar verificá-las. E embora não me tente o desejo de abrir polémicas, faz parte do plano desta biografia passar em revista as invencionices mais espalhadas e mais berrantes, mostrando-lhes a falta de fundamentação historica e restabelecer, tanto quanto me foi possível, o verdadeiro perfil moral, sentimental e intellectual de Luiz Gama.

A BOA FE' DE ALBERTO FARIA

Na sua conhecida e muito citada conferencia sobre "Luiz Gama" realizada no Museu Histórico Nacional, em 13 de maio de 1924, o jornalista de Campinas, que era o fundador e occupante da cadeira n.º 15 da Academia Paulista de Letras, sob o patrocínio de Luiz Gama, contou varias anedotas autênticas da vida do advogado baiano. Entre ellas incluiu esta, que Humberto de Campos transportou para o seu "Brasil Anedótico", (pag. 146, da ultima edição da Livraria José Olympio):

"Vigoroso e inclemente na sua oratoria, Luiz Gama, o grande negro abolicionista, era, não raro, atacado nos tribunais de modo impiedoso e grosseiro. Certa vez, no Foro de São Paulo, o dr. Falcão Filho, professor da Faculdade de Direito, exclamou, no exordio de uma accusação, no Juri:

— Desci... descí... descí... E quem fui encontrar lá embaixo, senhores jurados? Luiz Gama!

Chegado o momento da defesa, o negro illustre subiu á tribuna, sereno, parodiou-o:

— Subi... subi... subi... E quem fui encontrar lá em cima, senhores jurados?

E aludindo á mãe natural (sic) do ofensor, apontando-o, entre risos da assistência:

— O filho da Maria Manca!”

A anedota está abrandada e posta em libré decente, porque não é assim que anda contada pela tradição oral. Ouvi-a dezenas de vezes, na sua brutalidade popular, dando as variantes das duas frases. A de Falcão Filho, terminava assim: “E quem fui encontrar lá embaixo, senhores jurados? Um negro na tribuna da defesa.”

A da que se iuculca como sendo de Gama, fiadava de outra forma: “E quem fui encontrar lá em cima? Um homem que não conhece o pai.” É mui a muido, a frase vinha numa expressão muito mais grosseira, que o leitor, conhecido o nosso gosto pelo desbocado, facilmente imaginará.

Ora, essa anedota não é de Luiz Gama. Aconteceu com o dr. Falcão Filho e um advogado preto. Para o sr. Filinto Lopes, a quem já me referi varias vezes neste volume, o caso passou-se com o “Chanca”, um fabula de côr que vivia a imitar Gama, embora não tivesse o mesmo talento e nem a mesma educação. Para o sr. Antonio dos Santos Oliveira, que conheceu Gama na intimidade, a frase é de Clímaco Cesarino, quando ainda estudante do 3.º ano de Direito. Deste ou daquele, o que é verdade é que as testemunhas do tempo não a aceitam como da paternidade de Gama. E na variante oral, então, isso é patente. Gama, que vivia escondendo o nome do pai, que preferia figurar como filho natural a revelar a sua origem, não ia proferir uma frase tão ultrajante, que autorizaria um revide ainda mais violento e sem possibilidade de tréplica.

AS NOVIDADES DE SILVEIRA BUENO

Outro escritor que contou cousas exquisitas de Luiz Gama, baseando-se em recordações de sua propria familia, foi Silveira Bueno, brilhante jornalista, professor e filologo.

Num artigo para o "Diario Popular" desta capital, pouco antes de inaugurada a herma de Luiz Gama, no largo do Arouche, recordando que este fôra "dos comensais da sua casa avoenga" relatou que um dos motivos da "aproximação entre seu avô e o formidavel abolicionista, foi a boa cerveja que havia no armazem do Machado." E acrescenta:

"Luiz Gama era homem de paladar e sabia apreciar as delicias do gosto. Assim, invariavelmente, á tarde, aparecia em nossa casa, sendo-lhe immediatamente servida a cerveja, antes que a pedisse. Bebia-a gole a gole, pondo no tempo gasto em bebê-la, o tamanho do prazer experimentado.

Trajava-se quasi sempre de fraque ou sobrecasaca de côr clara: cinza ou flôr de alicerim. O chapéu era sempre alto, jamis deixando a bengala de castão de outro. Quando a temperatura era fria, punha luvas tambem claras.

Onde aprendeu tanta elegancia e finura? Com a esposa, que era francesa. Nesta lingua se entretinham ambos com muito admiração da maioria que mal sabia o portuguez.

.....

Nesses passeios diarios, Luiz Gama ia acompanhado de dois filhos, já meninotes, muito mais claros que ele, não sei qual dos dois, olhos azues. Que será feito desses filhos de Luiz Gama? Certamente faleceram, porque nunca mais se ouviu falar da descendencia do negro illustre”.

Entre essas informações, é possível que haja algumas exatas. A maioria, porem, não está certa. O “chapeu alto” não concorda com o depoimento de Valentim Magalhães, atraz citarlo, na poesia “O Castor de Luiz Gama”, em que se fala de sua preocupação pelo chapeu mole, só ás vezes substituído pela palheta.

A bengala de castão de outro, a finura e a elegancia não condizem com a proverbial pobreza do notavel caudiceiro. Sei até de um episodio narrado pelo professor Ramon Roca Dordal, que foi expoente da pedagogia paulista, nos seus aureos tempos.

Gama ganhára um quadro a oleo, representando a sua propria effigie. O pintor dera-lho sem a moldura e a tela assim permaneceu até a morte do abolicionista porque ele nunca teve geito de arranjar umas sobras de seus proventos para mandar colocá-la no quadro. Dinheiro que apparecesse, não chegava para os escravos!...

Enfim, é possível... Mas que a esposa de Gama fosse francesa, de origem, isso não é verdade. Chamava-se, como vimos, Claudina Fortunata Sampaio, cria que fôra da familia Arruda Sampaio, de Campinas. Pele queimada e rosto tipicamente africano, como se vê no cliché que este volume apresenta.

Os dois filhos, tambem precisam ficar de quarentena, principalmente o de olhos azues. Só se conheceu um, que deixou certa nomeada, Benedito Graco Pinto da Gama, major de artilharia do Exercito e comandante do Corpo de Bombeiros de São Paulo, ainda em 1904.

Está me parecendo que Silveira Bueno se equivocou com algum outro advogado preto, contemporaneo de Gama. Digo isto, porque conheço pessoalmente Silveira Bueno e sei de sua irrestrita probidade literaria. Ele joga no relato com um fator ponderavel, que são as informações transmitidas oralmente por membro de sua própria familia. Não deve haver lapso de memória quanto ás circunstancias apontadas. O fenomeno deve ser de transferencia de pessoa. Tratar-se-á de Fernandes Coelho, tambem causídico, tambem notavel, o mesmo que sendo o advogado da accusação no celebre processo em que Gama "via tudo preto", ajudou a tornar a pilheria famosa? (35) E' o que parece mais provavel.

(35) V. «Brasil Anedóticos» de H. Campos, pag. 130.

AS CONJETURAS DO SR. PEDRO CALMON

O ilustre polígrafo baiano, herdeiro da tradição de inteligência de uma família que tantos nomes fulgidos deu ao Brasil, foi quem mais finamente estudou o conterrâneo, num artigo sob o título "Luiz Gama, o negro genial", publicado no Jornal do Comercio do Rio, a 21 de junho de 1930, por ocasião do 1.º centenario do nascimento do abolicionista.

Nesse estudo, Pedro Calmon lança a sua tese de que "Luiza Mahim foi uma temerosa agitadora das senzalas da Baía", tese que é simples conjectura, pois nada existe que o prove, a não ser duas frases vagas do filho: uma deixando transparecer que a mãe participou da Sabina-da, em 1837, e fugiu para o Rio, e outra, dizendo que ela fôra varias vezes presa como suspeita de andar conspirando para insurreições de escravos, que não tiveram effeito.

Sobre esse fugidio e movediço alicerce, Pedro Calmon architectou o seu romance "Os Malês, a insurreição das senzalas", que é de 1933.

Dramatizando o episodio da revolta geral de 1835 em que se notabilizaram os *musulms*, — que a repressão fez desaparecer — o nosso autor faz de Luiza Mahim uma das cabeças mais ativas da conjura e, ao mesmo

tempo, uma de suas denunciante, colocando-a nas garras de um crudelíssimo dilema: ou trair a sua gente, em benefício da raça odiada dos brancos, ou perder o filho, que Angelo Ferraz, o celebre promotor, depois barão de Uruguaiara, havia feito recolher á sua casa. O amor materno vence e Luiza Mahin descobre a trama, já a ponto de estourar, mas a tempo de ser sufocada.

Depois, no "Epilogo" mostra o mesmo Angelo Ferraz, conselheiro do Imperio, recebendo a Luiz Gama no seu gabinete de Ministro da Guerra, e explicando-lhe que sempre lhe acompanhara os passos, amparando-o, protegendo-o em sigilo e em silêncio.

E, por ultimo, em a "Nota", do fim do livro, tenta justificar que "não é sem um motivo plausivel que Luiza Mahin e o filho apparecem na cêna historica da inconfidencia" frase vaga, de sabor sibilino, que faz desconfiar de que Pedro Calmon sabe de mais cousas...

Embora romance — portanto, com o direito de levar um pouco longe a verosimilhança do enredo — ainda assim poderia induzir a erro, quando não parece haver o menor fundamento histórico para o caso. Se Gama não negou a adesão dos pais á Sabinada, porque ocultaria a participação de Luiza na revolta negra de 1835?

No mesmo estudo de 1930, acima referido, Pedro Calmon comete duas pequena fallhas: uma quando sustenta que a primeira edição das "Trovas" é de 1861, e nós vimos, que é de 1859, sendo a outra data a da segunda edição.

A outra, quando declara que Gama "escreveu de uma feita, já perto da sepultura, a seu filho de 14 anos, uma carta que era destinada também á mocidade brasileira. E transcreve a carta de pags. 141 sem lhe indicar a data.

Ora, essa missiva é de setembro de 1870. Gama morreu em 1882. Para classificar de "perto da sepultura" um homem que ainda vai viver doze anos, seria pelo menos necessário que Gama tivesse morrido em adiantada idade, tão avançada que doze anos não representassem muita coisa no total de sua existencia. E Gama faleceu aos 52 anos.

A VENDA DE GAMA NUMA VERSÃO DE VIRIATO CORRÊA

Viriato Corrêa, historiador respeitado e escritor ilustre, num longo artigo publicado na edição de 11 de março de 1935, do "Jornal do Brasil" do Rio, apresentou uma versão inteiramente nova do episódio da venda de Luiz Gama.

O trabalho começa fazendo larga referência á Carta que o abolicionista escreveu a Lucio de Mendonça e é aparentemente sobre ela que o nosso biografo calca a história inédita que nos conta. Deixando-se, mais presumivelmente, influenciar pelo trabalho que o sr. J. Candido Freire publicou em o n.º 60 da "Revista do Brasil", em dezembro de 1920, e no qual, pela primeira vez, deparei com o relato romancado da despedida entre Gama e o pai, a bordo do patacho "Saraiva", o sr. Viriato Corrêa, como bom literato que é, inegavelmente dos melhores de nossa geração, não resistiu á tentação de dramatizar tambem a sua narrativa. E explana:

"Um dia (o desgraçado nunca mais esqueceu a data amarga), a 10 de novembro de 1840, o fidalgo appareceu alegremente em casa da quitandeira (trata-se da mãe de Gama, Luiza Mahin). Senta o filho nas pernas, acarinha-o e, subitamente, com a maior naturalidade;

— Queres passear com o papai, no mar, para ver os navios?

Não ha criança que recuse o convite de um passeio. O pequeno pulou de contente. Luiza corre a lavar e a vestir o filhinho. O garoto ia saltando alegremente pelas ruas. Um escaler leva-os, pai e filho, a bordo do patacho "Saraiva". Luiz é uma criança viva que tudo quer ver e quer saber de tudo. O fidalgo, quando o vê absorto de curiosidade, a andar pelo navio, vai escapulindo geitosamente. Mas o pequeno, que não o sente a seu lado, corre á sua procura. Ao debruçar-se á amurada, ei-lo que o vê já no escaler que se afasta.

— Papai! Papai! grita, chorando.

— Vou em terra e espera um instante que volto já.

O menino tem uma inspiração. Compreende, num relance, toda a infamia paterna, a cilada miseravel em que caira. E, sufocado de lagrimas, num brado de revolta:

— "O senhor me vendeu, papai!"

E' uma história muito bem arrumada, muito lógica no seu seguimento. Só lhe falta um resquicio de verdade em que se escore. O patético da cêna final não concorda com o relato frio, de Gama, na sua Carta, que diz simplesmente o seguinte:

"Reduzido á extrema pobreza (fala do pai), a 10 de novembro de 1840, em companhia de Luiz Candido Quintela, seu amigo inseparavel e hospedeiro, que vivia dos proventos de uma casa de tavolagem na cidade da

Baía, estabelecido em um sobrado de quina ao largo da Praça, vendeu-me, como seu escravo, a bordo do patacho "Saraiva".

Não ha a menor alusão ao embuste, que é inventado de ponta a ponta, e que caberia muito bem num romance, mas não numa biografia.

Aliás, essa invenção não é o ponto mais engraçado da narrativa. Muito mais saborosa é aquella circumstancia do fidalgo ir á casa da Luiza Mahin convidar o filho e mais ainda o fato de a quitandeira haver lavado e vestido o filho para o passeio.

Porque, apesar das repetidas alusões que todo o artigo de Viriato Corrêa, faz á Carta de Gama, o que se apura é que ele não a leu com a devida atenção.

Pois Gama, conta de sua mãe que, "em 1837, depois da revolução do dr. Sabino, na Baía, veio ella ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou." (1)

Gama procurou-a ali, em 1847, em 1856, e 1861 e só em 1862 "soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram sinais certos, que ella acompanhada de uns malungos desordeiros, em uma casa de dar fortuna, em 1838, fôra posta em prisão: e que tanto ella, como os companheiros, desapareceram".

De maneira que a cêna familiar, que Viriato Corrêa desenrola, é puro melo-drama.

(1) Aliás deve haver lapso de memoria de Luiz Gama, nessa passagem. Luiza não podia vir ao Rio, «depois da revolução do dr. Sabino, em 1837». A revolução terminou a 15 de março de 1838.

A FANTASIA DO SR. AURELIANO LEITE

O episodio de Viriato, porem, dado o seu prestigio na opinião publica, está fazendo carreira. Já ouvi, diversas vezes, recontar a passagem como absolutamente verdadeira e, o que é peor, narrada por alunos de escolas secundarias, nas quais os professores haviam lido ou interpretado o artigo do escritor maranhense.

Já se encontra, até em outra biografia, na dr. Aureliano Leite. O conhecido politico paulista, num trabalho publicado, a principio, no "Diario Popular" e reestampado, com varias modificações, na "Ilustração Brasileira", de março de 1930, e agora, se não me engano, encaixado no livro "Retratos á Pena", afirma que "o pai, (de Luiz Gama) monstro, mas nobre, furtara-o, antes, á propria mãe."

Quando li, a primeira vez, esse trabalho, andei dando tratos á bola para descobrir de onde o nosso colega teria haurido uma informação tão discordante com o que o proprio Gama dissera. Mais tarde, lendo o artigo de Viriato, descobri a "fonte" de onde viera o "caso".

O sr. Aureliano Leite é responsavel, alem dessa, por mais algumas fantasias históricas sobre a vida do grande negro, inclusive uma de imputar a outros, erros que

estes não cometeram. Assim, na hora em que relata que Gama, quando exibido pelo senhor, em sua viagem ao interior do Estado, afim de ser vendido, não conseguiu comprador, por ser baiano, acrescenta este comentário:

“Alberto Faria (refere-se ao de Campinas) sobre o qual decalcou Humberto de Campos, diz ter sido dos que o rejeitaram com estas expressões: “— Já não foi por bom que te venderam tão pequeno” — “Baiano, nem de graça — o conde de Tres Rios, trinta anos após, orgulhoso da amizade do que não quizera para escravo.

O falecido academico equivocou-se. Quem o rejeitou foi o pai do conde, apenas Francisco E. de Souza Aranha, que o cobiçara para pagem de seus filhos. O depois conde e por ultimo marquês, não passava de filho-familias, então.”

Ora, consultado o trabalho de Alberto Faria, encontra-se lá a seguinte passagem, acerca do caso:

“A’ distancia de 40 anos, um biografo verídico fazia este comentário sentimental:

“O sr. conde de Tres Rios, que esteve a ponto de de ter Luiz Gama para pagem, tem-no hoje como um dos seus amigos mais considerados.”

De maneiras que o sr. Aureliano Leite criticou no outro o que estava rigorosamente certo.

No fim da biografia, ao referir-se aos discursos pronunciados á beira da sepultura de Luiz Gama, no dia 25 de agosto de 1882, diz o seguinte:

“A Antonio Bento seguiu-se Joaquim Nabuco. Seu discurso sobre o que Lucio Mendonça comparou a Spartacus e chamou John Brown, teria tido este fecho: “Os escravocratas têm tudo: têm dinheiro; têm o Governo; têm a Justiça. Mas não têm, como nós, abolicionistas, o cadaver do negro sublime.”

Depois, assaltado por uma duvida, agrega esta nota:

“Não obstante o testemunho de illustre pessoa do tempo, tenho duvidas sobre a autoria deste incidente. Parece que nessa ocasião, Joaquim Nabuco já estava em Londres. Contudo, havendo eu enviado este perfil á D. Carolina Nabuco, a distinta dama agradeceu-me num bilhete amavel e não contestou a participação de seu pai. De Nabuco ou de José Bonifacio, o Moço, de um dos dois é a frase”.

A frase não é, nem podia ser, de Nabuco. Primeiro, porque o diplomata embarcara para Londres a 1º de feveiro de 1882, depois de sua derrota nas eleições de 31 de outubro do ano anterior. E só regressou da Europa em maio de 1884. A leitura do livro de D. Carolina Nabuco tiraria qualquer duvida. Segundo, porque, ainda que aqui estivesse, o autor de “Minha formação”, não teria comparecido ao enterro. Depois de ler, o capitulo “A injustiça de Nabuco” desta biografia, ninguém acreditará que este fosse ao cemiterio fazer aquele necrólogio, quando quasi um quarto de século depois, ainda guardava, no seu discurso de Belo Horizonte, ressentimento de Luiz Gama.

Na opinião de meu precioso informante, o sr. Antonio dos Santos Oliveira, a frase, se foi pronunciada, deve-se ao dr. Leoncio de Carvalho, que produziu a melhor, a mais comovente, a mais arrebatadora peça oratória daquela tarde memorável.

Ainda a respeito do enterro do grande negro, o sr. Aureliano Leite mostrou que o acompanhamento foi um espectáculo virgem em nossos anais citadinos. E comenta: "Raul Pompéa fixou o drama num folhetim da "Gazeta de Noticias". E depois de fazer outras observações, remata com esta nota impressionista:

"O enterro alongou-se pela tarde. O sol, que costuma esconder-se espetaculosamente por aquele lado da cidade, completou o patético, derramando sobre a multidão, que começava a debandar, uma refulgencia sanguinea."

A frase é boa, bem soante, agradável de ouvir. Só tem o pequenino defeito de ser historicamente inverídica. É o proprio folhetim de Raul Pompéa, a que alude o articulista, que a desmente. Releiamos o que diz o escritor fluminense:

"Meia hora mais tarde passava o funebre cortejo por entre os pilares do portão do cemiterio. O sol se fôra pelo horizonte abaixo... A luz do dia trepava pelas arvores espetrais do Campo Santo, para extinguir-se na profundidade do ceu. A banda de musica misturava com as sombras do crepusculo a tristeza de suas melodias. A's 7 horas entrava o cadaver para a capelinha do cemiterio, rodeando-o sempre uma multidão compacta..."

Da capela conduziu-se o feretro para a sepultura. Houve aí uma cousa solene que se deve registrar. Colocara-se o caixão á beira da cova. A multidão, que invadira o cemiterio, rodeava o sepulcro, enchendo uma area espaçosa. *A lua, que principiava a fazer sentir os seus clarões, banhava de azul a multidão, projetando no fundo do sepulcro aberto a sombra dos circumstantes, como se lhes escrevesse lá dentro o memento homo."*

Isso é o depoimento de uma testemunha ocular. A frase bonita do sr. Aureliano Leite, portanto, só é bonita. Mas não concorda com a verdade.

São Paulo, dezembro de 1937.

* Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Gráfica da «Revista dos Tribunais», R. Xavier de Toledo, 72 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, Rua dos Gusmões, 118 — São Paulo, em Abril de 1938.

BRASILIANA

6.ª SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

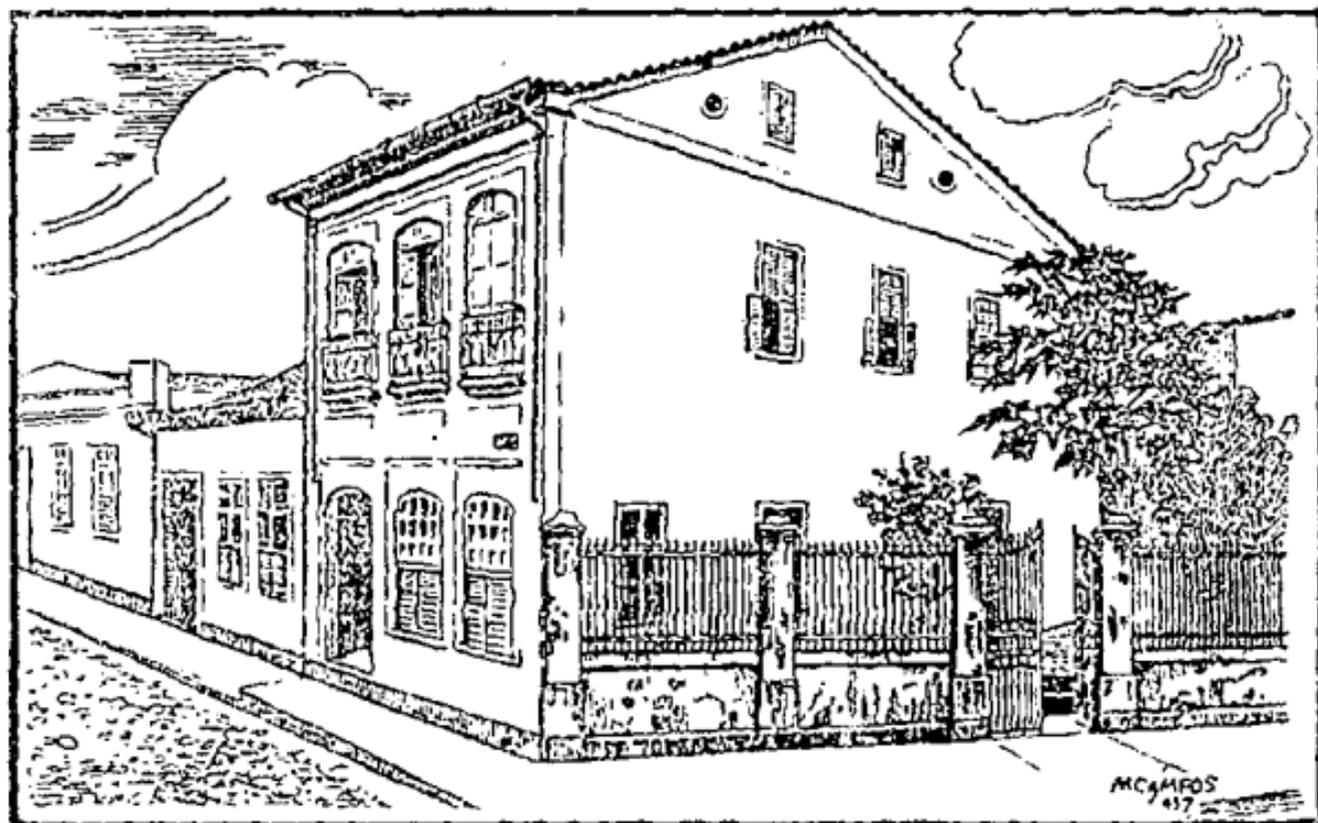
SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

VOLUMES PUBLICADOS:

- 1 — Batista Pereira: Figuras do Império e outras ensaicas — 2.ª edição.
- 2 — Pandiá Calogeras: O Marquês de Barbacena — 2.ª edição.
- 3 — Alcides Gentil: As idéias de Alberto Torres (sintese com índice remissivo).
- 4 — Oliveira Vianna: Raça e Assimilação — 3.ª edição (aumentada).
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a B. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay.
- 6 — Batista Pereira: Vultos e epulões do Brasil.
- 7 — Batista Pereira: Directores do Ruf Barbaço — (Segundo text. e esculptos).
- 8 — Oliveira Vianna: Populações Meridionaes do Brasil — 4.ª edição.
- 9 — Nina Rodrigues: Os Afiranos no Brasil — (Itensio e prefacio de Homero Pires). Profundamente illustrado — 2.ª edição.
- 10 — Oliveira Vianna: Evolução do Povo Brasileiro — 2.ª edição (illustrada).
- 11 — Luis da Câmara Cascudo: O Conde d'Eu — Vol. illustrado.
- 12 — Wanderley Pinho: Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Colatje — Vol. illustrado.
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: A margem do Historio do Brasil.
- 14 — Pedro Calmon: Historia da Civilização Brasileira — 3.ª edição.
- 15 — Pandiá Calogeras: Da Regencia á queda de Roraa — 3.ª volume (da serie "Relações Exteriores do Brasil").
- 16 — Alberto Torres: A Organização Nacional.
- 17 — Alberto Torres: O Problema Nacional Brasileiro.
- 18 — Vicente de Taunay: Pedro II.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Vixtantes do Brasil Colonial (Secs. XVI-XVIII).
- 20 — Alberto de Faria: Mauá (com tres illustrações fora do textol).
- 21 — Batista Pereira: Pelo Brasil Maior.
- 22 — E. Roquete-Fruto: Ensaio de Antropologia Brasileira.
- 23 — Evaristo de Moraes: A escravidão africana no Brasil — Pandiá Calogeras: Problemas de Administração.
- 24 — Mario Mattoso: A lingua do Nordeste.
- 25 — Alberto Rangel: Ramos e Perspectivas.
- 26 — Alfredo Ellis Junior: Populações Paulistas.
- 27 — General Couto de Maranhães: Viagem no Aracuaia — 4.ª edição.
- 28 — José de Castro: O problema da alimentação no Brasil — Prefacio do prof. Pedro Escudero.
- 29 — Cap. Frederico A. Hondon: Pelo Brasil Central — Ed. illustrado.
- 30 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
- 31 — C. da Melo-Lestão: Vixtantes do Primeiro Imperio — Ed. illustrada. (com 15 figuras).
- 32 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.
- 33 — Aracena Costa: Introdução á Arqueologia Brasileira — Ed. illustrada.
- 34 — A. J. Sampaio: Phitogeografia do Brasil — Ed. illustrada.
- 35 — Alfredo Ellis Junior: O Bandeirismo Paulista e o Recuo do Meridiano — 2.ª edição.
- 36 — J. F. de Almeida Prado: Primeiros Possesores do Brasil — (Ed. illustrada).
- 37 — Ruf Barbaço: Mocidade e Exilio (Cartas inéditas. Prefaciadas e annotadas por Americo Jacobina Lacombe) — Ed. illustrada.
- 38 — E. Roquete-Fruto: Rondonia — 3.ª edição (aumentada e illustrada).
- 39 — Pedro Calmon: Historia Social do Brasil — 1.º Tomo — Espirito da Sociedade Colonial — 2.ª edição.
- 40 — José-Marie Belo: A Inteligencia do Brasil.
- 41 — Pandiá Calogeras: Formação Histórica do Brasil — 2.ª edição (com 8 mapas fora do textol).
- 42 — A. Sotola Lima: Alberto Torres e sua obra.
- 43 — Estevão Pinto: Os indigenas do Nordeste (com 15 gravuras e mapas) — 1.ª volume.
- 44 — Basilio de Magalhães: Expansão Geografica do Brasil Colonial.
- 45 — Renato Mendonça: A influencia africana no portugua do Brasil — Ed. illustrada.
- 46 — Manoel Bomfim: O Brasil — Com uma nota explicativa de Carlos Moul.

- 48 — Urbino Vianna: *Bandeirolas e cartanetas* balanos.
- 49 — Gustavo Barroso: *História Militar do Brasil* — Ed. Ilustrada (com 60 gravuras e mapas).
- 50 — Mario Tróvassol: *Projeção Continental do Brasil* — Prefácio de Pandiá Calogeras — 2.^a edição ampliada.
- 51 — Otavio de Freitas: *Doenças africanas no Brasil*.
- 52 — General Couto de Magalhães: *O selvagem* — 8.^a edição completa, com parte original Tupi-guarani.
- 53 — A. J. de Sampaio: *Biogeografia dinâmica*.
- 54 — Antonio Goulão de Carvalho — *Cologeras*.
- 55 — Hildebrando Azeite: *O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da America*.
- 56 — Charles Expilly: *Mulheres e Costumes do Brasil* — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penha.
- 57 — Flausino Rodrigues Vale: *Elementos do Folclore musical brasileiro*.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: *Viagem à Província de Santa Catharina (1823)* — Tradução de Cecília da Costa Pereira.
- 59 — Alfredo Ellis Junior: *Os Primeiros Francos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano*.
- 60 — Emilio Rivarneau: *A vida dos Índios Guaranis* — Edição Ilustrada.
- 61 — Cande d'Eu: *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul (Prefácio e 19 cartas da Príncipe d'Orléans, cementadas por Max Heuss)* — Edição Ilustrada.
- 62 — Agente Augusto de Miranda: *O Rio São Francisco* — Edição Ilustrada.
- 63 — Raunundo Moraes: *Na Planície Amazonica* — 4.^a edição.
- 64 — Gilberto Freyre: *Sobredas e Mucambos — Decadência patriarcal rural no Brasil* — Edição Ilustrada.
- 65 — João Dornas Filho: *Silva Jardim*.
- 66 — Primitivo Monte: *A Instrução e o Imperio (Subsídios para a história da educação no Brasil)* — 1823-1863 — 1.^o volume.
- 67 — Pandiá Calogeras: *Problemas do Governo* — 2.^a edição.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás* — 1.^o tomo — Tradução e notas de Cande Ribeiro Lessa.
- 69 — Prado Maia: *Através da História Naval Brasileira*.
- 70 — Afonso Artur de Melo Franco: *Conceito da Civilização Brasileira*.
- 71 — F. C. Hoehn — *Dutanica e Agricultura no Brasil no Seculo XVI* — (Pesquisas e contribuições).
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — *Segunda viagem ao interior do Brasil — "Espírito Santo"* — Trad. de Carlos Madeira.
- 73 — Lucia Miguel-Pereira Machado de Assis — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição Ilustrada.
- 74 — Pandiá Calogeras — *Estudos Historicos e Politicos* — (Res Nostra...) — 4.^a edição.
- 75 — Afonso A. de Freitas: *Vocabulário Nheengatu (vernehuçado pelo português e usado em S. Paulo)* — *Lingua Tupi-guarani*.
- 76 — Gustavo Barroso: *História secreta do Brasil* — 2.^a parte: "Do desenvolvimento a abdicação de Pedro I" — Edição Ilustrada.
- 77 — C. de Melo-Leitão: *Zoologia do Brasil* — Edição Ilustrada.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiás* — 2.^o tomo — Tradução e notas de Cande Ribeiro Lessa.
- 79 — Craveiro Costa: *O Visconde de Santinho* — Sua vida e sua atuação na politica nacional — 1840-1869.
- 80 — Osvaldo R. Cabral: *Santa Catharina* — Edição Ilustrada.
- 81 — Lemos Brito: *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Imperio — Frei Caneca* — Ed. Ilustrada.
- 82 — C. de Melo-Leitão: *O Brasil Visto pelos Ingleses*.
- 83 — Pedro Calmon: *História Social do Brasil* — 2.^o Tomo — *Espírito da Sociedade Imperial*.
- 84 — Orlando M. Carvalho: *Problemas Fundamentais do Municipio* — Edição Ilustrada.
- 85 — Wanderley Pinho: *Cotegipe e seu Tempo* — Ed. Ilustrada.
- 86 — Aurelio Pinheiro: *A Margem do Amazonas* — Ed. Ilustrada.
- 87 — Primitivo Monte: *A Instrução e o Imperio* — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.^o volume — *Reformas do ensino* — 1851-1889.
- 88 — Helio Lobo: *Um Varão da República* — Fernando Lobo.
- 89 — Coronel A. Lourenço de Moura: *As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil*.
- 90 — Alfredo Ellis Junior: *A Evolução Econômica Paulista e suas Causas* —
- 91 — Orlando M. Carvalho: *O Rio de Janeiro Nacional: O São Francisco*. Edição Ilustrada.

- 92 — Almirante Antonio Alves Camara: *Essaio Sobre as Construções Navais Indígenas do Brasil* — 2.ª edição Ilustrada.
- 93 — Serafim Leite: *Páginas de História da Brasil*.
- 94 — Salomão de Vasconcelos: *O Fico — Minas e as Minas da Independência* — Edição Ilustrada.
- 96 — Luiz Aguiar e Elizabeth Cary Agassiz: *Viagem ao Brasil — 1865-1866* — Trad. de Gérard Sillsekind do Mendonça.
- 95 — Osorio da Rocha Diniz: *A Política que Convém ao Brasil*.
- 97 — Lima Figueiredo: *Oeste Paranaense* — Edição Ilustrada.
- 98 — Fernando de Azevedo: *A Educação Publica em São Paulo — Problemas e discussões* (Inquerito para "O Estado de S. Paulo" em 1926).
- 99 — C. de Meis Lethö: *A Biologia no Brasil*.
- 100 — Roberto Simonsen: *História Economica do Brasil*.
- 101 — Herbert Holders: *Ensaio de Etimologia Brasileira*. — Prefacio de Afonso de S. Tauray. — Edição Ilustrada.
- 102 — S. Fróes Abreu: *A riqueza mineral do Brasil*.
- 103 — Souza Carneiro: *Mitos Africanos no Brasil*. — Edição Ilustrada.
- 104 — Araújo Lima: *Amazonia — A Terra e o Homem*.
- 105 — A. C. Tavares Bastos: *A Provincia* — 2.ª edição.
- 106 — A. C. Tavares Bastos: *O Vale da Amazonia* — 2.ª edição.
- 107 — Luiz da Camara Cascudo: *O Matagão da Ollinda e seu tempo (1798-1876)* — Edição Ilustrada.
- 108 — Pedro Antônio Vieira: *Por Brasil e Portugal — Sermões comentados por Pedro Calmon*.
- 109 — Georges Raedera: *D. Pedro II e o Conde de Gubineau* (Correspondencia inédita).
- 110 — Nina Rodrigues: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.
- 111 — Washington Luis: *Capitania de São Paulo — Governo de Rodrigo César de Menezes* — 2.ª edição.
- 112 — Estevão Pinto: *Os Indígenas do Nordeste* — 2.ª Tomo (Organização e estrutura social dos indígenas do nordeste brasileiro).
- 113 — Gastão Cruz: *A Amazonia que eu Vi* — Obidos — Tumumaque — Prefacio de Ruyveto Pinto — Ilustrado — 2.ª edição.
- 114 — Carlos Silveckind do Mendonça: *Silvio Romero — Sua Formação Intelectual* — 1851-1880 — Com uma introdução bibliografica — Edição Ilustrada.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: *Cartas do Solitário* — 2.ª edição.
- 116 — Azevor Augusto de Miranda: *Estudos Piaulenses* — Edição Ilustrada.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: *Tratado Descritivo da Brasil em 1587* — Comentaros de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.ª Edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: *Através da Baía* — Excerptos de "Beise an Bras'ien" — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 119 — Suñ Mennucci: *O Precursor da Abolição* — Luiz Gama — Edição Ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: *O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II*.



*Casa onde nasceu Luiz Gama, á antiga Rua da Bãngala, na Baía,
hoje n.º 1 da Rua Luiz Gama*

O POLICHIANELLO

CAPITAL		MORTON - P. CARNEIRO	EXTENSÃO	
Ann.	15000	A correspondência e reclamações deverão ser dirigidas á rua de S. Bento n. 52, sobrado.	Ass.	15000
Suppl.	30000		Levan.	15000



MARTIN DE NEVAL

Fac-símile da capa do 1.º numero do jornal humorístico "O Polichinello", que Lúcia Gama colligiu. A fotografia foi tirada da coleção dos numeros do citado jornal, existente no Archivo do Estado, coleção que, com toda a exactidão, pertence ao proprio Gama. Traz como se vê, o nome do filho do abolicionista, indicoado da parte da colante e apresenta varias atendas de poesias de Gama, publicadas nos diversos numeros, algumas traçadas a mão com a calligraphia do Indivíduo adrogado Lúcio. É facil o exame, comparando-se o autographo de Gama, da pag. 30-A com um destes artigos, á poesia "A Maria", cujo clichê estampamos á pag. 85.



«São João Político». Caricatura dos «Polichinelos» publicada a 24 de junho de 1876

VINTE OITO



1871 Noite mhr...
Paes...

DE



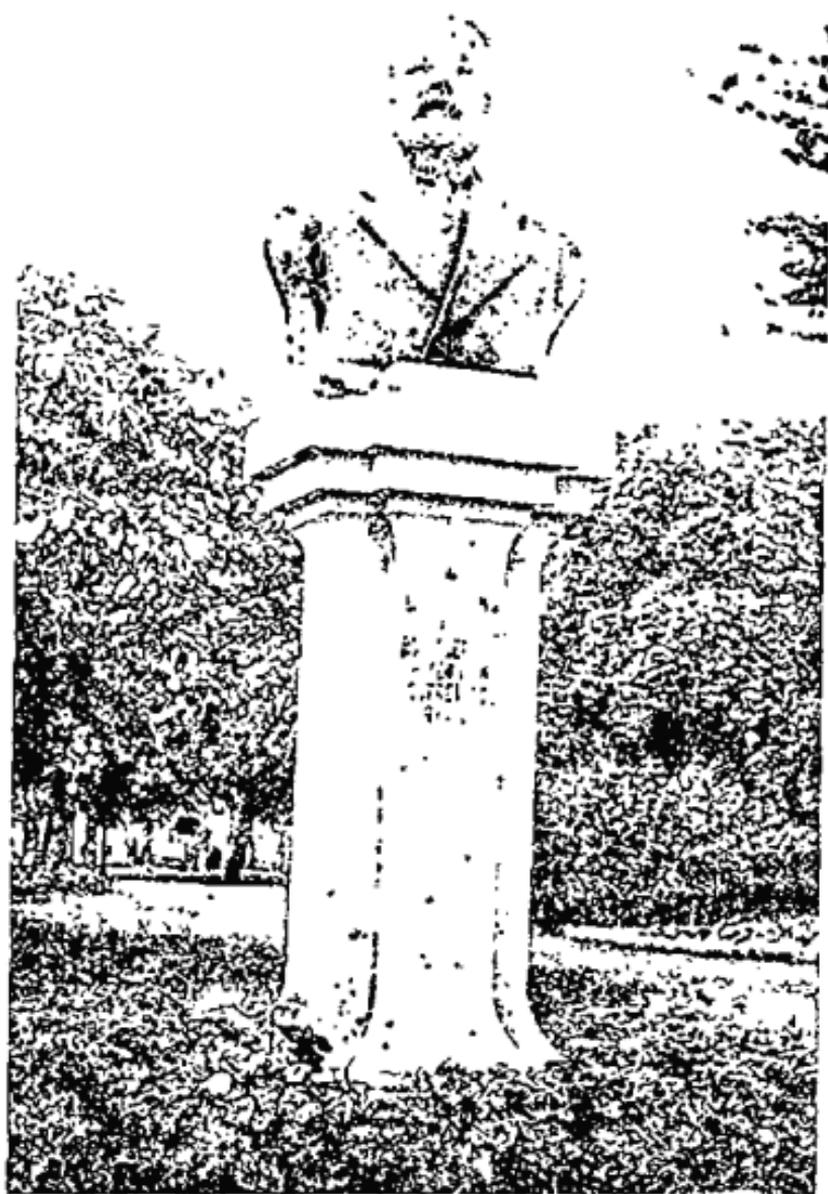
À Vendome da abolição

SETEMBRO



1892 Crastibi...
Filhos...

Gravura de propaganda abolicionista, da autoria de Raul Pompeia, publicada logo após a morte de Luiz Gama, e que mostra o alto prestígio a que atingira o grande negro no seio das classes intelectuais de São Paulo e do Brasil.



Busto a Luiz Gama, erigido, em 1932, na Praça Alexandre Herculano, em São Paulo, por iniciativa dos negros brasileiros.